

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	7
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	19
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	20
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	24
---	----

Notas Explicativas	53
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	171
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	176
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	178
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	179

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

180

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	203.934.060
Preferenciais	0
Total	203.934.060
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	3.526.009	3.107.535	3.257.400
1.01	Ativo Circulante	75.956	75.541	151.057
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.802	45.469	55.057
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.442	3.858	3.395
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.442	3.858	3.395
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social	6.442	3.858	3.395
1.01.07	Despesas Antecipadas	270	191	182
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	42.442	26.023	92.423
1.01.08.03	Outros	42.442	26.023	92.423
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	36.153	19.210	78.510
1.01.08.03.02	Serviços Prestados a receber	143	148	150
1.01.08.03.03	Outros créditos	6.146	6.665	13.763
1.02	Ativo Não Circulante	3.450.053	3.031.994	3.106.343
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	305	289	215
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	305	289	215
1.02.01.09.05	Depósitos vinculados a litígios	305	289	215
1.02.02	Investimentos	3.449.076	3.031.033	3.105.456
1.02.02.01	Participações Societárias	3.449.076	3.031.033	3.105.456
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.447.042	3.028.941	3.103.368
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.034	2.092	2.088
1.02.03	Imobilizado	672	672	672
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	672	672	672

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	3.526.009	3.107.535	3.257.400
2.01	Passivo Circulante	47.969	80.809	85.572
2.01.02	Fornecedores	295	458	197
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	295	458	197
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.050	1.642	8.913
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.050	1.642	8.913
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2	2	2
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições	11.048	1.640	8.911
2.01.05	Outras Obrigações	36.624	78.709	76.462
2.01.05.02	Outros	36.624	78.709	76.462
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	32.019	74.792	73.741
2.01.05.02.04	Outras Obrigações Estimadas	1.543	392	233
2.01.05.02.05	Outros Débitos	3.059	3.514	2.488
2.01.05.02.06	Benefícios Pós-emprego	3	11	0
2.02	Passivo Não Circulante	901	1.043	0
2.02.02	Outras Obrigações	901	1.043	0
2.02.02.02	Outros	901	1.043	0
2.02.02.02.03	Benefícios Pós-emprego	0	142	0
2.02.02.02.04	Outros Débitos	901	901	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.477.139	3.025.683	3.171.828
2.03.01	Capital Social Realizado	2.225.822	2.225.822	2.225.822
2.03.04	Reservas de Lucros	898.433	348.305	523.196
2.03.04.01	Reserva Legal	226.374	197.007	178.288
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	339.240	59.528	163.407
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	332.819	91.770	181.501
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	171.997	-9.568
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	429.498	451.556	472.356
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-76.614	-171.997	-39.978

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	597.262	429.884	340.781
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.687	-11.441	-11.052
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	608.949	441.325	351.833
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	597.262	429.884	340.781
3.06	Resultado Financeiro	-9.927	-5.961	1.197
3.06.01	Receitas Financeiras	1.278	3.188	10.275
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.205	-9.149	-9.078
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	587.335	423.923	341.978
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	587.335	423.923	341.978
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	587.335	423.923	341.978
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,88002	2,07873	1,6769
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,88002	2,07873	1,6769

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	587.335	423.923	341.978
4.02	Outros Resultados Abrangentes	95.383	-132.019	-39.978
4.02.01	Ganhos (perdas) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	95.383	-132.019	-39.978
4.03	Resultado Abrangente do Período	682.718	291.904	302.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	281.539	491.335	548.141
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-21.614	-17.402	-9.855
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	587.335	423.923	341.978
6.01.01.13	Resultado de equivalência patrimonial	-608.949	-441.325	-351.833
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	303.153	508.737	557.996
6.01.02.03	Tributos e contribuições	-2.584	290	-2.315
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-79	-9	-23
6.01.02.07	Depósitos vinculados a litígios	-16	-74	-21
6.01.02.08	Dividendos e JCP recebidos	309.847	503.902	538.755
6.01.02.09	Outros	148	9.394	11.511
6.01.02.10	Fornecedores	-163	261	-83
6.01.02.11	Obrigações estimadas	1.151	159	13
6.01.02.12	Tributos e Contribuições	-4.712	-7.271	8.882
6.01.02.16	Outros passivos	-439	2.085	1.277
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-40.291	-75.804	-62.118
6.02.10	Aplicações/Aquisições no Investimento	-40.291	-75.804	-62.118
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-259.915	-425.119	-469.261
6.03.01	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-259.915	-425.119	-469.261
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-18.667	-9.588	16.762
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	45.469	55.057	38.295
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.802	45.469	55.057

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.225.822	0	799.861	171.997	-171.997	3.025.683
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.225.822	0	799.861	171.997	-171.997	3.025.683
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-113.828	22.058	0	-91.770
5.04.08	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-22.058	22.058	0	0
5.04.09	Dividendos deliberados pela AGO e pagos	0	0	-91.770	0	0	-91.770
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	587.335	95.383	682.718
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	587.335	0	587.335
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	95.383	95.383
5.05.02.06	Ganho de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	0	0	0	0	95.383	95.383
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	641.898	-781.390	0	-139.492
5.06.04	Constituição da reserva legal	0	0	29.367	-29.367	0	0
5.06.05	Constituição da reserva de retenção de lucros	0	0	279.712	-279.712	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais propostos	0	0	332.819	-332.819	0	0
5.06.07	Juros sobre capital próprio declarados e pagos	0	0	0	-107.473	0	-107.473
5.06.08	Complemento dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-32.019	0	-32.019
5.07	SalDOS Finais	2.225.822	0	1.327.931	0	-76.614	3.477.139

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.225.822	0	995.552	-9.568	-39.978	3.171.828
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.225.822	0	995.552	-9.568	-39.978	3.171.828
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-202.301	20.800	0	-181.501
5.04.08	Dividendos deliberados pela AGO e pagos	0	0	-181.501	0	0	-181.501
5.04.09	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-20.800	20.800	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	423.923	-132.019	291.904
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	423.923	0	423.923
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-132.019	-132.019
5.05.02.06	Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	0	0	0	0	-132.019	-132.019
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.610	-263.158	0	-256.548
5.06.04	Constituição da Reserva Legal	0	0	18.719	-18.719	0	0
5.06.05	Dividendos intermediários propostos e pagos	0	0	0	-169.877	0	-169.877
5.06.06	Juros sobre capital próprio declarados	0	0	0	-86.671	0	-86.671
5.06.07	Absorção de prejuízo do exercício	0	0	-12.109	12.109	0	0
5.07	Saldos Finais	2.225.822	0	799.861	171.997	-171.997	3.025.683

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.225.822	0	1.104.322	-40.899	0	3.289.245
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.225.822	0	1.104.322	-40.899	0	3.289.245
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-214.381	0	0	-214.381
5.04.08	Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-21.746	21.746	0	0
5.04.09	Dividendos Propostos - Reservas de lucros / Avaliação Patrimonial	0	0	21.746	-21.746	0	0
5.04.10	Dividendos pagos - Reservas de lucros	0	0	-214.381	0	0	-214.381
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	341.978	-39.978	302.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	341.978	0	341.978
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-39.978	-39.978
5.05.02.06	Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	0	0	0	0	-39.978	-39.978
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	105.611	-310.647	0	-205.036
5.06.04	Constituição da Reserva Legal	0	0	15.532	-15.532	0	0
5.06.05	Dividendos adicionais propostos	0	0	90.079	-90.079	0	0
5.06.06	Dividendos intermediários propostos e pagos	0	0	0	-118.282	0	-118.282
5.06.07	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-86.754	0	-86.754
5.07	Saldos Finais	2.225.822	0	995.552	-9.568	-39.978	3.171.828

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.199	-7.357	-7.402
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.199	-7.357	-7.402
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.199	-7.357	-7.402
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.199	-7.357	-7.402
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	610.227	444.513	362.108
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	608.949	441.325	351.833
7.06.02	Receitas Financeiras	1.278	3.188	10.275
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	604.028	437.156	354.706
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	604.028	437.156	354.706
7.08.01	Pessoal	5.102	3.795	3.477
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.703	3.596	3.190
7.08.01.02	Benefícios	189	115	121
7.08.01.03	F.G.T.S.	210	84	166
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	417	283	193
7.08.02.01	Federais	417	283	193
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.174	9.155	9.058
7.08.03.01	Juros	11.174	9.119	9.056
7.08.03.02	Aluguéis	0	36	2
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	587.335	423.923	341.978
7.08.04.02	Dividendos	472.311	256.548	295.115
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	115.024	167.375	46.863

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	13.002.207	11.147.447	10.655.822
1.01	Ativo Circulante	3.495.756	2.167.186	2.553.645
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	546.429	230.356	652.465
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.244.000	15.266	8.171
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.244.000	15.266	8.171
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.244.000	15.266	8.171
1.01.03	Contas a Receber	1.223.413	1.441.588	1.383.382
1.01.03.01	Clientes	1.223.413	1.441.588	1.383.382
1.01.03.01.01	Clientes	1.223.413	1.441.588	1.383.382
1.01.04	Estoques	29.662	30.348	27.430
1.01.06	Tributos a Recuperar	160.961	203.715	224.185
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	160.961	203.715	224.185
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições	105.821	196.985	133.335
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	55.140	6.730	90.850
1.01.07	Despesas Antecipadas	15.800	1.954	1.817
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	275.491	243.959	256.195
1.01.08.03	Outros	275.491	243.959	256.195
1.01.08.03.01	Serviços Prestados a Receber	29.811	42.171	82.560
1.01.08.03.02	Outros Créditos	214.296	166.718	169.834
1.01.08.03.03	Rendas a receber Swap	31.150	35.070	3.801
1.01.08.03.04	Dividendos e JCP a receber	234	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	9.506.451	8.980.261	8.102.177
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.223.418	3.039.018	2.160.471
1.02.01.03	Contas a Receber	209.414	289.429	298.077
1.02.01.03.01	Clientes	209.414	289.429	298.077
1.02.01.06	Tributos Diferidos	622.835	830.033	836.411
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	622.835	830.033	836.411
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	0	386

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.391.169	1.919.556	1.025.597
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro de Concessões	1.926.226	1.573.349	656.473
1.02.01.09.04	Tributos e Contribuições	88.777	118.878	95.622
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	263.316	224.073	264.896
1.02.01.09.06	Rendas a Receber Swap	110.064	470	754
1.02.01.09.07	Outros Créditos	2.786	2.786	7.852
1.02.02	Investimentos	642.203	557.350	462.366
1.02.02.01	Participações Societárias	642.203	557.350	462.366
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	642.203	557.350	462.366
1.02.03	Imobilizado	1.678.722	1.635.255	1.601.074
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.269.067	1.285.004	1.342.427
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	409.655	350.251	258.647
1.02.04	Intangível	3.962.108	3.748.638	3.878.266
1.02.04.01	Intangíveis	3.962.108	3.748.638	3.878.266
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.685.255	3.450.773	3.556.862
1.02.04.01.02	Outros	276.853	297.865	321.404

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	13.002.207	11.147.447	10.655.822
2.01	Passivo Circulante	3.318.462	1.950.688	1.880.927
2.01.02	Fornecedores	907.262	814.469	752.748
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	907.262	814.469	752.748
2.01.03	Obrigações Fiscais	198.618	132.706	123.408
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	198.618	132.706	123.408
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	83.516	50.353	40.259
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições	115.102	82.353	83.149
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	642.500	461.742	476.584
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	591.470	342.949	262.844
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	439.871	332.211	250.531
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	151.599	10.738	12.313
2.01.04.02	Debêntures	51.030	118.793	213.740
2.01.05	Outras Obrigações	1.570.082	541.771	528.187
2.01.05.02	Outros	1.570.082	541.771	528.187
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	32.019	74.792	73.741
2.01.05.02.04	Outras Obrigações Estimadas	66.576	46.826	45.850
2.01.05.02.05	Outros Débitos	183.867	190.733	214.928
2.01.05.02.06	Benefícios Pós - Emprego	1.224.736	116.107	80.525
2.01.05.02.07	Encargos Regulatórios	62.884	111.716	112.356
2.01.05.02.08	Rendas a pagar Swap	0	1.597	787
2.02	Passivo Não Circulante	6.206.606	6.171.076	5.603.067
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.172.811	3.775.743	3.399.296
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.823.497	1.920.482	1.609.164
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.131.299	1.323.218	1.389.468
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	692.198	597.264	219.696
2.02.01.02	Debêntures	3.349.314	1.855.261	1.790.132
2.02.02	Outras Obrigações	263.730	1.561.399	1.422.173

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.02.02	Outros	263.730	1.561.399	1.422.173
2.02.02.02.03	Tributos e Contribuições	187.640	195.751	200.263
2.02.02.02.04	Benefícios Pós - Emprego	0	1.254.631	1.090.684
2.02.02.02.05	Outros Débitos	76.090	106.485	130.250
2.02.02.02.06	Rendas a pagar Swap	0	4.532	976
2.02.03	Tributos Diferidos	226.410	227.905	242.759
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	226.410	227.905	242.759
2.02.04	Provisões	543.655	606.029	538.839
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	543.655	606.029	538.839
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	223.780	205.491	195.599
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	133.383	179.082	150.121
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	166.135	198.277	177.612
2.02.04.01.05	Outras Provisões	20.357	23.179	15.507
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.477.139	3.025.683	3.171.828
2.03.01	Capital Social Realizado	2.225.822	2.225.822	2.225.822
2.03.04	Reservas de Lucros	898.433	348.305	523.196
2.03.04.01	Reserva Legal	226.374	197.007	178.288
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	339.240	59.528	163.407
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	332.819	91.770	181.501
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	171.997	-9.568
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	429.498	451.556	472.356
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-76.614	-171.997	-39.978

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.422.256	7.182.360	6.931.229
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.484.856	-5.551.407	-5.283.575
3.03	Resultado Bruto	1.937.400	1.630.953	1.647.654
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-631.507	-541.474	-773.451
3.04.01	Despesas com Vendas	-271.566	-381.524	-306.133
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-435.836	-535.104	-462.356
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	124.979	415.910	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-43.630	-62.310	-5.568
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.454	21.554	606
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.305.893	1.089.479	874.203
3.06	Resultado Financeiro	-453.790	-491.094	-412.070
3.06.01	Receitas Financeiras	338.158	192.508	172.438
3.06.02	Despesas Financeiras	-791.948	-683.602	-584.508
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	852.103	598.385	462.133
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-264.768	-174.462	-120.155
3.08.01	Corrente	-113.904	-115.008	-56.144
3.08.02	Diferido	-150.864	-59.454	-64.011
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	587.335	423.923	341.978
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	587.335	423.923	341.978
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	587.335	423.923	341.978
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,88002	2,07873	1,6769
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,88002	2,07873	1,6769

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	587.335	423.923	341.978
4.02	Outros Resultados Abrangentes	95.383	-132.019	-39.978
4.02.01	Ganhos (perdas) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	95.383	-132.019	-39.978
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	682.718	291.904	302.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	682.718	291.904	302.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.306.314	541.161	469.567
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.874.881	1.556.857	1.672.131
6.01.01.01	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	852.103	598.385	462.133
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	157.884	282.602	251.313
6.01.01.03	Depreciação e amortização	390.940	349.642	354.340
6.01.01.06	Perda (ganho) na venda ou baixa de intangível / Imobilizado	23.281	20.881	9.901
6.01.01.07	Perdas (ganhos) cambiais e monetários de atividades financeiras	138.622	20.282	18.026
6.01.01.08	Provisões para contingências e depósitos judiciais / Atualizações	26.809	250.936	63.997
6.01.01.09	Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis	9.903	40.298	-5.449
6.01.01.10	Despesa de juros sobre empréstimos e debêntures	397.637	317.913	348.092
6.01.01.11	Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	122.035	120.069	174.408
6.01.01.12	Remuneração de Ativo Financeiro da Concessão	-168.837	-408.158	0
6.01.01.15	Resultado de equivalência patrimonial	5.454	-21.554	-606
6.01.01.16	Variação swap	-80.950	-14.439	-4.024
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-568.567	-1.015.696	-1.202.564
6.01.02.01	Titulos e valores mobiliarios	-12.034	871	2.951
6.01.02.02	Consumidores, concessionárias e permissionárias	130.403	-372.458	-292.550
6.01.02.03	Tributos e contribuições	15.285	-114.040	-214.902
6.01.02.04	Estoques	686	-2.918	-6.893
6.01.02.05	Serviços prestados a receber	12.360	40.389	-22.957
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-13.846	249	742
6.01.02.07	Depósitos vinculados a litígios	-40.161	-59.855	-39.788
6.01.02.09	Outros créditos	-72.536	8.182	-21.328
6.01.02.10	Fornecedores	92.487	124.098	94.776
6.01.02.11	Obrigações estimadas	19.750	976	1.033
6.01.02.12	Tributos e contribuições	94.208	64.771	74.101
6.01.02.13	Encargos regulatórios	-48.832	-640	-4.862
6.01.02.14	Provisões	-88.265	-83.068	-100.216

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01.02.15	Benefícios pós-emprego	-123.517	-120.569	-81.352
6.01.02.16	Outros passivos	-43.571	-68.601	-121.351
6.01.02.17	Juros pagos	-389.825	-358.244	-341.080
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social pagos	-101.159	-74.839	-128.888
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.137.450	-884.859	-1.242.531
6.02.06	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-124.746	-114.696	-102.258
6.02.07	Aquisições de bens do ativo intangível	-705.423	-688.569	-738.414
6.02.10	Aplicações/Aquisições no Investimento	-90.581	-73.628	-401.859
6.02.12	Aplicação financeira	-1.216.700	-7.966	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.147.209	-78.411	914.275
6.03.01	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-259.915	-425.119	-469.261
6.03.02	Captação de empréstimos , financiamentos e debêntures	2.444.531	1.117.368	2.292.118
6.03.03	Amortização de empréstimos , financiamentos e debêntures	-1.037.407	-770.660	-908.582
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	316.073	-422.109	141.311
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	230.356	652.465	511.154
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	546.429	230.356	652.465

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.225.822	0	799.861	171.997	-171.997	3.025.683	0	3.025.683
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.225.822	0	799.861	171.997	-171.997	3.025.683	0	3.025.683
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-113.828	22.058	0	-91.770	0	-91.770
5.04.08	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-22.058	22.058	0	0	0	0
5.04.09	Dividendos deliberados pela AGO e pagos	0	0	-91.770	0	0	-91.770	0	-91.770
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	587.335	95.383	682.718	0	682.718
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	587.335	0	587.335	0	587.335
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	95.383	95.383	0	95.383
5.05.02.06	Ganho de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	0	0	0	0	95.383	95.383	0	95.383
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	641.898	-781.390	0	-139.492	0	-139.492
5.06.04	Constituição da reserva legal	0	0	29.367	-29.367	0	0	0	0
5.06.05	Constituição da reserva de retenção de lucros	0	0	279.712	-279.712	0	0	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais propostos	0	0	332.819	-332.819	0	0	0	0
5.06.07	Complemento dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-32.019	0	-32.019	0	-32.019
5.06.08	Juros sobre capital próprio declarados e pagos	0	0	0	-107.473	0	-107.473	0	-107.473
5.07	Saldos Finais	2.225.822	0	1.327.931	0	-76.614	3.477.139	0	3.477.139

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.225.822	0	995.552	-9.568	-39.978	3.171.828	0	3.171.828
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.225.822	0	995.552	-9.568	-39.978	3.171.828	0	3.171.828
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-202.301	20.800	0	-181.501	0	-181.501
5.04.08	Dividendos deliberados pela AGO e pagos	0	0	-181.501	0	0	-181.501	0	-181.501
5.04.09	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-20.800	20.800	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	423.923	-132.019	291.904	0	291.904
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	423.923	0	423.923	0	423.923
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-132.019	-132.019	0	-132.019
5.05.02.06	Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	0	0	0	0	-132.019	-132.019	0	-132.019
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.610	-263.158	0	-256.548	0	-256.548
5.06.04	Dividendos intermediários propostos e pagos	0	0	0	-169.877	0	-169.877	0	-169.877
5.06.05	Juros sobre capital próprio declarados	0	0	0	-86.671	0	-86.671	0	-86.671
5.06.06	Constituição da Reserva Legal	0	0	18.719	-18.719	0	0	0	0
5.06.07	Absorção de prejuízo do exercício	0	0	-12.109	12.109	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.225.822	0	799.861	171.997	-171.997	3.025.683	0	3.025.683

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	2.225.822	0	1.104.322	-40.899	0	3.289.245	0	3.289.245
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	2.225.822	0	1.104.322	-40.899	0	3.289.245	0	3.289.245
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-214.381	0	0	-214.381	0	-214.381
5.04.08	Realização ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-21.746	21.746	0	0	0	0
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos - Avaliação Patrimonial	0	0	21.746	-21.746	0	0	0	0
5.04.10	Dividendos pagos - Reservas de Lucros	0	0	-214.381	0	0	-214.381	0	-214.381
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	341.978	-39.978	302.000	0	302.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	341.978	0	341.978	0	341.978
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-39.978	-39.978	0	-39.978
5.05.02.06	Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	0	0	0	0	-39.978	-39.978	0	-39.978
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	105.611	-310.647	0	-205.036	0	-205.036
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	15.532	-15.532	0	0	0	0
5.06.05	Dividendos adicionais propostos	0	0	90.079	-90.079	0	0	0	0
5.06.06	Dividendos intermediários propostos e pagos	0	0	0	-118.282	0	-118.282	0	-118.282
5.06.07	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-86.754	0	-86.754	0	-86.754
5.07	Saldo Finais	2.225.822	0	995.552	-9.568	-39.978	3.171.828	0	3.171.828

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	10.625.426	11.037.682	10.153.192
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.963.026	10.650.962	9.609.856
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	820.284	669.322	794.649
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-157.884	-282.602	-251.313
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.270.211	-5.025.169	-5.028.872
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.094.368	-4.145.112	-3.826.876
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.175.843	-880.057	-1.201.996
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.355.215	6.012.513	5.124.320
7.04	Retenções	-390.940	-349.642	-364.359
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-390.940	-349.642	-364.359
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.964.275	5.662.871	4.759.961
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	332.704	214.062	173.044
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.454	21.554	606
7.06.02	Receitas Financeiras	338.158	192.508	172.438
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.296.979	5.876.933	4.933.005
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.296.979	5.876.933	4.933.005
7.08.01	Pessoal	342.752	304.169	281.253
7.08.01.01	Remuneração Direta	259.481	227.874	231.771
7.08.01.02	Benefícios	52.973	46.992	34.810
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.754	19.252	16.677
7.08.01.04	Outros	7.544	10.051	-2.005
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.474.763	4.381.685	3.654.540
7.08.02.01	Federais	1.226.874	2.010.488	1.381.545
7.08.02.02	Estaduais	2.235.097	2.362.425	2.264.702
7.08.02.03	Municipais	12.792	8.772	8.293
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	892.129	767.156	655.234
7.08.03.01	Juros	812.994	684.570	582.332
7.08.03.02	Aluguéis	56.357	61.119	51.715

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.08.03.03	Outras	22.778	21.467	21.187
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	587.335	423.923	341.978
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	107.473	86.671	86.754
7.08.04.02	Dividendos	364.838	169.877	208.361
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	115.024	167.375	46.863



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

Mensagem da Administração

O presente relato, além de ser uma prestação de contas do que fizemos, é também uma proposição de onde queremos estar nos próximos anos.

Em 2013, o ambiente econômico se tornou mais estável no contexto internacional. A economia global dá sinais de leve recuperação, principalmente nos EUA e Europa, enquanto que no Brasil os impactos ainda perduram. O PIB apresentou uma pequena evolução de 2,3% em relação a 2012. Ao baixo crescimento da economia somam-se as crescentes pressões inflacionárias, puxadas pelos gargalos de infraestrutura e pela variação cambial. Já o consumo de energia elétrica no Brasil comprova a sua tendência de crescer a uma taxa maior que a economia, crescendo 3,5% também em relação a 2012.

O ano de 2013 começou com temperaturas elevadas, acarretando um forte crescimento de consumo de energia elétrica. Junto com o calor vieram as fortes chuvas que afetaram, principalmente, a Baixada Fluminense. Na ocasião, a Light mais do que dobrou o seu contingente de atendimento e mobilizou os recursos necessários para minimizar os desconfortos dos clientes.

Em janeiro, as distribuidoras passaram pelo processo de Revisão Tarifária Extraordinária. O impacto da revisão foi positivo no curto prazo para os clientes, que se beneficiaram de tarifas mais baixas, com uma redução média de 19,63% na conta.

Apesar das fortes chuvas, localizadas, o retardamento do período úmido fez com que os reservatórios das usinas hidrelétricas atingissem níveis críticos que impuseram ao país o acionamento das usinas térmicas. Os custos associados a esta operação colocaram em risco o equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição. Com a atuação da Light, em conjunto com outras distribuidoras, ABRADÉE, ANEEL e MME, foi possível encontrar um caminho alternativo, com o ressarcimento dos referidos custos extraordinários dentro do próprio ano.

Equacionada esta questão, focamos em nosso principal problema, o furto de energia. O combate ao furto de energia no Rio de Janeiro é particularmente difícil, pelo forte componente social e cultural, não sendo comparável a nenhuma outra concessão do país. Em função disso, a comunicação da Companhia com seus *stakeholders* tem um papel fundamental. Lançamos uma campanha em diversas mídias e produzimos diversos filmes que serviram de comunicação institucional, fornecendo informação e despertando o debate sobre o tema na sociedade.

No início do segundo semestre, toda a força de trabalho foi convocada para uma virada rumo a grandes mudanças na Companhia, com o mote “Orgulho de ser Light”. Foi um chamamento à ação para concentrarmos a atenção na melhoria dos indicadores operacionais e mudar a percepção dos clientes quanto à qualidade do serviço prestado.

Foi criado o Escritório de Projetos Especiais – EPE, ligado diretamente à Presidência e responsável por garantir a condução bem sucedida, com a velocidade e consistência requeridas, dos projetos prioritários para a Companhia: P1 – Qualidade do Fornecimento (DEC); P2 – Combate às Perdas; P3 – Revisão Tarifária; P4 – Programa Vida; P5 – Orgulho de Ser Light e P6 – Sinergia Light e CEMIG.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

Ainda no início do segundo semestre tivemos outros motivos para nos orgulhar: o bom desempenho da Companhia na Copa das Confederações e na Jornada Mundial da Juventude. Sem ofuscar o show da seleção e nem a simpatia do Papa Francisco, a Light garantiu que a energia chegasse a todos os locais, contribuindo para iluminar corações e mentes nos dois eventos que atraíram a atenção de milhões de pessoas ao redor do mundo.

Mas vitórias passadas não garantem conquistas futuras e a Light se preparou ao longo do ano para os próximos eventos mundiais. No caso da Olimpíada, a Companhia participa de diversos fóruns voltados para a organização do evento na cidade do Rio de Janeiro. Ao longo das discussões, foi identificado um conjunto de investimentos no sistema elétrico necessários para assegurar a confiabilidade do fornecimento de energia durante a realização dos jogos olímpicos.

Deste conjunto, a Light por prudência buscou identificar e certificar-se junto à ANEEL quais os investimentos que a rigor enquadrar-se-iam na responsabilidade da concessão e quais seriam único e exclusivamente de interesse dos consumidores. Esta avaliação resultou numa demanda vinculada à concessão de cerca de R\$385MM a serem investidos ao longo de três anos (2013/14/15), norteadas pelo próprio planejamento da Companhia, no qual quase a totalidade desses investimentos estão contemplados no próximo ciclo tarifário 2014/18.

A Light conseguiu junto ao BNDES a obtenção de uma linha específica de financiamento para as obras associadas aos jogos olímpicos. No caso da subestação Olímpica, que não está vinculada às obrigações da concessão, no início de 2014 assinamos com Furnas Centrais Elétricas, com o apoio do MME, o acordo de acionistas para a administração da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Energia Olímpica SA, que será a responsável pela implantação da referida subestação, dedicada exclusivamente ao fornecimento de energia elétrica para o Parque Olímpico em construção na Barra da Tijuca.

Para fazer frente a esses desafios era preciso superar outro: a revisão tarifária, e conseguimos um resultado justo. Os ganhos de escala entre revisões foi repassado aos consumidores, houve o adequado reconhecimento dos investimentos realizados nos últimos cinco anos e o reconhecimento das especificidades da concessão da Light para o combate às perdas não técnicas, bem como a solução inovadora utilizada para combatê-las: Light Legal.

O projeto Light Legal se consolidou em 2013 como a grande ação de combate às perdas comerciais da Companhia. Associado à medição eletrônica, o projeto é aplicado em pequenas áreas chamadas “Áreas de Perda Zero” ou “APZs”, com aproximadamente 15 mil clientes, elevados índices de perdas comerciais e inadimplência. A atuação em cada área é realizada por uma empresa contratada, focada na melhoria dos indicadores, com equipe dedicada e estrutura montada na região. As APZs possuem remuneração fixa e bônus por desempenho, garantindo um maior comprometimento com o resultado. Essa configuração traz um aumento da produtividade do processo de combate às perdas e a redução do deslocamento das equipes permite minimizar custos e impactos ao meio ambiente. Em 2013, o Light Legal abrangeu um total de 26 áreas e 416 mil clientes, com resultados significativos. A perda comercial que antes era de 45,6% caiu para 20,3% e a inadimplência que antes era de 90,17% alcançou quase 100% nessas áreas.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

Além do Light legal, realizamos diversas ações no âmbito do projeto especial de combate às perdas (P2), as quais foram a base para a consolidação das estratégias de trabalho de recuperação de energia para todos os segmentos de clientes, destacando-se duas grandes frentes: blindagem da receita, para os clientes de alta e média tensão e os maiores clientes de baixa tensão (BT), e medição eletrônica com o Light Legal, para clientes de BT em áreas de perdas elevadas.

Essas ações, aliadas ao processo de pacificação das comunidades conduzido pelo Governo do Estado, permitiram à Light alcançar um resultado positivo que há muito tempo não era alcançado. As perdas comerciais (perdas não técnicas) registradas em 2013 totalizaram 5.738 GWh, representando 42,18% da energia faturada no mercado de baixa tensão. Uma redução de 3,24 p.p. em relação aos 45,42% observados em 2012. Este resultado reflete o comprometimento da Companhia no combate a esta verdadeira chaga. O compromisso da Light é reduzir as perdas comerciais a um patamar de 30% até 2018.

Ampliamos o diálogo com a força de trabalho com visitas da Diretoria às unidades da Companhia. Mantivemos os encontros gerenciais e retomamos o programa de liderança, estimulando e valorizando a atuação dos gestores da Companhia. Na mesma linha, envolvemos os principais gestores na definição de nosso plano estratégico para os próximos cinco anos. A partir da visão externa de diversos especialistas, renomados em suas respectivas áreas de atuação, e de uma reflexão profunda acerca de nossas forças e fraquezas, traçamos as macro diretrizes que nortearão a estratégia da Light até 2018.

Para alcançarmos nossos objetivos estratégicos repensamos nossas participações. Na geração, devolvemos a concessão da UHE Itaocara porque com o prazo remanescente para a implantação e operação da usina não seria possível garantir uma operação rentável. Em parceria com a CEMIG, avaliamos a possibilidade de vir a participar do novo leilão para a concessão desta usina, já sinalizado pelo governo federal. Repactuamos com a RR Participações e a CEMIG Geração e Transmissão a participação da Light Energia no capital social da Renova Energia. Esta operação permitiu a entrada da CEMIG GT no bloco de controle da Renova, possibilitou a aquisição de 51% das ações da Brasil PCH e reforçou o caixa da Renova para ser utilizado nos projetos eólicos já contratados e em novas oportunidades de crescimento em ativos de energia renovável.

Em 2013, o consumo total de energia aumentou 2,9%, atingindo 25.717 GWh, a Receita Líquida (sem Receita de Construção) foi de R\$ 6.602 milhões, 1,4% maior, o EBITDA somou R\$ 1.697 milhões, 17,9% superior e o Lucro Líquido resultou em crescimento de 38,5%, montando a R\$ 587 milhões. As perdas não técnicas ficaram 3,2 p.p. menor que em 2012 e a taxa de arrecadação foi de 100,6%, 2,6 p.p. superior ao ano passado. Em função do maior volume de investimentos, a dívida líquida da Companhia encerrou o ano em R\$ 4.025 milhões, respeitando o limite dos *covenants*. No mercado acionário, o ano foi ruim para as ações do setor elétrico. O Ibovespa desvalorizou 17,7%, o índice das Companhias de energia elétrica (IEE), teve desvalorização de 10,3%, ao passo que as ações da Light valorizaram 4,6%. Ao final do ano, 37,6% das ações da Companhia estavam em poder de acionistas não controladores (além do BNDESPar, com 10,3% das ações).

Continuamos firmes e engajados em nosso compromisso com a qualidade do serviço bem como com o desenvolvimento sustentável de nossa área de concessão e do Rio de Janeiro. Essa postura



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

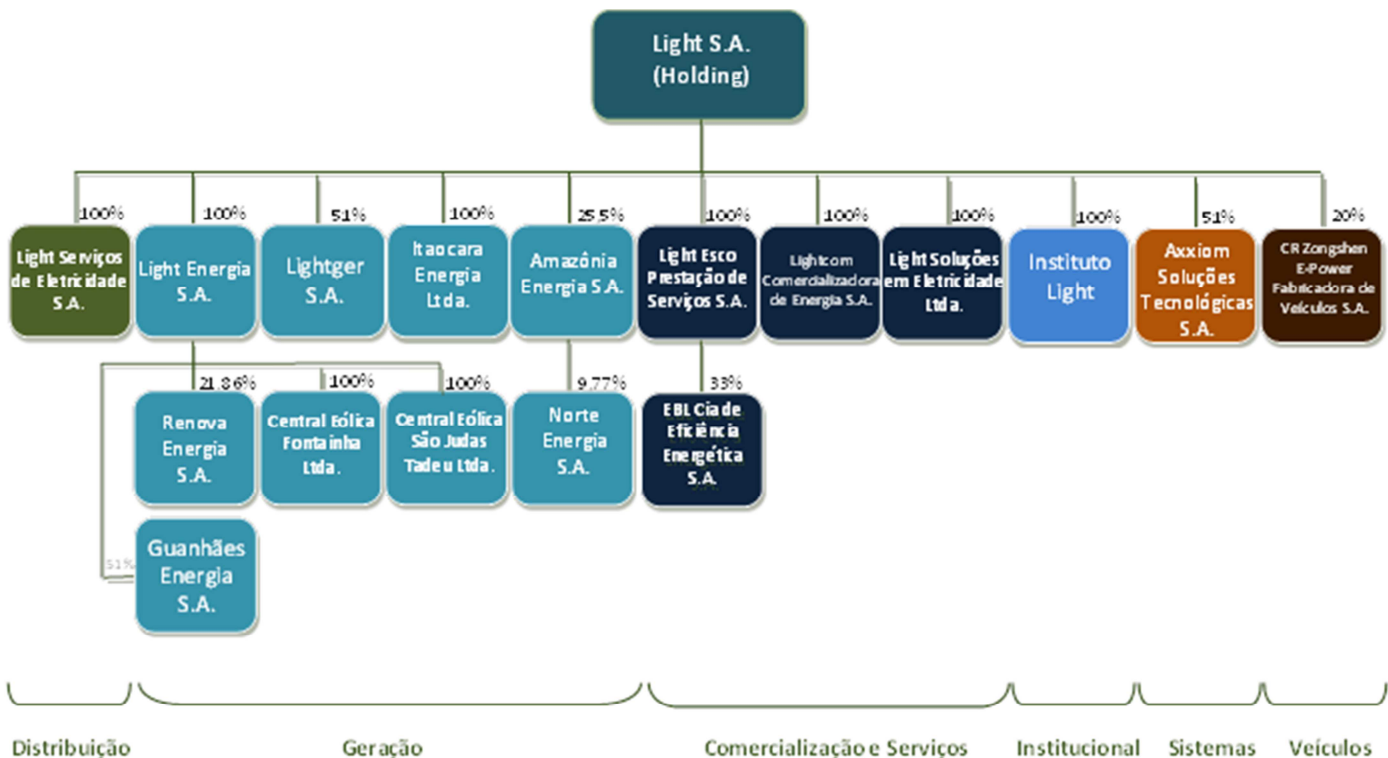
qualificou a Light a integrar, pelo sétimo ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa.

Todas as conquistas alcançadas só foram possíveis porque contamos com o apoio irrestrito do Conselho de Administração. A atuação próxima e segura dos Comitês permitiu mantermos um diálogo permanente, garantindo o alinhamento das ações da Light com os anseios do Conselho de Administração e reforçando nosso modelo de Governança Corporativa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013



Perfil Corporativo

A Light está presente em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo uma região com mais de 10 milhões de pessoas e encerrou 2013 com 4.118.120 clientes. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, o Grupo Light é constituído pelas empresas **Light S.A.** (holding); Light Serviços de Eletricidade S.A. (**Light SESA**), de distribuição de energia; Light Energia S.A. (**Light Energia**), de geração de energia, Lightger S.A. (**Lightger**), responsável pelo empreendimento PCH Paracambi; Itaocara Energia Ltda. (**Itaocara**); Amazônia Energia Participações S.A. (**Amazônia**), para participação no projeto da UHE Belo Monte; Light Esco Prestação de Serviços S.A. (**Light Esco**) e Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (**Lightcom**), ambas em comercialização; Light Soluções em Eletricidade Ltda. (**Light Soluções**); Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (**Axxiom**), de serviços; **Instituto Light**, institucional; e CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. (**E-Power**), na fabricação de veículos elétricos de duas rodas.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

Contexto Operacional

Desempenho Operacional

Distribuição de Energia

Com base nos dados preliminares de 2013 da EPE (Empresa de pesquisa energética), a Light aparece nas seguintes posições: (i) Quinta maior quanto ao consumo total; (ii) Quinta maior quanto ao número total de unidades consumidoras; (iii) Quarta maior quanto ao número de unidades consumidoras na classe residencial.

Tarifas

A Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, aprovou o reposicionamento tarifário da Light SESA, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras).

O processo de revisão tarifária tem como principais resultados: o reposicionamento tarifário, que estabelece tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes e com a remuneração sobre os investimentos prudentes; e o Fator X, que estabelece metas de produtividade para o período tarifário subsequente.

Para o cálculo do reposicionamento tarifário, a Aneel define: (i) os custos operacionais eficientes, a partir da atualização dos custos operacionais definidos no último ciclo; (ii) os investimentos prudentes, que compõem a Base de Remuneração Regulatória; (iii) o nível de perdas regulatórias a serem repassadas aos consumidores; e (iv) os custos não-gerenciáveis.

Considerando o novo componente financeiro, aplicável exclusivamente aos próximos 12 meses, e a retirada do componente financeiro presente atualmente nas tarifas da Light SESA, os consumidores observaram um aumento médio em suas contas de luz de 3,65%, a partir de 7 de novembro de 2013.

A Aneel estabeleceu também os Fatores Xpd, de 1,22% e Xt de 0%, calculados pela aplicação direta da equação definida na metodologia regulatória, que depende da evolução do mercado, da extensão da rede de distribuição e do número de consumidores entre as revisões tarifárias.

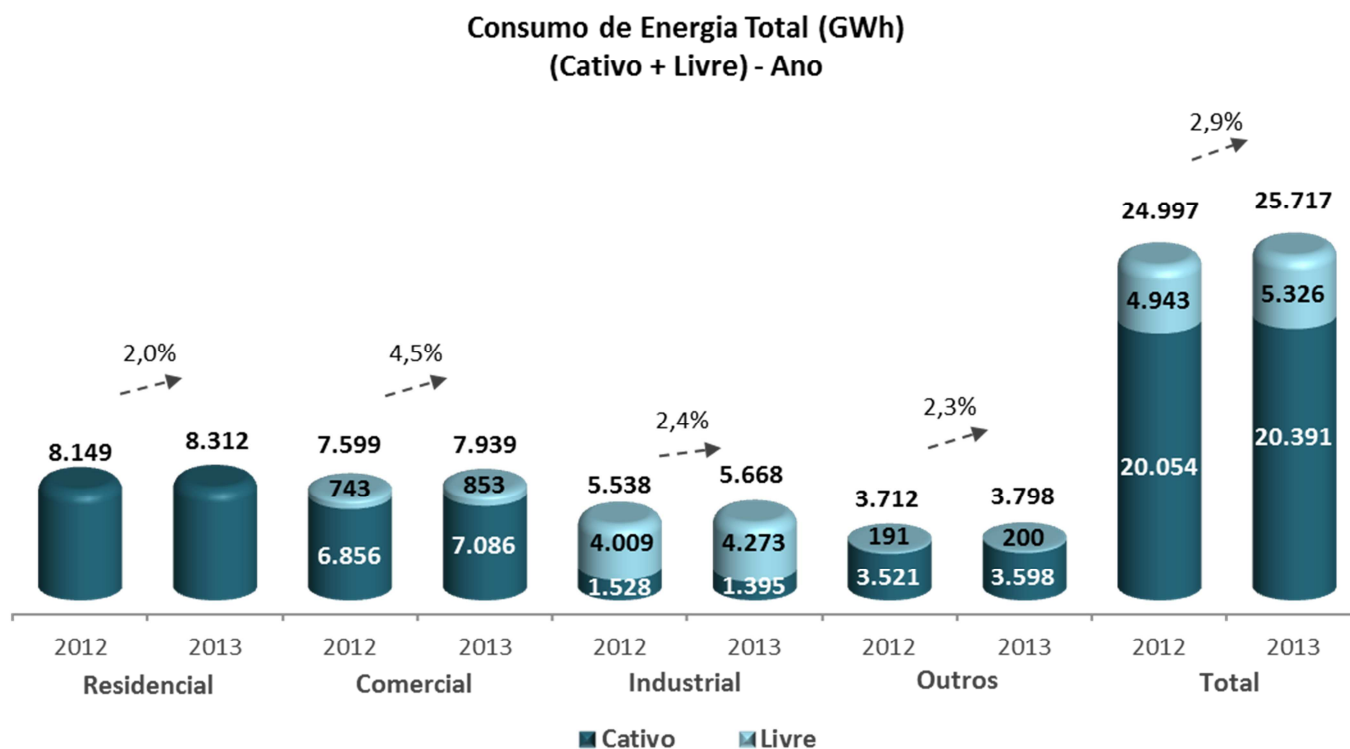
Com relação às perdas não-técnicas, o percentual a ser reconhecido na tarifa será de 40,41% sobre o mercado de baixa tensão, constante ao longo do ciclo. O valor correspondente à diferença entre esse percentual e um referencial que parte de 31,37%, no início do ciclo, até atingir 29,69% em 2018, será investido no programa de combate a perdas da Companhia e tratado como Obrigações Especiais, fora da Base de Remuneração Regulatória. A evolução dos resultados do programa de combate a perdas será acompanhada pela Aneel, como condição para a manutenção do patamar de 40,41%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

Evolução do Mercado



Os clientes (cativos e livres) faturados na área de concessão, consumiram um total de 25.717 GWh em 2013, sendo 4.118.120 clientes cativos (inclui consumo próprio) e 164 instalações de clientes livres. Além dos clientes livres, há quatorze geradores conectados à rede de distribuição da Companhia que também pagam pela utilização do nosso sistema.

Em 2013, o consumo total de energia na área de concessão da Light SESA (clientes cativos + transporte de clientes livres), apresentou um crescimento de 2,9% em relação ao ano de 2012. Todas as classes contribuíram positivamente para este resultado, que foi influenciado principalmente pelo desempenho da classe comercial, que corresponde à 30,9% do mercado total e teve um crescimento de 4,5% em relação ao ano de 2012.

No segmento residencial, com consumo de 8.312 GWh no ano e participação de 32,3% do mercado total, apresentou um aumento de 2,0% comparado ao mesmo período do ano anterior influenciado negativamente pela reclassificação de condomínios prediais para a classe comercial e também pelas ações de encerramento contratual de clientes inadimplentes de longa data do cadastro da Light. Sem tais ações, o consumo residencial apresentaria um aumento de 4,7%. O consumo médio mensal aumentou 2,2%, atingindo 185,2 kWh/mês em 2013.

Os clientes da classe comercial consumiram 7.939 GWh, apresentando um aumento de 4,5%. Esse resultado foi influenciado pela reclassificação de condomínios prediais para a classe

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

comercial. Sem o efeito da reclassificação dos condomínios, o segmento comercial apresentaria um decréscimo de 2,2% ano contra ano.

No ano, o consumo total dos clientes industriais foi de 5.668 GWh, o que representou um aumento de 2,4% em comparação com o ano de 2012. Destaca-se o aumento de consumo dos setores de aço/metalurgia e de borracha/plástico, que juntos representam 61,3% do consumo industrial total.

Em relação às demais classes, que representaram 14,8% do mercado total, houve um aumento de 2,3% do consumo em relação ao ano passado. Todas as classes tiveram crescimento de consumo em 2013. As classes rural, poder público e serviço público apresentaram aumento de 8,2%, 0,9% e 3,1%, respectivamente, em relação ao ano de 2012.

Panorama de Consumo

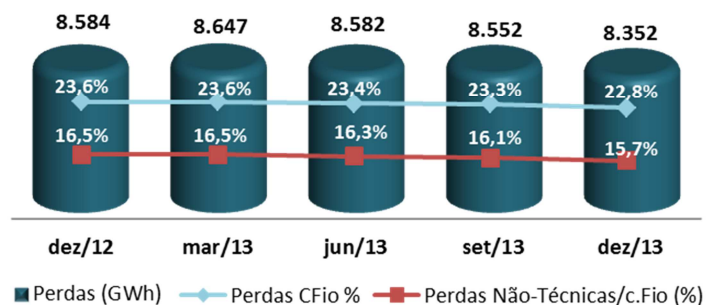
	Residencial	Comercial	Industrial	Demais classes
Participação no mercado total da Companhia (%)	32,3	30,9	22	14,8
Número de clientes faturados (mercado cativo)	3.768.989	315.460	8.093	25.578
Número de clientes faturados (mercado livre) (instalações)	-	139	41	3

Perdas de Energia Elétrica

As perdas totais da Light SESA somaram 8.352 GWh, ou 22,8% sobre a carga fio, nos 12 meses encerrados em dezembro de 2013, representando uma redução de 0,8 p.p. e 0,5 p.p. em relação aos índices de dezembro de 2012 e setembro de 2013, respectivamente.

No mesmo período, as perdas não técnicas, totalizaram 5.738 GWh, representando 42,2% calculado sobre a energia faturada no mercado de baixa tensão (critério Aneel), (15,7% sobre a carga fio) apresentando uma redução de 3,2 p.p. em relação às perdas de dezembro de 2012.

Evolução das Perdas Totais
12 meses



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Light

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

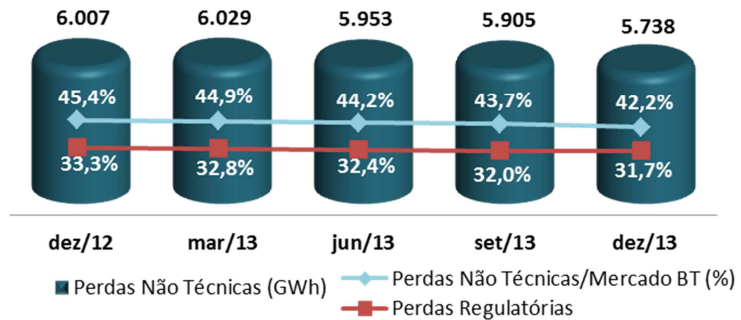
Para potencializar a redução das perdas não-técnicas, a Light vem investindo continuamente em ações que vão desde os processos convencionais de inspeção de fraude, passando pela modernização da rede e dos sistemas de medição até o projeto APZ (Área de perda zero).

No âmbito do programa de novas tecnologias para redução das perdas, o ritmo de instalação acelerou em 2013, alcançando um total de 432 mil medidores eletrônicos instalados.

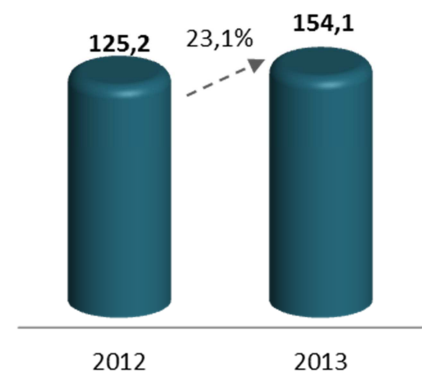
Com relação aos processos convencionais de recuperação de energia, como o de negociação dos débitos de clientes com fraude constatada, proporcionaram em 2013 um montante de 154,1 GWh de energia recuperada, 23,1% acima do montante recuperado em 2012. As regularizações de fraude totalizaram 57.000 normalizações no ano, quantidade 7,0% acima comparado ao ano anterior.

Em agosto de 2012, foi criado o Projeto APZ, baseado na conjugação de medidores eletrônicos e rede blindada com equipes dedicadas de técnicos e agentes de relacionamento comercial que têm metas e remuneração atreladas à melhoria dos indicadores de perdas e inadimplência da sua respectiva área. Uma APZ tem em média 17 mil clientes. O projeto, que é conhecido comercialmente como “Light Legal” e conta com o apoio do SEBRAE para capacitação dos microempresários parceiros, encerrou o mês de dezembro de 2013 com 26 APZs em operação, abrangendo 416 mil clientes na Baixada Fluminense, Zona Oeste e Zona Norte. Desde o início do projeto, as APZs já inauguradas vem apresentando uma redução média de perdas não-técnicas sobre faturamento BT de 20,3 p.p. e aumento médio na arrecadação de 7,5 p.p..

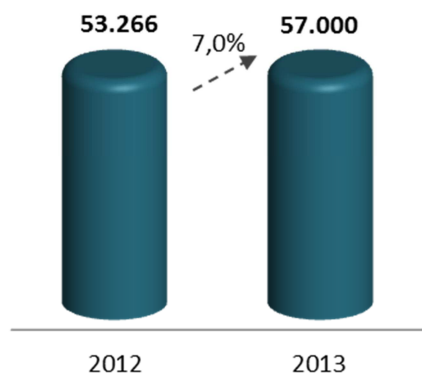
Perdas Não Técnicas/Mercado BT
12 meses



Recuperação de Energia (GWh)



Clientes Normalizados



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

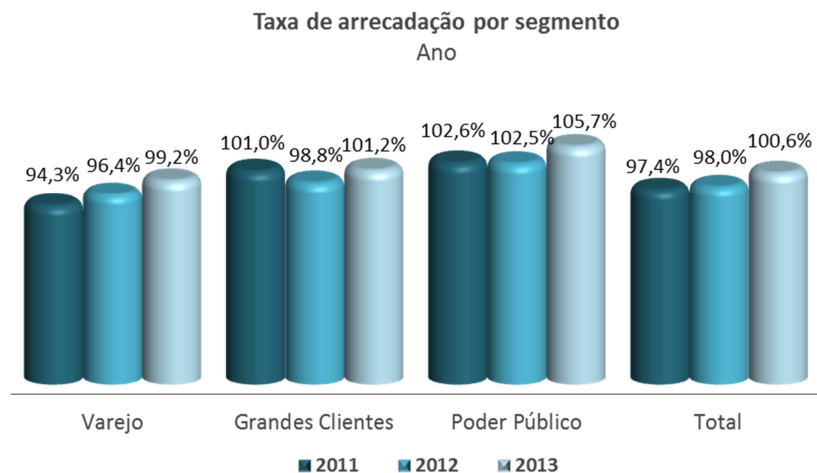


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

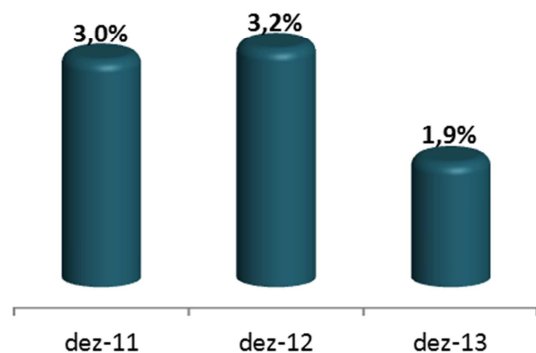
Inadimplência

No ano de 2013, a taxa de arrecadação foi de 100,6% do faturamento, 2,6 p.p. acima do nível observado em 2012. O bom desempenho das taxas de arrecadação é consequência da continuidade das ações do programa de combate à inadimplência no ano. A taxa do segmento de varejo apresentou um crescimento de 2,8 p.p., o segmento de grandes clientes cresceu 2,4 p.p. e o segmento de poder público cresceu 3,2 p.p., todos em relação ao ano de 2012.

A constituição de Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) em 2013 representou 1,9% da receita bruta de faturamento de energia, totalizando R\$ 158,3 milhões. Tal resultado foi inferior ao registrado no ano passado, quando houve o efeito extraordinário de revisão de estimativa para recebimento de saldos antigos de grandes clientes, inclusive o segmento de poder público, no valor de R\$ 111,7 milhões.



PCLD/ROB
Fornecimento Faturado - 12 meses



Qualidade dos Serviços

Regulamentados pela ANEEL, dois indicadores específicos, o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) avaliam o desempenho das concessionárias quanto à continuidade do serviço prestado de energia elétrica por unidade consumidora.

A média móvel dos últimos doze meses, referente ao DEC – Duração Equivalente de Interrupção, que é expresso em horas, atingiu o valor de 18,40. A média móvel referente ao FEC – Frequência Equivalente de Interrupção, expressa em vezes, relativa ao mesmo período, foi de 8,31. Nos indicadores referentes ao 4º trimestre podemos constatar os efeitos decorrentes do plano de ação emergencial iniciado em junho/13, que através do incremento de podas e serviços de manutenção na rede elétrica apresentou impactos positivos nos resultados, permitindo que os indicadores DEC e FEC



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

do quarto trimestre de 2013 apresentem valores melhores que os do mesmo período em 2012. Na comparação entre os indicadores sem expurgo, isto é, o que é de fato sentido pelos consumidores, os indicadores foram 20,48 horas para o DEC e 8,87 vezes para o FEC.

Foram realizadas 909 inspeções/manutenções em circuitos de média tensão, substituídos 3.708 transformadores e podadas 111.184 árvores. Na rede de distribuição subterrânea foram realizadas 25.254 inspeções em câmaras transformadoras e 52.470 em caixas de inspeção, além de manutenção em 264 transformadores, 206 chaves e em 1.404 protetores.

Resultados DEC e FEC em 2013:

INDICADOR	META Regulatória	APURADO Global
DEC Global	9,00	18,40
FEC Global	6,96	8,31

DEC e FEC				
FEC	Unidade	2011	2012	2013
	Número de interrupções	7,76	8,39	8,31
DEC	Unidade	2011	2012	2013
	Horas	16,73	18,15	18,40

Atendimento ao Cliente

A cada ano a Light vem superando o seu desafio de atender com qualidade, oferecendo soluções às demandas de mais de quatro milhões de clientes distribuídos nos 31 municípios da área de concessão, investindo fortemente em uma plataforma de multicanais, para se relacionar e dialogar cada vez melhor com seus consumidores, acompanhando a mudança de perfil do seu público alvo, para oferecer acesso a qualquer hora e em qualquer lugar. A empresa busca ir além do atendimento, busca exceder as expectativas dos seus clientes, encantá-los, com foco na melhoria da satisfação dos mesmos e da sua imagem, de forma constante.

A melhoria e a implementação de canais virtuais tem sido uma das principais estratégias da área de atendimento e relacionamento comercial.

No ano de 2013, a Light conquistou seu quinto Selo LAC - Loja Amiga do Cliente consecutivo, reconhecimento concedido pelo Instituto Ibero-Brasileiro de Relações com o Cliente (IBRC). O prêmio destaca o trabalho de qualidade realizado nas agências comerciais.

Em 2013 a satisfação dos clientes com a execução dos serviços solicitados à empresa, avaliada por meio de pesquisa própria, alcançou a marca de 88,4% no principal índice apurado, o ISES - Índice de Satisfação com a Execução do Serviço. As entrevistas são feitas somente com clientes que efetivamente solicitaram à Light algum dos serviços selecionados para avaliação.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

Para alcançar melhores resultados nos próximos anos, a Light trabalha constantemente na melhoria da prestação de seus serviços, focando seus esforços em projetos especiais voltados para os multicanais, acesso e conforto aos clientes. Com a intensificação dos meios de comunicação da empresa, procuramos estreitar e aperfeiçoar a relação com nossos clientes, de forma que possamos orientar e instruir corretamente com informações de interesse público, assim como divulgar todas as ações que a empresa realiza para o desenvolvimento de sua área de concessão.

Geração

Em 2013, foi vendido um total de 4.881,8 GWh, volume 9,1% inferior ao ano de 2012. Esse resultado foi decorrente, principalmente, da pior condição hidrológica do sistema nacional, impactada pelo baixo nível dos reservatórios associado ao atraso do período de chuvas.

LIGHT ENERGIA (GWh)	2013	2012	%
Ambiente de Contratação Regulada	1.044,3	4.103,0	-74,5%
Ambiente de Contratação Livre	3.627,5	746,6	385,9%
Spot (CCEE)	210,0	523,8	-59,9%
Total	4.881,8	5.373,4	-9,1%

Em 2013, a Light Energia produziu 4.399 MWh líquidos de energia, volume 2,4% acima dos 4.296 MWh gerados em 2012. Toda a energia da Light é produzida exclusivamente por fonte hidráulica e é proveniente da bacia formada pelo Rio Paraíba do Sul e pelo Ribeirão das Lajes. A Light Energia conta com um parque gerador formado por cinco usinas hidrelétricas, que somam 855 MW de capacidade instalada, além delas, também possui duas usinas elevatórias, dois reservatórios de regularização e seis reservatórios de pequeno porte, nos Estados do Rio e de São Paulo.

Projetos em Geração

O crescimento no segmento de geração está alinhado ao Planejamento Estratégico. A Companhia está constantemente analisando a participação em diversos projetos de geração visando assegurar o crescimento de sua capacidade instalada, sejam eles *greenfield* ou *brownfield*.

Pequena Central Hidrelétrica Lajes - O projeto básico já foi aprovado pela Aneel. A Aneel alterou em Junho de 2013 o regime de exploração de serviço público para produtor independente de



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

energia, com isto a PCH Lajes obteve 50% de redução da TUSD e da TUST. O processo de contratação da construtora está em andamento. Com a definição do construtor será possível iniciar as obras, com geração prevista para o primeiro semestre de 2016, uma vez que a PCH já possui a licença de instalação emitida. A unidade com potência de 17 MW será instalada na antiga casa de força da UHE Fontes Velha. Além de aumentar a capacidade de geração, outros benefícios advindos do projeto serão: o aumento da flexibilidade operacional, a modernização do suprimento da Adutora da Cedae, o controle de cheias no Rio Piraí e a melhoria da qualidade da água do Reservatório de Lajes.

Belo Monte - Em outubro de 2011, a Amazônia Energia, cujos sócios são Light (25,5%) e Cemig (74,5%), adquiriu 9,77% da Norte Energia, empresa responsável pela construção e operação da UHE Belo Monte. Localizada no Rio Xingu, no estado do Pará, a UHE Belo Monte é a terceira maior usina hidrelétrica do mundo e a maior 100% brasileira. Tem capacidade instalada de 11.233 MW e Garantia Física de 4.571 MW. A primeira unidade geradora tem previsão de entrar em operação em fevereiro de 2015, enquanto que a última das 24 turbinas em janeiro de 2019.

As obras civis estão em andamento e a primeira etapa da montagem eletromecânica do sítio Pimental está sendo finalizada.

Ganhães Energia - O complexo de Guanhões é formado por quatro PCHs: Dolores de Guanhões, Fortuna II, Jacaré e Senhora do Porto, localizadas nos rios Guanhões, Corrente Grande e Bacia do Rio Doce, todos em Minas Gerais. As PCHs possuem potência instalada de 44 MW e os sócios da Guanhões Energia são a Light (51%) e a CEMIG (49%).

A primeira unidade geradora tem previsão de entrada em operação em setembro de 2014 e a última em março de 2015.

Renova Energia ("Renova")

✓ **Entrada da Cemig GT no bloco de controle da companhia:**

No final do ano, a Renova fez o acordo para a aquisição de 51% da Brasil PCH e a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova. A Brasil PCH detém 13 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios.

A entrada da Cemig GT, que foi efetivada em fevereiro de 2014, adicionou ativos operacionais na Renova, melhorando o balanceamento entre os projetos em operação e os projetos em construção e desenvolvimento. Além disso, a Brasil PCH irá contribuir de forma importante para a geração de caixa da Renova, que poderá utilizar esse caixa no crescimento da Renova, tanto em projetos já contratados, como em novos projetos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

✓ Ano de maior contratação de energia na história da Renova.

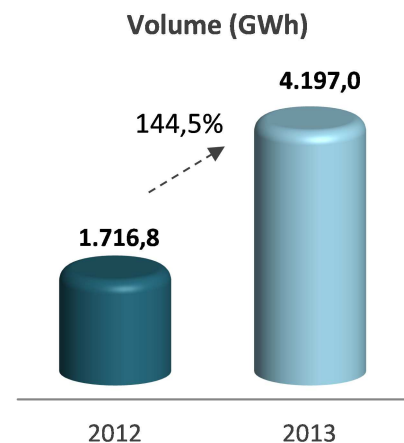
Em 2013, a Renova comercializou 257,6 MW médios, o que corresponde a 514,5 MW instalados em dois leilões do mercado regulado e 15,0 MW médios no mercado livre.

A Renova comercializou no Leilão de Energia de Reserva de 2013 (LER 2013) 73,7 MW médios a serem gerados por nove parques eólicos, localizados no estado da Bahia, que correspondem a 159,0 MW de capacidade instalada.

Comercialização

Em 2013, a comercialização de energia somou o montante de 4.197,0 GWh, 144,5% acima dos 1.716,8 GWh comercializados no ano passado. Tal crescimento se deve principalmente à venda da energia da Light Energia que ficou disponível após o vencimento dos contratos firmados no leilão de 2004.

No ano, 13 projetos de prestação de serviços estavam em andamento, sendo que 9 ainda permanecem em execução, dentre eles o projeto de cogeração para uma grande indústria no setor de bebidas, cinco projetos em grandes shoppings centers do país e um referente à construção de uma linha de transmissão de 138 kV para uma grande mineradora nacional.



Investimentos

CAPEX (R\$MM)	2013	Partic. %	2012	Partic. %	Var %
Distribuição	712,6	84,3%	694,1	87,1%	2,7%
Reforço da rede e expansão	498,6	70,0%	338,5	48,8%	47,3%
Perdas	192,1	27,0%	199,8	28,8%	-3,8%
Outros	21,8	3,1%	155,9	22,5%	-86,0%
Administração	40,2	4,8%	50,9	6,4%	-21,0%
Comerc./ Eficiência Energética	61,0	7,2%	26,1	3,3%	133,4%
Geração	31,3	3,7%	25,7	3,2%	21,9%
Total	845,0	100,0%	796,8	100,0%	6,1%

No ano de 2013, o total investido pela Light somou R\$ 845,0 milhões, 6,1% acima do investido no ano de 2012.

O segmento de distribuição concentrou o maior volume, R\$ 712,6 milhões (representando 84,3% do investimento total) apresentando um crescimento de 2,7% frente ao valor investido em 2012.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

Dentre os investimentos realizados, se destacam: (i) os direcionados ao desenvolvimento de redes de distribuição e expansão, com o intuito de atender ao crescimento de mercado, aumentar a robustez da rede e melhorar a qualidade, inclusive na rede subterrânea, no valor de R\$ 349,8 milhões, (ii) o projeto de combate às perdas de energia (blindagem de rede, sistema de medição eletrônica e regularização de fraudes) no qual foi investido o montante de R\$ 192,1 milhões e (iii) R\$ 148,7 milhões destinados a investimentos específicos para a Copa e para as Olimpíadas.

Os investimentos em comercialização e eficiência energética passaram de R\$ 26,1 milhões em 2012 para R\$ 61,0 milhões em 2013. Esse aumento é explicado pelo projeto de cogeração que está sendo realizado junto a uma grande indústria de bebidas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

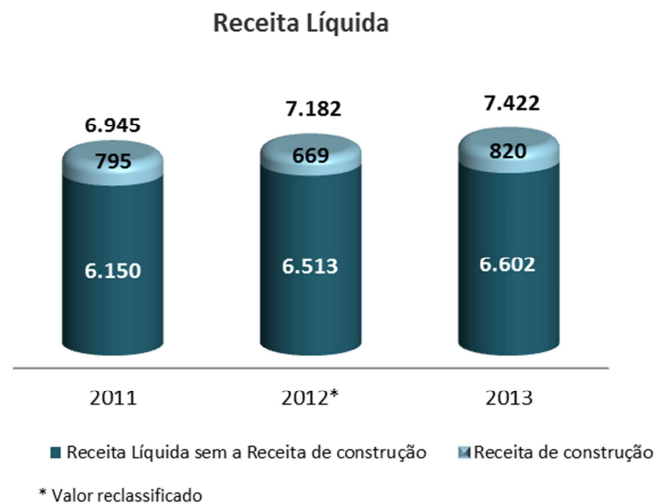
Comentário Financeiro e de Mercado de Capitais

Desempenho Financeiro

Receita Líquida

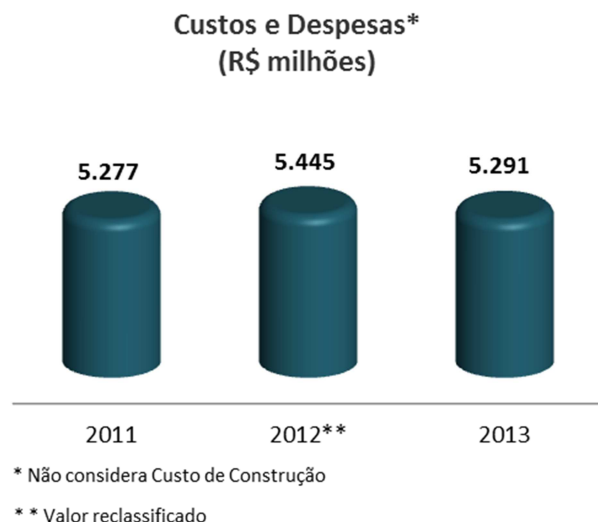
Na comparação entre os períodos, a receita líquida consolidada totalizou R\$ 7.422,3 milhões, 3,3% acima da registrada em 2012. E, desconsiderando a receita de construção, totalizou R\$ 6.602,0 milhões, representando um crescimento de 1,4%.

O resultado do segmento com maior destaque foi o da comercialização e serviços, cuja receita cresceu 105,5% em relação ao ano anterior. O segmento de geração apresentou um desempenho de 36,2% superior e o da distribuição 1,5%, desconsiderando a receita de construção.



Custos e despesas

No ano de 2013, os custos e despesas operacionais consolidados, já desconsiderando os custos de construção, totalizaram R\$ 5.290,6 milhões, 2,8% inferior ao apurado em 2012. Tal variação foi influenciada pela redução de 7,0% dos custos e despesas não gerenciáveis, tendo em vista o menor custo com transmissão e compra de energia, já incorporando os efeitos do decreto nº 7.945/13, com o repasse total dos recursos da CDE no montante de R\$ 801,1 milhões no ano.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

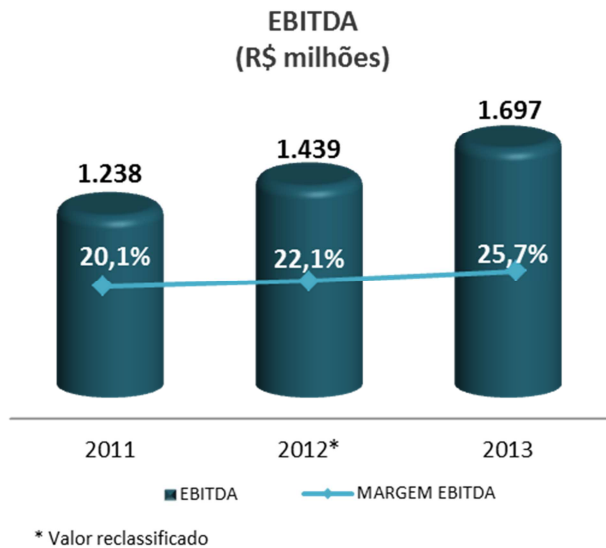


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

EBITDA

No ano, o EBITDA foi de R\$ 1.696,8 milhões, 17,9% superior ao de 2012, com margem EBITDA de 25,7%, 3,6 p.p. acima do realizado no ano passado, reflexo da reprecificação dos contratos da geradora e do crescimento do mercado da distribuidora, com aumento da receita líquida no ano.

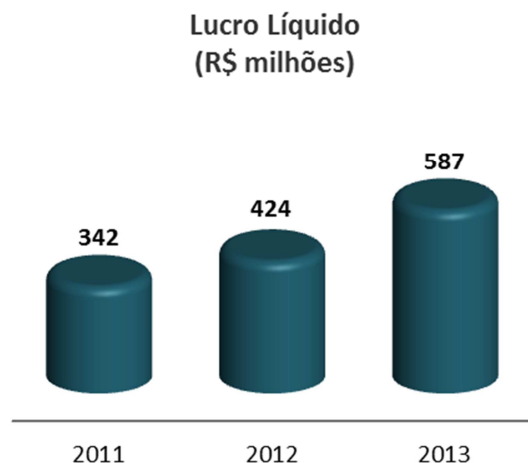
Quando ajustado pela CVA, isto é, os ativos e passivos regulatórios, que deverão ser considerados no próximo reajuste tarifário da distribuidora - refletindo, portanto, o potencial de geração bruta futura de caixa, o EBITDA ajustado seria de R\$ 1.675,8 milhões no ano, 5,3% abaixo de 2012.



A participação do EBITDA do segmento de distribuição foi de 72,5% no montante apurado em 2013. Os segmentos de geração e comercialização responderam por 26,0% e 1,5%, respectivamente.

Lucro Líquido

No ano, o lucro líquido foi de R\$ 587,3 milhões, 38,5% acima do registrado no mesmo período de 2012, o qual é justificado pela melhora no resultado operacional da distribuidora e da geradora. Considerando a formação de CVA, o lucro líquido ajustado totalizaria R\$ 573,5 milhões em 2013, 10,7% inferior ao de 2012.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

Situação Financeira

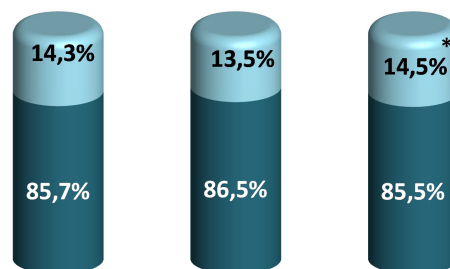
A dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 5.815,3 milhões, apresentando redução de 2,3% em relação à posição de setembro de 2013. Quando comparada com o mesmo período de 2012, a dívida bruta aumentou em 37,2%, ou R\$ 1,6 bilhão, em função das captações realizadas no período, quais sejam:

(i) liberações de recursos por parte do BNDES, ao longo dos últimos 12 meses, no montante de R\$ 59 milhões, para a Light SESA; (ii) captação no valor de R\$ 150 milhões, através do Banco do Brasil, para a Light SESA (fevereiro de 2013); (iii) captação em moeda estrangeira de R\$ 121 milhões, através do Banco Tokyo-Mitsubishi, para a Light SESA, com proteção à exposição cambial através de operação de swap para Real (março de 2013); e (iv) 9ª emissão de debêntures da Light SESA no montante total de R\$ 1,6 bilhão junto ao Banco do Brasil (junho de 2013), dividida em duas séries, tendo a primeira, de R\$ 1,0 bilhão, um custo de CDI+1,15% e a segunda, de R\$ 600 milhões, um custo de IPCA+5,74%. Tais recursos foram utilizados para investimentos, capital de giro e pré-pagamento de R\$ 500 milhões referentes às Notas Promissórias Comerciais emitidas em maio de 2013 e de R\$ 375 milhões em dívidas mais caras, incluindo R\$ 160 milhões da 5ª emissão de debêntures que tinha um custo de CDI+1,5%.

a primeira, de R\$ 1,0 bilhão, um custo de CDI+1,15% e a segunda, de R\$ 600 milhões, um custo de IPCA+5,74%. Tais recursos foram utilizados para investimentos, capital de giro e pré-pagamento de R\$ 500 milhões referentes às Notas Promissórias Comerciais emitidas em maio de 2013 e de R\$ 375 milhões em dívidas mais caras, incluindo R\$ 160 milhões da 5ª emissão de debêntures que tinha um custo de CDI+1,5%.

A relação dívida líquida/EBITDA passou de 2,83x em 2012 para 2,84x em dezembro de 2013. Com isso, a Companhia segue respeitando o covenant para tal indicador, que é de até 3,0x. A Companhia possui também um covenant para o indicador EBITDA/despesa de juros, que deve ser acima de 2,5x. Neste indicador, o resultado obtido em dezembro foi de 3,79x. Vale mencionar que o descumprimento do covenant só se configura em caso de ultrapassagem dos limites estabelecidos para os indicadores por 2 trimestres consecutivos ou 4 intercalados.

Endividamento (Moeda Nacional x Estrangeira)



dez/12 set/13 dez/13

■ Moeda Nacional ■ Moeda Estrangeira

* Equivale a 0,4% sem proteção cambial

Múltiplo para efeito	2013	2012
Dívida Bruta	5.815,3	4.666,0
+ Operações de Swap	(135,1)	(29,4)
+ Fundo de Pensão	1.224,7	1.054,7
- Caixa	1.790,4	392,9
= Dívida Líquida para covenants (a)	5.114,4	5.298,4
EBITDA (12 meses)	1.696,8	1.456,2
+ Provisões	210,9	475,2
- Outras Receitas/Despesas Operacionais	81,3	375,6
+ Ativos e Passivos Regulatórios (CVA)	(21,0)	330,4
- CVA Financeira	5,1	14,0
= EBITDA para covenants (b)	1.800,3	1.872,2
Dívida Líquida / EBITDA (a/b)	2,84	2,83

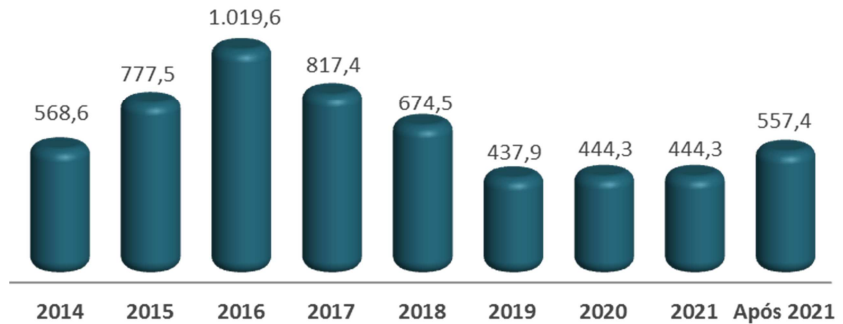
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

O prazo médio de vencimento da dívida é de 4,1 anos, em linha com o do trimestre passado. O custo médio da dívida denominada em reais ficou em 9,7% a.a., 0,9 p.p. acima do custo da dívida de setembro de 2013. No fechamento do ano, 14,5% do endividamento total estava denominado em moeda estrangeira, mas considerando o resultado das operações de

Cronograma de Amortização (R\$ MM)



proteção à exposição cambial, a exposição ao risco de moeda estrangeira ficou em 0,4%, em linha com o apurado em setembro. A política de proteção à exposição cambial consiste em proteger o fluxo de caixa das dívidas em moeda estrangeira vencendo nos próximos 24 meses (principal e juros), através do instrumento swap sem caixa, com instituições financeiras de primeira linha. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131, junto ao Merrill Lynch, BNP, Citibank e Bank Tokyo-Mitsubishi, já foram contratadas com swap para todo o prazo da dívida.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

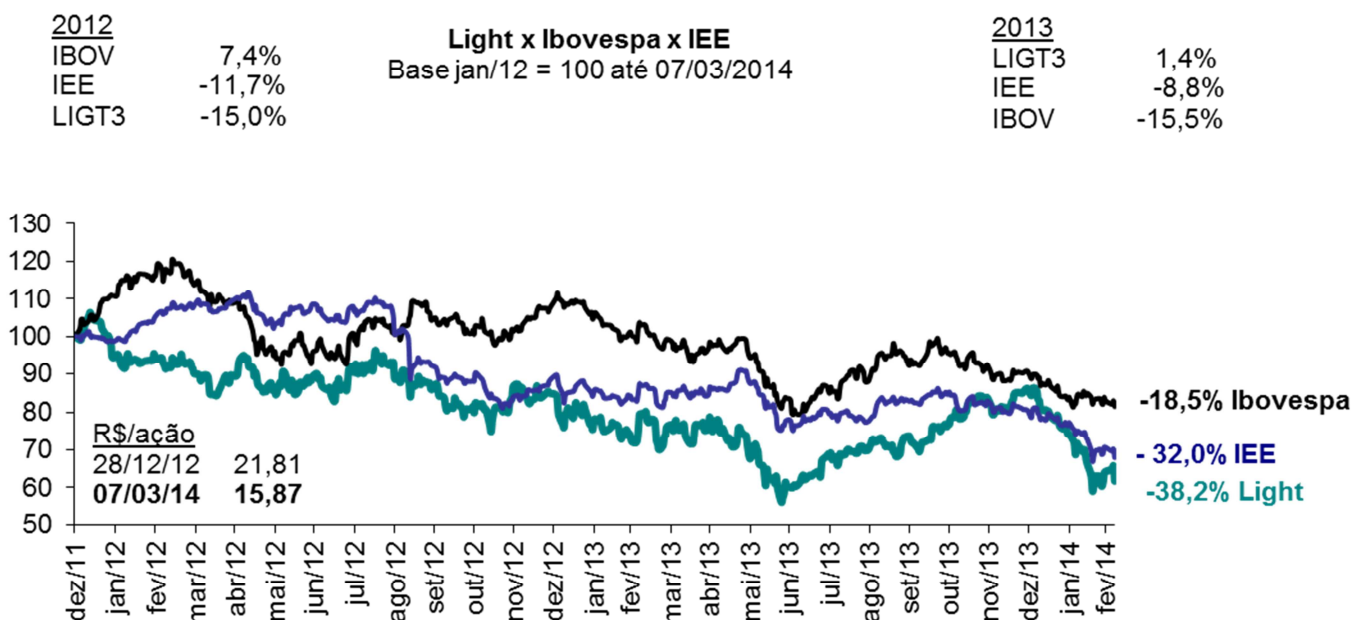
Governança Corporativa e Mercado de Capitais

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Light S.A. era composto por 203.934.060 ações ordinárias, sem valor nominal.

As ações da Light são listadas no Novo Mercado da Bovespa desde Julho de 2005, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa e com os princípios de transparência e equidade, além de conceder direitos especiais aos acionistas minoritários. As ações da Light S.A. compõem os índices Ibovespa, IGC, IEE, IBrX, ISE, ITAG, IDIV e MSCI. As ações da Light também são negociadas no mercado de balcão americano (Over-the-counter - OTC), através de ADR Nível 1, sob o ticker LGSXY.

O Conselho de Administração da Light é composto por 11 membros, sendo 2 deles eleitos de forma independente. Para auxílio do Conselho de Administração existem 5 comitês: Finanças, Gestão, Auditoria, Recursos Humanos e Governança e Sustentabilidade.

O gráfico abaixo apresenta a evolução da ação da Light desde 28 de dezembro de 2011 até 07 de março de 2014.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

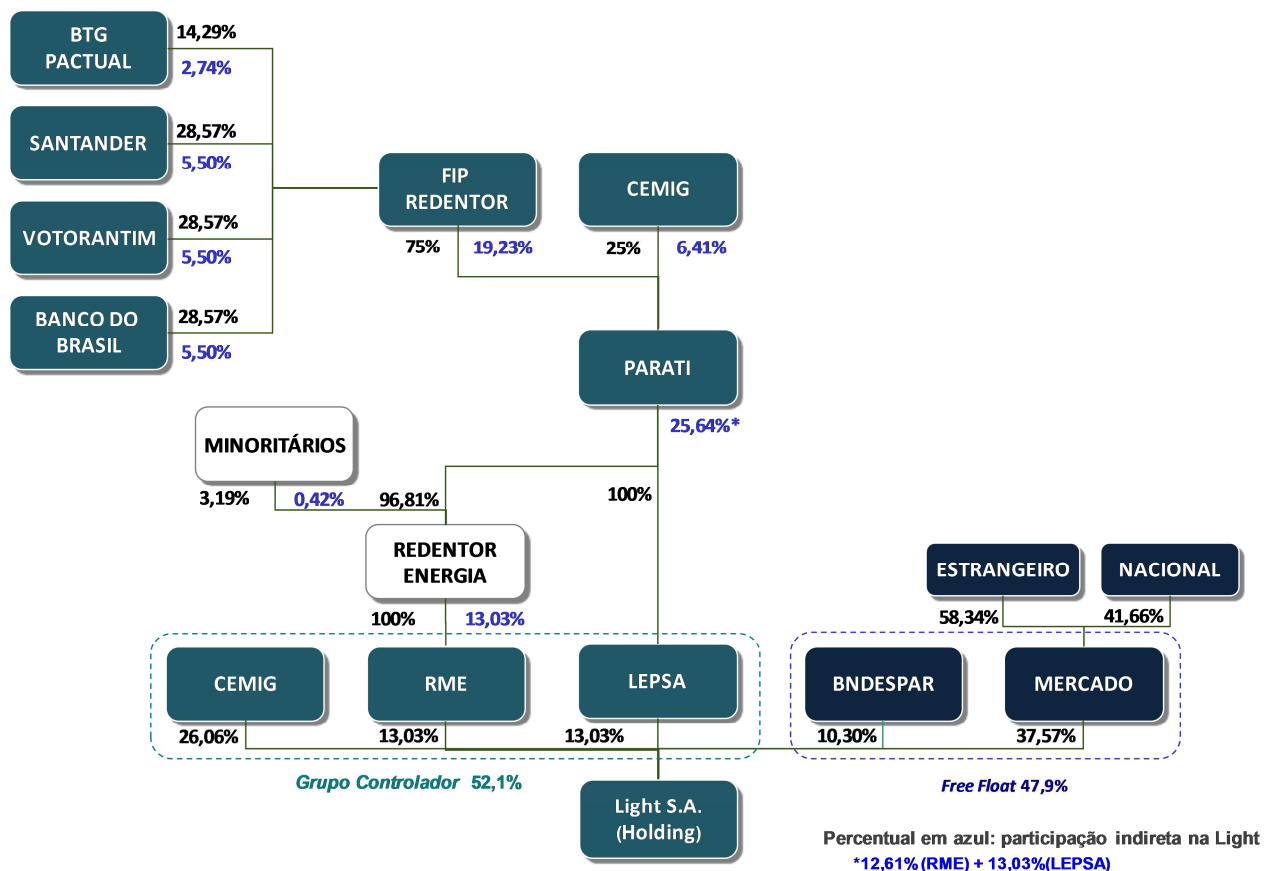


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

Composição acionária

A composição acionária da Light em 31 de dezembro de 2013 era: Grupo de Controle, com 52,13% e *free float*, com 47,87%, sendo 10,3% do BNDESPar e 37,57% sob o controle de acionistas minoritários. O Grupo de Controle é, por sua vez, constituído pelas empresas: Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), com 26,06%, Luce Empreendimentos e Participações S.A (LEPSA), com 13,03% e Rio Minas Energia S.A (RME), com 13,03%.

Composição acionária em 31 de dezembro de 2013





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

O quadro abaixo indica a quantidade de ações ordinárias detidas pelos acionistas da Light.

Acionistas	Quantidade	Nacionalidade	Particip.	Capital Social (R\$)
RME - RIO MINAS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A	26.576.150	Brasileira	13,03	290.063.291,07
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS S.A. - CEMIG	53.152.298	Brasileira	26,06	580.126.560,31
LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	26.576.149	Brasileira	13,03	290.063.280,15
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A – BNDESPAR	21.005.208	Brasileira	10,30	229.259.684,42
PÚBLICO	76.624.255	-	37,57	836.309.381,94
Total	203.934.060		100,00	2.225.822.197,89



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A Light possui uma política de pagamento de no mínimo 50% de payout (dividendos pagos / lucro). O montante de proventos deliberado em 2013 foi de R\$ 199.243.576,62. Desse montante, R\$ 91.770.327,00 foram pagos na forma de Dividendos e aprovados na AGO de abril de 2013. No dia 13 de dezembro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 107.473.249,62, que representam R\$ 0,527 por ação, considerando a existência de lucro apurado na Companhia, no período de janeiro a setembro de 2013.

Foi aprovada em 10 de março pelo Conselho de Administração, a proposta de distribuição de R\$ 364.838.033,34, ou, R\$ 1,789 por ação, de dividendos, referentes ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Tal valor representa um *dividend yield* de 11,3% e, somado aos já deliberados no curso do exercício, corresponde a um *payout* de 84,6% do lucro líquido ajustado do ano. A proposta será submetida à aprovação em AGO.

Aprovação da Distribuição Evento	Data de Aprovação	Data Ex.	Valor do provento por ação	Montante	Data de Pagto	Tipo de Provento
<i>Proventos deliberados em 2013</i>						
AGOE	26/04/2013	29/04/2013	R\$ 0,45	R\$ 91.770.327,00	27/12/2013	Dividendos
RCA	13/12/2013	16/12/2013	R\$ 0,53	R\$ 107.473.249,62	27/12/2013	JSCP
Total			R\$ 0,98	R\$ 199.243.576,62		
<i>Proventos propostos em 2014</i>						
A ser aprovada em AGO	10/03/2014		R\$ 1,79	R\$ 364.838.033,34	Até 31/12/2014	Dividendos
Total			R\$ 1,79	R\$ 364.838.033,34		



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

Compromisso com o Futuro

Gestão de Gente

A Light vem num processo intenso de alinhamento cultural com toda a sua força de trabalho focando a valorização da vida e o engajamento das pessoas para os resultados da companhia, por meio da Academia Light, que tem ainda o papel de assegurar o Desenvolvimento Organizacional, promovendo práticas de excelência em educação e o desenvolvimento humano. Os programas e ações estão alicerçados nos pilares Cultura, Liderança, Educação e Desenvolvimento e são os grandes impulsionadores para engajar as pessoas através de iniciativas que reforcem a missão, visão e valores da Light ao longo de todo o ciclo de vida da força de trabalho.

Em 2013 ocorreu a consolidação do Programa Vida!, que tem por objetivo potencializar uma cultura de comportamento seguro e atitude preventiva, para uma entrega de resultados satisfatória. O Programa contou com a participação de 89% da força de trabalho (próprios + terceirizados) e com a mobilização de 92 empresas parceiras. Foram 451 turmas, totalizando mais de 80.000 horas de treinamento e 10.400 participações.

Como nova iniciativa, a Light lançou o movimento do “Orgulho de Ser Light”, que tem o objetivo de consolidar uma cultura voltada para resultados, a partir do reforço da ideologia organizacional, por meio do senso de pertencimento e do engajamento das equipes. Alinhado a este pensamento, vêm sendo utilizadas diversas ações de desenvolvimento, comunicação, reconhecimento, prêmios e homenagens às pessoas que se destacaram pela entrega efetiva de resultados.

Ainda em 2013, foi concluído mais um ciclo de desenvolvimento da liderança, iniciados em 2012. Em 2013 foram quatro workshops, somando mais de 8.000 horas de desenvolvimento, para um público de 230 líderes (entre próprios e das prestadoras de serviço), nos quais foi obtido um índice de 94% de satisfação.

Está em andamento a revisão do Modelo de Competências Comportamentais da Light, de líderes e empregados, alinhado à Nova Ideologia Organizacional. A divulgação de todo o Modelo de Competências irá ocorrer no segundo semestre de 2014.

Segurança no Trabalho

Comprometida com a valorização da vida, a Light em 2013 obteve excelentes resultados em frequência e gravidade de acidentes, superando todas as metas estabelecidas, o Programa Vida! avançou com ações de Sensibilização, Educomunicação, Plano de Fiscalização, Qualificação dos Profissionais, integração com os prestadores, revisão de processos, prevenção e promoção da saúde.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

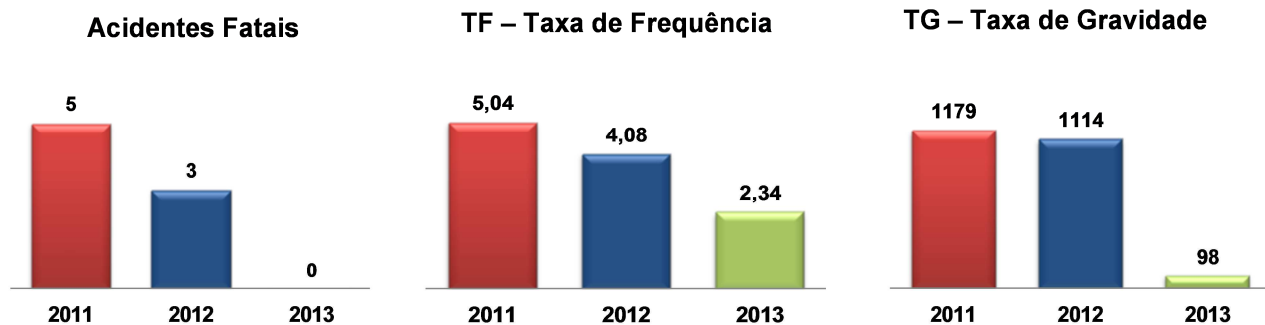


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

O Plano de Fiscalização foi implantado com objetivo de intensificar as Inspeções de Segurança, Auditorias de Gestão de Segurança nas principais prestadoras e monitoramento das câmeras veiculares, em 2013 a Light incrementou em 300% a sua fiscalização de Segurança, Foram realizadas sete Auditorias de Gestão de Segurança do Trabalho e mais de 1.300 Inspeções de Segurança em campo.

Na Qualificação dos Profissionais, foram treinados 181 Eletricistas em para atuação em todas as atividades (multifuncionais) e 131 Técnicos em operação de Subestações.

Os principais desafios da Gestão de Segurança e Saúde estão relacionados a promover ações para minimizar os maiores riscos de acidentes (Elétrico; Trabalho em altura e Trânsito) e continuar reduzindo a frequência e gravidade dos acidentes:



Ainda em 2013 a Light implantou o sistema *SafeWork*, que consolida todas as informações referentes às inspeções de campo. Se for observado algum desvio na inspeção, o próprio software dispara um email para o gestor da área solicitando providências. Com a inserção das análises em uma mesma base, mantendo o registro do histórico das inspeções realizadas, é possível mapear os procedimentos recorrentes e a relevância destes.

A significativa redução nos acidentes e absenteísmo tem como principais benefícios: Redução de contingências judiciais, melhoria da produtividade, da satisfação dos empregados, da imagem da Light e a consequente valorização da empresa.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2013, foram investidos cerca de R\$ 11 milhões pela Light Serviços de Eletricidade S.A. e de R\$ 2,4 milhões pela Light Energia S.A., que incluem a realização dos projetos e os gastos com a gestão do Programa de P&D, elaborado de acordo com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000. No ano foram desenvolvidos 35 projetos na Light SESA e 10 projetos na Light Energia, em sua grande parte projetos prioritários iniciados em anos recentes e que exigiram investimentos volumosos em 2013. Assim, neste ano, não se enfatizou a inclusão de novos projetos. Destacam-se dois projetos iniciados em 2013: Fabricação de lote pioneiro para plataforma de



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

redes inteligentes, pela Light SESA, e Simulador de Falhas para Análise de Proteção em Sistemas Geradores, pela Light Energia.

Meio Ambiente

As boas práticas na Gestão Ambiental permeiam as atividades de diferentes áreas da empresa. O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Light, baseado na norma internacional ISO 14001 foi implantado em 2001, com o objetivo de estabelecer padrões de qualidade ambiental em suas atividades de distribuição e geração de energia elétrica. Atendendo aos requisitos de gestão ambiental, o sistema permite evitar multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da companhia. Em 2013, foram certificados 22 sites da distribuição, entre linhas de 138 kV e subestações de energia elétrica 138 kV e 25 kV, ultrapassando a meta estabelecida para o ano, que era de 18. Atualmente, a Light possui 91% de seus sites certificados.

Além da certificação na ISO 14001, todas as usinas hidrelétricas da Light estão certificadas nas normas de segurança e saúde ocupacional da OHSAS 18001 e na ISO 9001 de qualidade. Em 2013 este Sistema de Gestão Integrado (SGI) completou 10 anos com a recertificação nas três normas e tem garantido a excelência das atividades de manutenção e operação de geração de energia elétrica.

Como destaque em 2013 temos a criação de uma Reserva Particular no entorno do Complexo de Ribeirão das Lajes. A proposta foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelo órgão ambiental – INEA, que avaliou como um ganho de grande representatividade na preservação do bioma de Mata Atlântica no corredor de biodiversidade Tinguá – Cunhambebe. Com isso, a Light ganhou um importante papel na contribuição para formação dos mosaicos que compõem este corredor de Biodiversidade. Para o ano de 2014 está previsto o andamento da regularização documental para averbar a criação da reserva.

Também em 2013, em parceria com o INEA, a Light lançou o “Guia de Trilhas para o Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB” e apoiou a recuperação da exposição permanente da sede do Parque. Outra iniciativa importante foi o plantio em uma área degradada de quatro hectares dentro do Parque, totalizando 10mil mudas de Mata Atlântica. Apesar da ação ser fruto de compensação ambiental, a atuação da empresa vai além da sua obrigação, sendo dedicado ao projeto tempo, e corpo técnico especializado. Nos anos seguintes, a empresa realizará a manutenção do local para garantir a viabilidade das mudas.

Ação Social

Em 2013, a Light manteve e fortaleceu sua parceria com o Governo do Estado, atuando nas áreas em que foram instaladas novas Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). A relação da Light com as comunidades pacificadas do Rio de Janeiro contribui para um novo relacionamento com os clientes, baseado na formalização e na mudança de hábitos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

As ações abrangem a blindagem da rede e telemedição, bem como a implementação do projeto Comunidade Eficiente e do Light Recicla, melhorando a qualidade do fornecimento, evitando o furto de energia elétrica, reduzindo a inadimplência e conscientizando os clientes quanto ao uso racional dos recursos naturais.

O Projeto Comunidade Eficiente promove a troca de lâmpadas e geladeiras antigas por modelos mais novos e eficientes, com o Selo Procel. Além da troca dos equipamentos, a Light promove palestras e visitas domiciliares, durante as quais orienta sobre o consumo racional de energia. Em 2013 foram realizadas 34.342 visitas educativas, trocadas 511.177 lâmpadas e 12.251 refrigeradores. Além disso, foram instalados 2.906 recuperadores de calor e 750 controladores de temperatura.

Por sua vez, o Light Recicla consiste na troca de material reciclável por descontos na conta de energia. Esse projeto insere positivamente a empresa no contexto de sustentabilidade, pois reduz os impactos ambientais com o reaproveitamento de resíduos sólidos e oferece uma alternativa para garantir o pagamento da conta de energia.

Em dezembro de 2013 a Light possuía 6.069 clientes cadastrados. No ano foram coletados 1.905 toneladas de material reciclável e cerca de 7.000 litros de óleo vegetal. Esse montante representa uma economia energética de 6.667 MWh.

O material reciclável é entregue nos chamados “ecopontos”, instalados em nove comunidades. Atualmente, o Light Recicla conta com o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro e de empresas patrocinadoras, como Coca-Cola, Hortifruti, Supergasbrás e Shopping Leblon, que financiam a instalação dos “ecopontos”.

Em 2013 foram investidos R\$ 14,4 milhões em ações do Comunidade Eficiente e do Light Recicla.

Os investimentos na melhoria da rede das comunidades pacificadas, que inclui blindagem e telemedição, totalizaram R\$ 63,5 milhões. Fora das comunidades com UPP a Light investiu R\$ 81,3 milhões em blindagem de rede e telemedição e R\$ 50 milhões em ações de normalização da baixa e média tensão.

Das 34 comunidades que já contam com Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), a Light está presente em 17 delas e já concluiu a reforma da rede em nove, registrando uma redução média das perdas de 53,0 p.p. (de 64,1% para 11,1%) e aumento médio da adimplência de 88,9 p.p. (de 9,6% para 98,5%).

Ainda em 2013, os patrocínios da Light propiciaram investimentos da ordem de R\$ 35,7 milhões, sendo R\$ 8 milhões aplicados pela empresa. Os projetos selecionados estão relacionados ao desenvolvimento da área de concessão, a geração de renda nas áreas com UPP e a visibilidade da marca Light.

Segundo a Secretaria Estadual de Cultura, a Light é a maior patrocinadora do interior do Estado. Como destaque, temos: Festival do Vale do Café, Festival de Cinemusica de



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

Conservatória, Orquestra Sinfônica Brasileira, Projeto Música nas Escolas em Barra Mansa, Feira da Providência, Bienal do Livro e Reveillon de Copacabana.

Outras Informações:

Auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa e revisão trimestral para o Grupo Light e que não realizou nenhum outro serviço não relacionado à auditoria para a Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O relatório da administração inclui informações relacionadas a investimentos projetados e dados não-financeiros os quais não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e não foram examinados pelos auditores independentes.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A. - 2013

Balanço Social Anual / 2013

Empresa: CONSOLIDADO

1 - Base de Cálculo	2013 Valor (mil reais)			2012 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	7.422.256			7.182.360		
Resultado operacional (RO)	1.311.347			1.067.926		
Folha de pagamento bruta (FPB)	298.918			204.955		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	25.756	9%	0%	21.866	11%	0%
Encargos sociais compulsórios	60.796	20%	1%	51.678	25%	1%
Previdência privada	7.380	2%	0%	8.083	4%	0%
Saúde	13.191	4%	0%	11.492	6%	0%
Segurança e saúde no trabalho	1.192	0%	0%	798	0%	0%
Educação	1.064	0%	0%	975	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.506	3%	0%	9.511	5%	0%
Creches ou auxílio-creche	971	0%	0%	823	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	28.577	10%	0%	18.621	9%	0%
Outros	5.264	2%	0%	5.831	3%	0%
Total - Indicadores sociais internos	151.698	51%	2%	129.677	63%	2%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	6.683	1%	0%	5.936	1%	0%
Cultura	7.055	1%	0%	5.315	0%	0%
Saúde e saneamento	264	0%	0%	1.408	0%	0%
Esporte	1.333	0%	0%	554	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	28.927	2%	0%	59.394	6%	1%
Total das contribuições para a sociedade	44.262	3%	1%	72.607	7%	1%
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.059.907	233%	41%	2.911.852	273%	41%
Total - Indicadores sociais externos	3.104.169	237%	42%	2.984.459	279%	42%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	38.872	3%	1%	41.927	4%	1%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0%	0%	0	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	38.872	3%	1%	41.927	4%	1%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2013			2012		
Nº de empregados(as) ao final do período	4.293			4.223		
Nº de admissões durante o período	457			470		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	8.191			8.786		
Nº de estagiários(as)	139			135		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.210			1.204		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.021			1.000		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	23,40%			24,31%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.874			1.786		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	18,30%			19,27%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	195			190		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013			Metas 2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0,4137			ND		
Número total de acidentes de trabalho	32			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto a participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 28.957	no Procon 2.237	na Justiça 33.991	na empresa Reduzir 10%	no Procon Reduzir 10%	na Justiça Reduzir 10%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 85%	no Procon 85%	na Justiça 40%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: 5.296.979			Em 2012: 5.876.933		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	65,60% governo 6,47% colaboradores(as) 8,92% acionistas 16,84% terceiros 2,17% retido			74,56% go verno 5,38% colaboradores(as) 4,37% acionistas 13,05% terceiros 2,85% retido		
7 - Outras Informações						

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS,
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

Notas Explicativas

1.	CONTEXTO OPERACIONAL.....	3
2.	ENTIDADES DO GRUPO	3
3.	APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
4.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	39
5.	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	39
6.	CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES	40
7.	TRIBUTOS A RECUPERAR.....	41
8.	TRIBUTOS DIFERIDOS	42
9.	ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES.....	43
10.	OUTROS CRÉDITOS	44
11.	INVESTIMENTOS	46
12.	IMOBILIZADO	53
13.	INTANGÍVEL	55
14.	FORNECEDORES	58
15.	TRIBUTOS A PAGAR.....	59
16.	EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS FINANCEIROS.....	60
17.	DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS	64
18.	ENCARGOS REGULATÓRIOS	67
19.	PROVISÕES.....	67
20.	CONTINGÊNCIAS	71
21.	BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	76
22.	OUTROS DÉBITOS.....	81
23.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	81
24.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	87
25.	DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	88
26.	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS.....	90
27.	RESULTADO POR AÇÃO	90
28.	RECEITA LÍQUIDA	91
29.	FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	92
30.	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	92
31.	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	93
32.	RESULTADO FINANCEIRO	93
33.	CONCILIAÇÃO DE TRIBUTOS NO RESULTADO	94
34.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	95
35.	SEGUROS.....	107
36.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	108
37.	REVISÃO TARIFÁRIA	110
38.	PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO.....	112
39.	CONTRATOS DE LONGO PRAZO.....	112
40.	TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA	113
41.	QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS	113
42.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	114

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Light S.A. (Companhia ou “Light”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC) sob a sigla LGSXY.

2. ENTIDADES DO GRUPO**a) Controladas Diretas**

Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light SESA - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.

Light Energia S.A. (Light Energia - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades principais: (a) estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. Compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova, com potência instalada total de 855 MW. A Light Energia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

- Central Eólica São Judas Tadeu Ltda. (São Judas Tadeu - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 18 MW.
- Central Eólica Fontainha Ltda. (Fontainha - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW.

Notas Explicativas

- **Renova Energia S.A. (Renova Energia – 21,9%, controlada em conjunto) -** Sociedade por ações de capital aberto, que atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e solar. A Renova Energia tem participação direta ou indireta que totaliza 1.953,3 MW contratados, dos quais 484,6 MW estão em operação ou aptos a operar. Controlada em conjunto pela Light Energia (21,9%) e pela RR Participações S.A. (21,9% no bloco de controle). Abaixo apresentamos as empresas nas quais a Renova Energia participa:

Participações - RENOVA ENERGIA					
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	(d)	Energética Serra da Prata S.A.	(i)	Renova PCH Ltda.	(d)
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	(i)	Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	(i)	Chiplely SP Participações S.A.	(d)
Centrais Eólicas Caetité Ltda.	(i)	Centrais Eólicas Guirapá S.A.	(i)	Centrais Eólicas Espigão Ltda.	(i)
Nova Renova Energia S.A.	(d)	Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	(i)	Centrais Eólicas Pelourinho Ltda.	(i)
Bahia Eólica Participações S.A.	(i)	Centrais Eólicas Guanambi S.A.	(i)	Centrais Eólicas Pilões Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Pindai S.A.	(i)	Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	(i)	Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	(d)
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	(i)	Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	(i)	Centrais Elétricas Morroão Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	(i)	Renova Eólica Participações S.A.	(i)	Centrais Elétricas Seraima Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Candiba S.A.	(i)	Centrais Elétricas Borgo Ltda.	(i)	Centrais Elétricas Tanque Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	(i)	Centrais Elétricas Dourados Ltda.	(i)	Centrais Eólicas dos Araças Ltda.	(i)
Salvador Eólica Participações S.A.	(i)	Centrais Elétricas Maron Ltda.	(i)	Centrais Eólicas da Prata Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	(i)	Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda.	(i)	Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	(i)	Centrais Eólicas Ametista Ltda.	(i)	Centrais Elétricas Botuquara Ltda.	(d)
Centrais Eólicas Arapuã Ltda.	(d)	Centrais Elétricas Cedro Ltda.	(d)	Centrais Elétricas Itaparica Ltda.	(d)
Centrais Elétricas Bela Vista Ltda.	(d)	Centrais Elétricas Riacho de Santana Ltda.	(d)	Centrais Elétricas Conquista Ltda.	(d)
Renova Comercializadora de Energia S.A	(d)	Centrais Eólicas Lençóis Ltda.	(d)	Centrais Elétricas Santana Ltda.	(d)
Centrais Caxiela Alta Ltda.	(d)	Centrais Eólicas Itapuã I Ltda	(d)	Centrais Eólicas Recôncavo Ltda.	(d)
Centrais Eólicas Itapuã III Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã IV Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã II Ltda	(d)
Centrais Eólicas Itapuã VI Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã V Ltda	(d)
Centrais Eólicas Itapuã IX Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã X Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã VIII Ltda	(d)
Centrais Eólicas Itapuã XII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã XIII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã XI Ltda	(d)
Centrais Eólicas Itapuã XV Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã XVI Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã XIV Ltda	(d)
Centrais Eólicas Itapuã XVIII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã XIX Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã XVII Ltda	(d)
Centrais Eólicas Itapuã XXI Ltda	(d)	Renovapar S.A	(d)	Centrais Eólicas Itapuã XX Ltda	(d)
Centrais Eólicas Bela Vista VIII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista XII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista XIII Ltda	(d)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista XV Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista XVI Ltda	(d)
Centrais Eólicas Bela Vista XVII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista XVIII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista XIX Ltda	(d)
Centrais Eólicas Bela Vista XX Ltda	(d)				

(d) Controlada direta da Renova

(i) Controlada indireta da Renova

O percentual de participação indireta na Renova PCH Ltda., Nova Renova Energia S.A., Centrais Elétricas Botuquara Ltda. e Centrais Elétricas Itaparica Ltda. é de 21,7% e nas demais é de 21,9%.

- **Guanhães Energia S.A. (Guanhães Energia - 51%, controlada em conjunto) -** Sociedade por ações de capital fechado em fase pré-operacional, com sede na cidade de Belo Horizonte – MG, criada com finalidade de implantar e explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais que totaliza 44,80 MW de Potência Instalada. A entrada em operação comercial da primeira PCH está prevista para ocorrer em julho de 2014 e da última em fevereiro de 2015. Controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%).

Light Esco Prestação de Serviços S.A. (Light Esco - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e

utilidades industriais e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. Participa do consórcio Maracanã Solar de exploração de uma usina fotovoltaica, instalada na cobertura do estádio do Maracanã (51%). A EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Ltda participa com 49%. A Light Esco obteve junto à Aneel autorização para tornar-se produtor independente de energia elétrica. A Light Esco também possui participação societária na seguinte controlada em conjunto:

- EBL Companhia de Eficiência Energética S.A. (EBL – 33,3%, controlada em conjunto) - Sociedade que tem por objeto específico a prestação de serviços e soluções de eficiência energética e locação de equipamentos e instalações em unidades de propriedade ou alugadas pela Telemar Norte Leste S.A. Controlada em conjunto pela Light Esco (33,3%), pela Ecoluz S.A. (33,4%) e pela Petrobrás Distribuidora S.A. (33,3%).

Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (Lightcom - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, que tem como objetivo a compra, venda, importação, exportação e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Itaocara Energia Ltda. (Itaocara Energia - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. Participa do consórcio UHE Itaocara, constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT participa com 49%. Em 26 de novembro de 2013, foi assinado o termo de rescisão do Contrato de Concessão nº 12/2001-Aneel, que regula a implantação e exploração da UHE Itaocara, conforme detalhado na nota explicativa 11.

Light Soluções em Eletricidade Ltda. (Light Soluções - 100%) - Sociedade limitada que tem como atividade principal a prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.

Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (Instituto Light - 100%) - Pessoa Jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, que tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.

b) Controladas em conjunto

Lightger S.A. (Lightger) - Sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo a participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. A PCH Paracambi entrou em operação no terceiro trimestre de 2012. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%).

Notas Explicativas

Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (Axxiom) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. (E-Power) – Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, que terá como objeto principal fabricar veículos elétricos de duas rodas da marca “Kasinski”. A Light S.A. e CR Zongshen Fabricadora de Veículos S.A., denominada “Kasinski”, são os únicos acionistas da Companhia, cada uma detentora, respectivamente, de 20% e 80% das ações ordinárias nominativas da E-Power.

Amazônia Energia Participações S.A. (Amazônia Energia) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital, com influência significativa na administração, mas sem controle em conjunto.

c) Consolidação do Grupo Light

Conforme estabelecido no CPC 19 – Negócios em conjunto (IFRS 11), aprovado pela deliberação CVM nº 694/12, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013, as participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) devem ser reconhecidas como investimento e contabilizadas por meio do método da equivalência patrimonial em substituição à consolidação proporcional, utilizada até 31 de dezembro de 2012.

Dessa forma, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as participações societárias da Companhia e suas controladas, que estão consolidadas nas seguintes bases abaixo apresentadas:

	31.12.2013		31.12.2012	
	Percentual de participação (%) Direta	Percentual de participação (%) Indireta	Percentual de participação (%) Direta	Percentual de participação (%) Indireta
Light Serviços de Eletricidade S.A.	100,0	-	100,0	-
Light Energia S.A.	100,0	-	100,0	-
Central Eólica Fontainha Ltda.	-	100,0	-	100,0
Central Eólica São Judas Tadeu Ltda.	-	100,0	-	100,0
Light Esco Prestação de Serviços S.A.	100,0	-	100,0	-
Lightcom Comercializadora de Energia S.A.	100,0	-	100,0	-
Light Soluções em Eletricidade Ltda.	100,0	-	100,0	-
Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social	100,0	-	100,0	-
Itaocara Energia Ltda.	100,0	-	100,0	-

d) Concessões e autorizações do Grupo Light

Seguem os principais aspectos do contrato de concessão relativo à Light SESA e à Light Energia:

Em 4 de junho de 1996 foi celebrado o Contrato de Concessão nº 001/96 entre a União (poder concedente, por intermédio da Aneel) e a controlada Light SESA, regulando a exploração do serviço público de energia elétrica no território do Estado do Rio de Janeiro, compreendendo a geração e a distribuição de energia elétrica. O referido contrato tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do poder concedente.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão, consistem em:

- i. Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, pelas tarifas homologadas pelo poder concedente, nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação.
- ii. Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, de modo a assegurar a continuidade, a regularidade, a qualidade e a eficiência dos serviços.
- iii. Manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar pela sua integridade. A venda, cessão ou doação em garantia hipotecária dos bens imóveis ou de partes essenciais das instalações depende de prévia e expressa autorização do poder concedente.
- iv. Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo perante o poder concedente, os usuários e terceiros, pelas eventuais consequências danosas da exploração dos serviços.
- v. Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidos pelo poder concedente.

Notas Explicativas

- vi. Permitir aos encarregados da fiscalização do poder concedente, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos seus registros contábeis.
- vii. Prestar contas ao poder concedente e aos usuários, segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, da gestão dos serviços concedidos.
- viii. Manter as reservas de água e de energia elétrica necessárias ao atendimento dos serviços de utilidade pública.
- ix. Observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento.
- x. Realizar programas de treinamento, de modo a assegurar, permanentemente, a melhoria da qualidade e maior eficiência na prestação dos serviços concedidos.
- xi. Participar do planejamento setorial e da elaboração dos planos de expansão do Sistema Elétrico Nacional, implementando e fazendo cumprir, em sua área de concessão, as recomendações técnicas e administrativas deles decorrentes.
- xii. Aderir ao Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica e assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição.
- xiii. Operar suas instalações de acordo com as regras vigentes, devendo a concessionária acatar e aplicar quaisquer novas resoluções, recomendações e instruções emitidas pela Aneel, Operador Nacional do Sistema (ONS) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).
- xiv. Respeitar, nos termos da legislação em vigor, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante de seus aproveitamentos hidrelétricos, devendo considerar, nas regras operativas, a alocação de volume de espera nos reservatórios de suas usinas, de modo a minimizar os efeitos adversos das cheias.
- xv. Efetuar, quando determinado pelo poder concedente, consoante o planejamento para o atendimento do mercado, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e às interligações que forem necessárias.

Pela execução dos serviços, a Light SESA tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo poder concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Notas Explicativas

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária é novembro de 2018. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária. Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da concessionária sem anuência prévia do poder concedente. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

Segue abaixo um quadro resumo das concessões e autorizações do Grupo Light vigentes em 31 de dezembro de 2013:

Concessões / autorizações	Data do ato	Data de Vencimento
Light SESA e Light Energia	jun/1996	jun/2026
PCH Paracambi - Lightger	fev/2001	fev/2031
Usinas Eólicas - Renova Energia	ago/2010	ago/2045
Usinas Eólicas - Renova Energia	mar/2011 até mai/2011	mar/2046 até mai/2046
Usinas Eólicas - Renova Energia	mar/2012 e abril/2012	mar/2047 e abril/2047
Centrais Eólicas São Salvador Ltda	mai/2013	mai/2048
PCH Cachoeira da Lixa - Renova Energia	dez/2003	dez/2033
PCH Colino 2 - Renova Energia	dez/2003	dez/2033
PCH Colino 1 - Renova Energia	dez/2003	dez/2033
PCH Dores de Guanhães - Guanhães Energia	nov/2002	nov/2032
PCH Senhora do Pôrto - Guanhães Energia	out/2002	out/2032
PCH Jacaré - Guanhães Energia	out/2002	out/2032
PCH Fortuna II - Guanhães Energia	dez/2001	dez/2031

Notas Explicativas

Abaixo segue quadro com as principais informações sobre as autorizações da Renova Energia:

PCH	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da Resolução	Capacidade de produção instalada
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	14,8 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	16,0 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	11,0MW

Eólico	Ref. Contrato	Portaria MME	Data da Portaria	Capacidade de produção instalada
Centrais Eólicas Alvorada S.A	LER 03/2009	695	05/08/2010	8,0 MW
Centrais Eólicas Candiba S.A	LER 03/2009	691	05/08/2010	9,6 MW
Centrais Eólicas Guanambi S.A	LER 03/2009	700	06/08/2010	20,8 MW
Centrais Eólicas Guirapá S.A	LER 03/2009	743	19/08/2010	28,8 MW
Centrais Eólicas Igaporã S.A	LER 03/2009	696	05/08/2010	30,4 MW
Centrais Eólicas Ilhéus S.A	LER 03/2009	690	05/08/2010	11,2 MW
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A	LER 03/2009	692	05/08/2010	24,0 MW
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A	LER 03/2009	693	05/08/2010	28,8 MW
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A	LER 03/2009	694	05/08/2010	25,6 MW
Centrais Eólicas Pindaí S.A	LER 03/2009	699	05/08/2010	24,0 MW
Centrais Eólicas Planaltina S.A	LER 03/2009	697	05/08/2010	27,2 MW
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A	LER 03/2009	698	05/08/2010	6,4 MW
Centrais Eólicas Rio Verde S.A	LER 03/2009	742	19/08/2010	30,4 MW
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A	LER 03/2009	689	05/08/2010	19,2 MW
Centrais Eólica Morrão S.A	LER 05/2010	268	20/04/2011	30,2 MW
Centrais Eólicas Seraíma S.A	LER 05/2010	332	27/05/2011	30,2 MW
Centrais Eólicas Tanque S.A	LER 05/2010	330	26/05/2011	30,0 MW
Centrais Eólicas da Prata S.A	LER 05/2010	117	25/03/2011	21,8 MW
Centrais Eólicas dos Araças S.A	LER 05/2010	241	07/04/2011	31,9 MW
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A	LER 05/2010	161	18/03/2011	23,5 MW
Centrais Eólicas Borgo S.A	LEN 02/2011	222	13/04/2012	20,2 MW
Centrais Eólicas Dourados S.A	LEN 02/2011	130	13/03/2012	28,6 MW
Centrais Eólicas Maron S.A	LEN 02/2011	107	08/03/2012	30,2 MW
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A	LEN 02/2011	171	22/03/2012	18,5 MW
Centrais Eólicas Ametista S.A	LEN 02/2011	135	14/03/2012	28,6 MW
Centrais Eólicas Caetité S.A	LEN 02/2011	167	21/03/2012	30,2 MW
Centrais Eólicas Espigão S.A	LEN 02/2011	172	22/03/2012	10,1 MW
Centrais Eólicas Pelourinho S.A	LEN 02/2011	168	21/03/2012	21,8 MW
Centrais Eólicas Pilões S.A	LEN 02/2011	128	13/03/2012	30,2 MW
Centrais Eólicas São Salvador LTDA	LEN 06/2012	162	22/05/2013	22,4 MW

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579 e em 11 de janeiro de 2013 a MP foi convertida na Lei 12.783. Esta Lei permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de prorrogação das suas concessões, mediante condições nela estabelecidas.

Considerando que as concessões da Companhia possuem vencimentos apenas a partir de 2026, as regras introduzidas pela MP 579 não afetam a Companhia de forma significativa neste momento, exceto pelo que se refere à definição do critério de indenização dos ativos no final da concessão a Valor Novo de Reposição ("VNR"), conforme descrito na nota explicativa 9.

3. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização para conclusão das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2014.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.
- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares,

Notas Explicativas

exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Base de Consolidação

i. Investimento em controladas e controladas em conjunto

Controladas são todas as entidades (incluindo as Sociedades de Propósito Específico) nas quais a Companhia possui os seguintes atributos: (i) poder sobre a investida; (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. Os acordos de *joint ventures*, que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação, são chamados de entidades controladas em conjunto. As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis adotadas pelas controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme estabelecido no CPC 19 (R2)/IFRS11 – Negócios em conjunto, aprovado pela deliberação CVM nº 694/12, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013, as participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) devem ser reconhecidas como investimento e contabilizadas por meio do método da equivalência patrimonial em substituição à consolidação proporcional, utilizada até 31 de dezembro de 2012. Essas demonstrações financeiras consolidadas já foram preparadas de acordo com esta norma.

ii. Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial, tanto nas demonstrações financeiras individuais como nas demonstrações financeiras consolidadas, e são reconhecidos inicialmente pelo custo. As demonstrações financeiras incluem variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas do Grupo, a partir da data

Notas Explicativas

em que uma influência significativa começa a existir até a data em que ela se cessa.

iii. Operações controladas em conjunto

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando à operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufera da operação conjunta.

iv. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida.

b) Instrumentos financeiros**i. Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados ao valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a sua gestão de riscos e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como ao valor justo por meio do resultado compreendem títulos e valores mobiliários.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, serviços prestados a receber e outros créditos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros e ajuste de expectativas de fluxos de caixa são reconhecidos na demonstração de resultado, enquanto as demais variações a valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício no momento da realização do ativo.

Ativos financeiros disponíveis para venda compreendem o ativo financeiro das concessões. A opção pela designação deste instrumento como disponível para venda deve-se à sua não classificação nas demais categorias descritas. Pelo fato de a Administração acreditar que a

indenização se dará conforme modelo atual de precificação de tarifas, o registro deste instrumento como empréstimos e recebíveis não seria possível, uma vez que a indenização não será fixa ou determinável e pelo fato do valor de sua recuperação não ser conhecido nesta data, dadas outras razões que não a deterioração do crédito. Isto se deve principalmente ao risco de não reconhecimento de parte destes ativos pelo órgão regulador e de seus respectivos preços de reposição no término da concessão, conforme critério do Valor Novo de Reposição (VNR). Vide nota explicativa 9.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, dividendos e JCP a pagar e outros débitos.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de riscos relativos à variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são contabilizadas imediatamente no resultado.

Os derivativos compreendem as operações de swap.

iv. Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações

Notas Explicativas

são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

d) Ativo financeiro de concessões

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial (VNR) e classificados como disponíveis para venda. A Companhia adotou o modelo bifurcado para reconhecimento do ativo financeiro decorrente da indenização pelo Poder Concedente e o direito de exploração da concessão, que é classificado no intangível.

e) Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 06 - Consumidores, Concessionárias, permissionárias e clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa e rendas a faturar)

Nota 08 - Tributos Diferidos

Nota 09 - Ativo Financeiro de Concessões

Notas Explicativas

Nota 19 - Provisões

Nota 20 - Contingências

Nota 21 - Benefícios Pós-Emprego

Nota 29 - Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica (fornecimento não faturado)

f) Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes

Incluem o fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada com base em estimativas da Administração em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia para os consumidores são: (i) consumidores com valores significativos, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico de recuperação da Companhia, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores, os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios estão de acordo com aqueles estabelecidos pela Aneel.

g) Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisões para perdas, quando aplicável, e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante – Imobilizado ou Intangível (depósito de obras).

h) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas, controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas em conjunto e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição das participações, líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

i) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

São mensurados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com estes serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para a maior parte do imobilizado, a vida útil econômica estimada dos ativos está alinhada com aquelas estabelecidas pela Aneel, e os terrenos não são depreciados. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da autorização ou concessão.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Notas Explicativas

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota explicativa 12. Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Ativo intangível

i. Contratos de concessão e ativos de infraestrutura vinculados à concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão ou explorá-la. Um ativo intangível, recebido como contraprestação por serviços de construção fornecido em um contrato de concessão, é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

ii. Pesquisa e Desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

iii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

iv. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

v. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados. As vidas úteis estimadas para o período corrente estão demonstradas na nota explicativa 13.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado como mudança de estimativas contábeis.

k) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similar.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, face às condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos financeiros ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2013 e 2012 além da provisão para créditos de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente de recebíveis.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I) Benefícios a empregados

i. Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

ii. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data das demonstrações financeiras, para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

Notas Explicativas

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado, através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação para a amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial líquida.

Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais superávits ou déficits do plano são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, em conformidade à Deliberação CVM nº 695/12.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

iii. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para riscos é constituída mediante avaliação e quantificação das ações,

Notas Explicativas

cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração e de seus assessores legais.

n) Reconhecimento de receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

i. Receita de venda de energia

É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. O faturamento de energia comercializada é efetuado mensalmente pelo suprimento de energia elétrica, conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

ii. Receita de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

iii. Receita de Construção

A receita do contrato compreende o valor inicial, acordado no contrato, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho

Notas Explicativas

executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

Para as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção.

o) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou a receber esperado no caso de antecipações que excedam o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, assim como em relação a saldos existentes e recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme previsto na Lei nº 11.941/09, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, de modo que as modificações nos critérios de reconhecimento de receitas, custos e despesas computados na apuração do lucro líquido do exercício não têm efeitos para fins de apuração do

Notas Explicativas

lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015, mas a referida MP permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos até a data da publicação da referida MP, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial. Considerando que a MP poderá sofrer alterações significativas por meio de suas propostas de emendas, a Companhia aguardará a sua conversão em Lei para uma análise conclusiva. Entretanto, de acordo com estudos preliminares, não se esperam impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

r) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Notas Explicativas

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

s) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data de apresentação. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação ou início dos exercícios e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

t) Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes. A Companhia realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 12,0%, semelhante ao custo de captação da Companhia e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.

u) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP, aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

v) Normas e interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013

IFRS 10 - CPC 36 (R3)- Demonstrações Financeiras Consolidadas - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.

IFRS 11 - CPC 19 (R2) - Acordos de Participação - substitui o IAS 31 e estabelece como um acordo de controle conjunto deve ser classificado nas demonstrações financeiras. De acordo com a norma, a estrutura de um

Notas Explicativas

negócio em conjunto não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio e, conseqüentemente, da respectiva contabilização. Os empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) serão contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e o método de consolidação proporcional não será mais permitido. A Companhia deixou de consolidar proporcionalmente, a partir de 1º janeiro de 2013, as suas controladas diretas e indiretas em conjunto Renova Energia, Guanhões Energia, EBL, Lightger, Axxiom, Amazônia Energia e E-Power. Essas alterações não geraram impacto no lucro líquido da Companhia, entretanto, impactaram as rubricas individuais da demonstração do resultado consolidado em contrapartida à rubrica de equivalência patrimonial, bem como redução nas rubricas de ativos e passivos consolidados em contrapartida a um aumento na rubrica de investimentos, conforme demonstrado mais abaixo. Houve também impacto entre linhas nas demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado consolidadas. Os períodos comparativos foram reapresentados, conforme demonstrados no item (i) a (vii) desta nota explicativa.

IFRS 12 - CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação, de acordo com a IFRS 12, são mais abrangentes do que as normas atuais. O impacto é uma maior divulgação de informações de suas controladas em conjunto, incluídas na nota explicativa 11.

IFRS 13 - CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações e divulgações acerca do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração e exige divulgações. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.

Modificações à IAS 1 - CPC 26(R1) - Apresentação dos Itens de Outros Resultados Abrangentes - permitem apresentar o resultado e outros resultados abrangentes em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outros resultados abrangentes de forma que os itens de outros resultados abrangentes sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. A Administração não identificou impactos relevantes decorrentes dessa nova norma.

IAS 19 (revisada em 2011) - CPC 33(R1) - Benefícios a Empregados - alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos, sendo as principais: a) eliminação do “método do corredor”; b) reconhecimento imediato no resultado dos custos de serviços passados; c) reconhecimento dos ganhos e

prejuízos atuariais em outros resultados abrangentes, conforme ocorram; e d) substituição das despesas com juros e do retorno esperado sobre os ativos do plano por um valor de “juro líquido”, apurado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. Como a prática adotada pela Companhia já era o reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes e não existiam diferenças significativas nas taxas de retorno esperado sobre os ativos e as taxas de desconto que pudessem impactar as informações financeiras, o único impacto foi uma reclassificação de lucros acumulados para outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, uma vez que a Companhia optou por não transferir os montantes reconhecidos em outros resultados abrangentes dentro do patrimônio líquido. Os períodos comparativos foram reapresentados, conforme demonstrados no item (i) a (vii) desta nota explicativa.

IAS 27 (revisada em 2011) - CPC 35 (R2) - Demonstrações Financeiras Separadas - refletem modificações da contabilização de participação não controladora e tratam principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.

IAS 28 (revisada em 2011) - CPC 18 (R2) - Investimentos em Coligadas e “*Joint Ventures*” - As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer: (i) que um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “*impairment*” de acordo com a IAS 36 - CPC 01 (R1); - “*Impairment*” de Ativos (ii) que qualquer perda por “*impairment*” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (iii) que as reversões de “*impairment*” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.

Modificações à IFRS 7 - CPC 40 (R1) - *Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities* - Introduzem novos requisitos de divulgação para ativos e passivos financeiros que são compensados no balanço patrimonial. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.

A adoção das novas normas (IFRS 11 e IAS 19) a partir de 1º de janeiro de 2013, conforme previsto no Pronunciamento CPC 23 (IAS 8) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, impactaram os saldos de 1º de janeiro de 2012, bem como os resultados e as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado a partir de 1º de janeiro de 2012, que foram devidamente ajustados para fins de comparação nessas demonstrações financeiras, conforme apresentados a seguir.

Notas Explicativas

Adicionalmente a essas reclassificações, a Administração decidiu por apresentar os créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada como redutor da conta de despesa com energia comprada ao invés de apresentar como redução do PIS e COFINS incidentes sobre as receitas e por apresentar a provisão para honorário de êxito como “provisões”, ao invés de “outros débitos”. Estas reclassificações foram realizadas para alinhar estes critérios de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor.

i. Balanço Patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012.

	31.12.2012 Publicado	Reclassificações ⁽¹⁾	Reclassificações ⁽²⁾	31.12.2012 Reapresentado
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	377.607	(147.251)	-	230.356
Títulos e valores mobiliários	15.266	-	-	15.266
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	1.446.171	(4.583)	-	1.441.588
Estoques	30.355	(7)	-	30.348
Tributos e contribuições	199.182	(2.197)	-	196.985
Imposto de renda e contribuição social	11.662	(4.932)	-	6.730
Despesas pagas antecipadamente	2.426	(472)	-	1.954
Serviços prestados a receber	46.154	(3.983)	-	42.171
Rendas a receber swap	35.070	-	-	35.070
Outros créditos	174.870	(8.152)	-	166.718
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	2.338.763	(171.577)	-	2.167.186
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	289.556	(127)	-	289.429
Tributos e contribuições	118.878	-	-	118.878
Tributos diferidos	830.233	(200)	-	830.033
Ativo financeiro de concessões	1.573.349	-	-	1.573.349
Depósitos vinculados a litígios	224.631	(558)	-	224.073
Rendas a receber swap	470	-	-	470
Outros créditos	21.215	(18.429)	-	2.786
Investimentos	91.855	465.495	-	557.350
Imobilizado	2.220.564	(585.309)	-	1.635.255
Intangível	4.017.057	(268.419)	-	3.748.638
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.387.808	(407.547)	-	8.980.261
TOTAL DO ATIVO	11.726.571	(579.124)	-	11.147.447

	31.12.2012 Publicado	Reclassificações ⁽¹⁾	Reclassificações ⁽²⁾	31.12.2012 Reapresentado
PASSIVO				
Fornecedores	861.823	(47.354)	-	814.469
Tributos e contribuições	85.791	(3.438)	-	82.353
Imposto de renda e contribuição social	50.353	-	-	50.353
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	391.010	(48.061)	-	342.949
Debêntures e encargos financeiros	151.832	(33.039)	-	118.793
Rendas a pagar swap	1.597	-	-	1.597
Dividendos e JCP a pagar	74.792	-	-	74.792
Obrigações estimadas	48.578	(1.752)	-	46.826
Encargos regulatórios	111.716	-	-	111.716
Benefícios pós-emprego	116.107	-	-	116.107
Outros débitos	193.062	(2.329)	-	190.733
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	2.086.661	(135.973)	-	1.950.688
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	2.200.721	(280.239)	-	1.920.482
Debêntures e encargos financeiros	1.922.495	(67.234)	-	1.855.261
Rendas a pagar swap	4.532	-	-	4.532
Tributos e contribuições	195.751	-	-	195.751
Tributos diferidos	320.224	(92.319)	-	227.905
Provisões	583.171	(19)	22.877	606.029
Benefícios pós-emprego	1.254.631	-	-	1.254.631
Outros débitos	132.702	(3.340)	(22.877)	106.485
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.614.227	(443.151)	-	6.171.076

	31.12.2012 Publicado	Reclassificações	Reclassificações ⁽³⁾	31.12.2012 Reapresentado
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.225.822	-	-	2.225.822
Reservas de lucros	256.535	-	-	256.535
Proposta de dividendos adicionais	91.770	-	-	91.770
Ajustes de avaliação patrimonial	451.556	-	-	451.556
Outros resultados abrangentes	-	-	(171.997)	(171.997)
Lucros acumulados	-	-	171.997	171.997
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.025.683	-	-	3.025.683
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.726.571	(579.124)	-	11.147.447

⁽¹⁾ Essas reclassificações são provenientes da adoção do IFRS 11 - CPC 19 (R2).

⁽²⁾ Essas reclassificações são provenientes da adoção do IAS 19 (R1) - CPC 33 (R1).

⁽³⁾ Essa reclassificação refere-se à provisão para honorários de êxito, que saiu da rubrica de “outros débitos” para a rubrica de “provisões”.

Notas Explicativas

ii. Demonstração do Resultado consolidado, exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

	31.12.2012 Publicado	Reclassificações ⁽¹⁾	Reclassificações ⁽⁴⁾	31.12.2012 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.613.096	(53.489)	(377.247)	7.182.360
CUSTO DA OPERAÇÃO	(5.958.907)	30.253	377.247	(5.551.407)
Energia comprada para revenda	(4.534.153)	11.794	377.247	(4.145.112)
Pessoal	(180.878)	(18.405)	-	(199.283)
Materiais	(22.147)	-	-	(22.147)
Serviços de terceiros	(185.258)	22.869	-	(162.389)
Depreciações e amortizações	(314.971)	-	-	(314.971)
Custo de construção	(669.322)	-	-	(669.322)
Outras	(52.178)	13.995	-	(38.183)
LUCRO BRUTO	1.654.189	(23.236)	-	1.630.953
DESPESAS OPERACIONAIS	(555.087)	(7.941)	-	(563.028)
Despesas com vendas	(382.346)	822	-	(381.524)
Despesas gerais e administrativas	(548.350)	13.246	-	(535.104)
Outras receitas	438.182	(22.272)	-	415.910
Outras despesas	(62.573)	263	-	(62.310)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(1.288)	22.842	-	21.554
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	1.097.814	(8.335)	-	1.089.479
RESULTADO FINANCEIRO	(495.673)	4.579	-	(491.094)
Receita	203.949	(11.441)	-	192.508
Despesa	(699.622)	16.020	-	(683.602)
RESULTADO ANTES DO IR E DA CSLL	602.141	(3.756)	-	598.385
Imposto de renda e contribuição social correntes	(109.034)	(5.974)	-	(115.008)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(69.184)	9.730	-	(59.454)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	423.923	-	-	423.923

⁽¹⁾ Essas reclassificações são provenientes da adoção do IFRS 11 - CPC 19 (R2).

⁽⁴⁾ Reclassificação de créditos de PIS / COFINS na compra de energia.

Notas Explicativas

iii. Demonstração do Fluxo de Caixa consolidado, exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

	2012 Publicado	Reclassificações ⁽¹⁾	2012 Reapresentado
Caixa Líquido Atividades Operacionais	456.967	84.194	541.161
Caixa Gerado nas Operações	1.600.504	(43.647)	1.556.857
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	602.141	(3.756)	598.385
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	282.602	-	282.602
Depreciação e amortização	358.433	(8.791)	349.642
Perda (ganho) na venda de intangível / Imobilizado	13.865	7.016	20.881
Perdas (ganhos) cambiais e monetárias de atividades financeiras	21.564	(1.282)	20.282
Provisões para contingências depósitos judiciais / Atualizações	253.027	(2.091)	250.936
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis	40.298	-	40.298
Despesa de juros sobre empréstimos	330.193	(12.280)	317.913
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	120.069	-	120.069
Variação swap	1.094	(15.533)	(14.439)
Resultado de equivalência patrimonial	1.288	(22.842)	(21.554)
Remuneração de Ativo Financeiro da Concessão	(408.158)	-	(408.158)
Ganho com diluição na Renova	(15.912)	15.912	-
Variações nos Ativos e Passivos	(1.143.537)	127.841	(1.015.696)
Títulos e valores mobiliários	871	-	871
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(377.818)	5.360	(372.458)
Tributos, contribuições e impostos	(255.285)	141.245	(114.040)
Estoques	(2.925)	7	(2.918)
Serviços prestados a receber	38.810	1.579	40.389
Despesas pagas antecipadamente	18	231	249
Depósitos vinculados a litígios	(57.281)	(2.574)	(59.855)
Outros ativos	(47.450)	55.632	8.182
Fornecedores	68.532	55.566	124.098
Obrigações estimadas	1.200	(224)	976
Tributos, contribuições e impostos	134.163	(69.392)	64.771
Encargos regulatórios	(640)	-	(640)
Provisões	(82.784)	(284)	(83.068)
Benefícios pós-emprego	(73.359)	(47.210)	(120.569)
Outros passivos	(53.500)	(15.101)	(68.601)
Juros pagos	(361.250)	3.006	(358.244)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(74.839)	-	(74.839)
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(935.252)	50.393	(884.859)
Recebimento pela venda de ativo intangível	4.881	(4.881)	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(300.964)	186.268	(114.696)
Aquisições de bens do ativo intangível	(662.520)	(26.049)	(688.569)
Aplicações/Aquisições no Investimento	(33.318)	(40.310)	(73.628)
Aplicações financeiras	(7.966)	-	(7.966)
Caixa líquido diluição na Renova	64.635	(64.635)	-
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	83.344	(161.755)	(78.411)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(425.119)	-	(425.119)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.320.946	(203.578)	1.117.368
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(812.483)	41.823	(770.660)
Aumento (redução) de Caixa e Equivalente	(394.941)	(27.168)	(422.109)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	772.548	(120.083)	652.465
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	377.607	(147.251)	230.356

⁽¹⁾ Essas reclassificações são provenientes da adoção do IFRS 11 - CPC 19 (R2).

Notas Explicativas

iv. Demonstração do Valor Adicionado consolidado, exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

	2012 Publicado	Reclassificações ⁽¹⁾	Reclassificações ⁽⁴⁾	2012 Reapresentado
Receitas	11.271.897	(234.215)	-	11.037.682
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	10.707.046	(56.084)	-	10.650.962
Receitas referentes à construção de ativos próprios	847.453	(178.131)	-	669.322
Provisão/reversão créditos de liquidação duvidosa	(282.602)	-	-	(282.602)
Insumos adquiridos de terceiros	(5.574.997)	172.581	377.247	(5.025.169)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(4.534.153)	11.794	377.247	(4.145.112)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.040.844)	160.787	-	(880.057)
Valor adicionado bruto	5.696.900	(61.634)	377.247	6.012.513
Retenções	(358.433)	8.791	-	(349.642)
Depreciação e amortização	(358.433)	8.791	-	(349.642)
Valor adicionado líquido produzido	5.338.467	(52.843)	377.247	5.662.871
Valor adicionado recebido em transferência	202.661	11.401	-	214.062
Resultado de equivalência patrimonial	(1.288)	22.842	-	21.554
Receitas financeiras	203.949	(11.441)	-	192.508
Valor adicionado total a distribuir	5.541.128	(41.442)	377.247	5.876.933
Distribuição do valor adicionado	5.541.128	(41.442)	377.247	5.876.933
Pessoal	323.974	(19.805)	-	304.169
Remuneração direta	247.679	(19.805)	-	227.874
Benefícios	46.992	-	-	46.992
FGTS	19.252	-	-	19.252
Outros	10.051	-	-	10.051
Impostos, taxas e contribuições	4.010.135	(5.697)	377.247	4.381.685
Federais	1.638.281	(5.040)	377.247	2.010.488
Estaduais	2.362.425	-	-	2.362.425
Municipais	9.429	(657)	-	8.772
Remuneração de capitais de terceiros	783.096	(15.940)	-	767.156
Juros	700.510	(15.940)	-	684.570
Aluguéis	61.119	-	-	61.119
Outras	21.467	-	-	21.467
Remuneração de capitais próprios	423.923	-	-	423.923
Dividendos e juros sobre capital próprio	256.548	-	-	256.548
Lucros retidos	167.375	-	-	167.375

⁽¹⁾ Essas reclassificações são provenientes da adoção do IFRS 11 - CPC 19 (R2).

⁽⁴⁾ Reclassificação de créditos de PIS / COFINS na compra de energia.

Notas Explicativas

v. Balanço Patrimonial consolidado, em 1º de janeiro de 2012.

	31.12.2011 Publicado	Reclassificações ⁽¹⁾	Reclassificações	01.01.2012 Reapresentado
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	772.548	(120.083)	-	652.465
Títulos e valores mobiliários	8.171	-	-	8.171
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	1.383.620	(238)	-	1.383.382
Estoques	27.430	-	-	27.430
Tributos e contribuições	134.551	(1.216)	-	133.335
Imposto de renda e contribuição social	90.947	(97)	-	90.850
Despesas pagas antecipadamente	2.180	(363)	-	1.817
Serviços prestados a receber	84.964	(2.404)	-	82.560
Rendas a receber swap	3.801	-	-	3.801
Outros créditos	173.550	(3.716)	-	169.834
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	2.681.762	(128.117)	-	2.553.645
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	298.538	(461)	-	298.077
Tributos e contribuições	95.622	-	-	95.622
Tributos diferidos	836.411	-	-	836.411
Despesas pagas antecipadamente	263	123	-	386
Ativo financeiro de concessões	656.473	-	-	656.473
Depósitos vinculados a litígios	268.505	(3.609)	-	264.896
Rendas a receber swap	754	-	-	754
Outros créditos	7.979	(127)	-	7.852
Investimentos	54.086	408.280	-	462.366
Imobilizado	1.985.833	(384.759)	-	1.601.074
Intangível	4.174.900	(296.634)	-	3.878.266
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.379.364	(277.187)	-	8.102.177
TOTAL DO ATIVO	11.061.126	(405.304)	-	10.655.822
PASSIVO				
Fornecedores	757.158	(4.410)	-	752.748
Tributos e contribuições	84.349	(1.200)	-	83.149
Imposto de renda e contribuição social	40.272	(13)	-	40.259
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	304.554	(41.710)	-	262.844
Debêntures e encargos financeiros	213.740	-	-	213.740
Rendas a pagar swap	787	-	-	787
Dividendos e JCP a pagar	73.741	-	-	73.741
Obrigações estimadas	47.379	(1.529)	-	45.850
Encargos regulatórios	112.356	-	-	112.356
Benefícios pós-emprego	80.525	-	-	80.525
Outros débitos	227.154	(12.226)	-	214.928
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	1.942.015	(61.088)	-	1.880.927
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	1.853.748	(244.584)	-	1.609.164
Debêntures e encargos financeiros	1.790.132	-	-	1.790.132
Rendas a pagar swap	976	-	-	976
Tributos e contribuições	200.263	-	-	200.263
Tributos diferidos	342.391	(99.632)	-	242.759
Provisões	515.678	-	23.161	538.839
Benefícios pós-emprego	1.090.684	-	-	1.090.684
Outros débitos	153.411	-	(23.161)	130.250
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.947.283	(344.216)	-	5.603.067
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.225.822	-	-	2.225.822
Reservas de lucros	341.695	-	-	341.695
Proposta de dividendos adicionais	181.501	-	-	181.501
Ajustes de avaliação patrimonial	472.356	-	-	472.356
Outros resultados abrangentes	-	-	(39.978)	(39.978)
Lucros (Prejuízos) acumulados	(49.546)	-	39.978	(9.568)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.171.828	-	-	3.171.828
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.061.126	(405.304)	-	10.655.822

⁽¹⁾ Essas reclassificações são provenientes da adoção do IFRS 11 - CPC 19 (R2).

⁽²⁾ Essas reclassificações são provenientes da adoção do IAS 19 (R1) - CPC 33 (R1).

⁽³⁾ Essa reclassificação refere-se à provisão para honorários de êxito, que saiu da rubrica de "outros débitos" para a rubrica de "provisões".

Notas Explicativas

vi. Balanço Patrimonial controladora, em 31 de dezembro de 2012.

ATIVO	31.12.2012 Publicado	Reclassificações	31.12.2012 Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	45.469	-	45.469
Imposto de renda e contribuição social	3.858	-	3.858
Despesas pagas antecipadamente	191	-	191
Dividendos e JCP a receber	19.210	-	19.210
Serviços prestados a receber	148	-	148
Outros créditos	6.665	-	6.665
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	75.541	-	75.541
Depósitos vinculados a litígios	289	-	289
Investimentos	3.031.033	-	3.031.033
Imobilizado	672	-	672
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.031.994	-	3.031.994
TOTAL DO ATIVO	3.107.535	-	3.107.535

PASSIVO	31.12.2012 Publicado	Reclassificações ⁽²⁾	31.12.2012 Reapresentado
Fornecedores	458	-	458
Tributos e contribuições	1.640	-	1.640
Imposto de renda e contribuição social	2	-	2
Dividendos e JCP a pagar	74.792	-	74.792
Obrigações estimadas	392	-	392
Benefícios pós-emprego	11	-	11
Outros débitos	3.514	-	3.514
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	80.809	-	80.809
Benefícios pós-emprego	142	-	142
Outros débitos	901	-	901
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.043	-	1.043
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	2.225.822	-	2.225.822
Reservas de lucros	256.535	-	256.535
Proposta de dividendos adicionais	91.770	-	91.770
Ajustes de avaliação patrimonial	451.556	-	451.556
Outros resultados abrangentes	-	(171.997)	(171.997)
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	171.997	171.997
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.025.683	-	3.025.683
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.107.535	-	3.107.535

⁽²⁾ Essas reclassificações são provenientes da adoção do IAS 19 (R1) - CPC 33 (R1).

Notas Explicativas

vii. Balanço Patrimonial controladora, em 1º de janeiro de 2012.

ATIVO	31.12.2011 Publicado	Reclassificações	01.01.2012 Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	55.057	-	55.057
Imposto de renda e contribuição social	3.395	-	3.395
Despesas pagas antecipadamente	182	-	182
Dividendos e JCP a receber	78.510	-	78.510
Serviços prestados a receber	150	-	150
Outros créditos	13.763	-	13.763
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	151.057	-	151.057
Depósitos vinculados a litígios	215	-	215
Investimentos	3.105.456	-	3.105.456
Imobilizado	672	-	672
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.106.343	-	3.106.343
TOTAL DO ATIVO	3.257.400	-	3.257.400

PASSIVO	31.12.2011 Publicado	Reclassificações ⁽²⁾	01.01.2012 Reapresentado
Fornecedores	197	-	197
Tributos e contribuições	8.911	-	8.911
Imposto de renda e contribuição social	2	-	2
Dividendos e JCP a pagar	73.741	-	73.741
Obrigações estimadas	233	-	233
Outros débitos	2.488	-	2.488
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	85.572	-	85.572
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	2.225.822	-	2.225.822
Reservas de lucros	341.695	-	341.695
Proposta de dividendos adicionais	181.501	-	181.501
Ajustes de avaliação patrimonial	472.356	-	472.356
Outros resultados abrangentes	-	(39.978)	(39.978)
Lucros (Prejuízos) acumulados	(49.546)	39.978	(9.568)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.171.828	-	3.171.828
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.257.400	-	3.257.400

⁽²⁾ Essas reclassificações são provenientes da adoção do IAS 19 (R1) - CPC 33 (R1).

w) Normas, interpretações e modificações emitidas e ainda não vigentes

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (i) - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

IAS 32/CPC 39 (ii) – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensações de Ativos e Passivos – Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32,

Notas Explicativas

sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.

IFRIC 21 - Taxações (ii) - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

IAS 36 – *Impairment* de ativos (CPC 01) (ii) – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

IAS 39 – *Impairment* de ativos (ii) – adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “*hedge accounting*” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (ii) - As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade que reporta deve:

- obter recursos de um ou mais investidores com o objetivo de prestar-lhes serviços profissionais de gestão de investimentos.
- comprometer-se com seu(s) investidor(es) de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou os dois.
- mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

A Companhia analisou os impactos dessas alterações nas demonstrações financeiras, e não foi identificado nenhum impacto relevante sobre as demonstrações financeiras.

(i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

(ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Numerário disponível	235	200	50.431	79.836
Aplicações Financeiras de liquidez imediata				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	26.567	45.269	495.998	150.520
TOTAL	26.802	45.469	546.429	230.356

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, contratadas em condições e taxas de mercado, tendo como característica alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 99,8% do CDI (98,9% do CDI em 31 de dezembro de 2012).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 34.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Estes papéis são representados por Certificado de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado, no montante de R\$1.244.000 (R\$15.266 em 31 de dezembro de 2012) nas demonstrações financeiras consolidadas. São representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia, (ii) recursos destinados a quitação do contrato de dívida relacionado a benefício pós-emprego, (iii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica, (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 99,8% do CDI (100,2% do CDI em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012 - Reapresentado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecimento faturado	1.097.252	-	1.097.252	1.455.853	-	1.455.853
Fornecimento não faturado	317.007	-	317.007	400.234	-	400.234
Parcelamento de débitos	97.208	157.798	255.006	143.336	265.502	408.838
Comercialização no âmbito da CCEE	19.164	-	19.164	780	-	780
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	153.133	-	153.133	163.049	-	163.049
Outras contas a receber	1.210	51.616	52.826	241	23.927	24.168
	1.684.974	209.414	1.894.388	2.163.493	289.429	2.452.922
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(461.561)	-	(461.561)	(721.905)	-	(721.905)
TOTAL	1.223.413	209.414	1.432.827	1.441.588	289.429	1.731.017

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

No exercício de 2013, foram realizadas baixas de clientes incobráveis no montante de R\$418.228 (R\$456.102 no exercício de 2012), principalmente relacionados a títulos vencidos há longa data. As baixas foram realizadas contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do exercício.

Os saldos de parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, quando aplicável. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação relevante de renegociação de dívida dos consumidores (parcelamento de débitos), com base na taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, sendo em média 1% a.m.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

FORNECIMENTO FATURADO E PARCELAMENTO	Saldos a vencer	Saldos vencidos		TOTAL		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Residencial	179.181	128.494	126.949	434.624	748.565	(104.983)	(373.982)
Industrial	21.784	13.409	121.567	156.760	155.968	(68.146)	(37.068)
Comercial	165.200	44.818	279.551	489.569	547.770	(230.922)	(253.039)
Rural	1.080	275	533	1.888	1.818	(519)	(621)
Poder Público	77.657	30.450	100.472	208.579	227.316	(45.031)	(46.144)
Iluminação Pública	13.925	2.706	14.642	31.273	42.411	(7.057)	(11.000)
Serviço Público	15.293	1.749	12.523	29.565	140.843	(4.903)	(51)
TOTAL	474.120	221.901	656.237	1.352.258	1.864.691	(461.561)	(721.905)

Notas Explicativas

Seguem abaixo as movimentações da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD consolidada nos exercícios:

SALDO EM 01.01.2012	(895.405)
Adições / (Reversões)	(282.602)
Baixas	456.102
SALDO EM 31.12.2012	(721.905)
Adições / (Reversões)	(157.884)
Baixas	418.228
SALDO EM 31.12.2013	(461.561)

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na nota explicativa 34.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora	
	31.12.2013	31.12.2012
	Circulante	Circulante
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6.442	3.858
Créditos fiscais	6.442	3.839
Antecipações	-	19
TOTAL	6.442	3.858

	Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012 - Reapresentado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	105.821	88.777	194.598	196.985	118.878	315.863
ICMS a compensar	70.275	88.777	159.052	141.169	118.878	260.047
PIS e COFINS a compensar	15.782	-	15.782	36.889	-	36.889
Outros	19.764	-	19.764	18.927	-	18.927
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	55.140	-	55.140	6.730	-	6.730
Créditos fiscais	28.170	-	28.170	6.511	-	6.511
Antecipações	26.970	-	26.970	219	-	219
TOTAL	160.961	88.777	249.738	203.715	118.878	322.593

Notas Explicativas

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012 - Reapresentado		
	Ativo IR e CSLL	Passivo IR e CSLL	Líquido IR e CSLL	Ativo IR e CSLL	Passivo IR e CSLL	Líquido IR e CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	151.745	-	151.745	238.440	-	238.440
Provisão para participação nos lucros e resultados	12.357	-	12.357	6.205	-	6.205
Provisões para riscos trabalhistas	54.343	-	54.343	64.081	-	64.081
Provisões para riscos fiscais	72.548	-	72.548	69.728	-	69.728
Provisões para riscos cíveis	56.486	-	56.486	62.512	-	62.512
Ativos e passivos regulatórios não reconhecidos pelo IFRS	127.106	-	127.106	143.423	-	143.423
Complemento plano de pensão - CVM 695/12	39.109	-	39.109	107.021	-	107.021
Outros	17.760	-	17.760	25.429	-	25.429
Prejuízos fiscais	236.601	-	236.601	201.394	-	201.394
Base negativa de contribuição social	88.203	-	88.203	75.528	-	75.528
Remuneração do ativo financeiro	-	(194.536)	(194.536)	-	(138.773)	(138.773)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(43.386)	(43.386)	-	(19.585)	(19.585)
Custo atribuído Light Energia	-	(221.911)	(221.911)	-	(233.275)	(233.275)
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO BRUTO	856.258	(459.833)	396.425	993.761	(391.633)	602.128
Apresentação pelo líquido	(233.423)	233.423	-	(163.728)	163.728	-
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO LÍQUIDO	622.835	(226.410)	396.425	830.033	(227.905)	602.128

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda diferido para os exercícios de 2012 e 2013:

	Saldo em 01.01.2012 Reapresentado	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2012 Reapresentado	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2013
ATIVO							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	297.427	(58.987)	-	238.440	(86.695)	-	151.745
Provisão para participação nos lucros e resultados	6.375	(170)	-	6.205	6.152	-	12.357
Provisões para riscos trabalhistas	50.538	13.543	-	64.081	(9.738)	-	54.343
Provisões para riscos fiscais	63.234	6.494	-	69.728	2.820	-	72.548
Provisões para riscos cíveis	63.489	(977)	-	62.512	(6.026)	-	56.486
Ativos e passivos regulatórios não reconhecidos pelo IFRS	43.825	99.598	-	143.423	(16.317)	-	127.106
Complemento plano de pensão - CVM 695/12	12.945	616	93.460	107.021	(13.022)	(54.890)	39.109
Outros	8.409	42.550	(25.530)	25.429	(10.594)	2.925	17.760
Prejuízo fiscal	211.558	(10.164)	-	201.394	37.992	(2.785)	236.601
Base negativa de contribuição social	79.187	(3.659)	-	75.528	13.677	(1.002)	88.203
TOTAL DO ATIVO	836.987	88.844	67.930	993.761	(81.751)	(55.752)	856.258
PASSIVO							
Remuneração do Ativo Financeiro	-	(138.773)	-	(138.773)	(55.763)	-	(194.536)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(19.585)	-	(19.585)	(23.801)	-	(43.386)
Custo atribuído Light Energia	(243.335)	10.060	-	(233.275)	10.451	913	(221.911)
TOTAL DO PASSIVO	(243.335)	(148.298)	-	(391.633)	(69.113)	913	(459.833)

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até dezembro de 2013, o estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, o qual está baseado nas projeções elaboradas em 2013, aprovadas pelo Conselho de Administração. O estudo de viabilidade indica a recuperação do saldo em até oito anos. A seguir, são apresentados os montantes estimados deste ativo fiscal diferido por ano de realização.

Notas Explicativas

2014	241.353
2015	158.988
2016	111.777
2017	136.959
2018	82.523
2019	77.300
2020	42.469
2021	4.889
TOTAL BRUTO - CONSOLIDADO	856.258

Em 31 de dezembro de 2013, a Light S.A possuía saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado, não reconhecido, no montante de R\$44.422 (R\$36.095 em 31 de dezembro de 2012), tendo em vista as incertezas na sua realização.

9. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES

Representa os valores a serem recebidos ao final da concessão do poder concedente, ou para quem este delegar, a título de indenizações pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão da controlada Light SESA.

A MP 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, determinou que o cálculo da indenização do ativo financeiro, correspondente às parcelas dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão, utilizará a metodologia de valor novo de reposição ("VNR"). No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de indenizar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculada à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013, a controlada Light SESA registrou o valor referente à diferença entre o valor novo de reposição e o custo histórico, pela expectativa de recebimento do fluxo de caixa, no montante de R\$124.750 (R\$408.158 em 2012), no resultado do exercício, em outras receitas operacionais.

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos, líquidos de obrigações especiais, referentes ao ativo indenizável (Concessão), nos exercícios de 2013 e 2012, está assim apresentada:

SALDO EM 01.01.2012	656.473
Adições ^(a)	390.430
Valor Novo de Reposição (VNR)	408.158
Reclassificação Resolução ANEEL nº 472/12 ^(b)	118.288
SALDO EM 31.12.2012	1.573.349
Adições ^(a)	195.988
Valor Novo de Reposição (VNR)	124.750
Atualização a Valor Novo de Reposição (VNR)	44.087
Baixas	(11.948)
SALDO EM 31.12.2013	1.926.226

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 (vide nota explicativa 13).

^(b) Reclassificação referente à Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (vide nota explicativa 13)

10. OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012 - Reapresentado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Fornecedores e Empregados	39.016	-	39.016	45.481	-	45.481
Contas a receber de alienação de imóveis	12.046	-	12.046	12.046	-	12.046
Contribuição Iluminação Pública	58.424	-	58.424	52.902	-	52.902
Dispêndios a Reembolsar	34.249	-	34.249	27.043	-	27.043
Subvenção Baixa Renda	6.278	-	6.278	10.275	-	10.275
Subvenção CDE ^(a)	33.680	-	33.680	-	-	-
Bens e Direitos Destinados a Alienação	-	2.147	2.147	-	2.147	2.147
Outros ^(b)	30.603	639	31.242	18.971	639	19.610
TOTAL	214.296	2.786	217.082	166.718	2.786	169.504

^(a) Subvenção decorrente do Decreto nº 7.945/13, conforme descrito abaixo.

^(b) Referente a outros créditos de naturezas diversas

Em função das condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final do ano de 2012, entre elas os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas esteve direcionado para o patamar máximo e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência, aliada à rescisão de contratos do 6º e

Notas Explicativas

7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela Aneel, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo no final do exercício de 2012 e início de 2013. Em função deste cenário e pelo fato das concessionárias de distribuição não terem influência sobre esses custos, o governo federal brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945/13, que determina o repasse de recursos da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético com a intenção de neutralizar parte destes efeitos para as distribuidoras nesse período.

Os recursos cobertos por esse repasse da CDE totalizaram R\$801.058 até 31 de dezembro de 2013, que compreendem:

- R\$497.642 relacionados à: (i) Encargos de Serviços do Sistema - ESS (despacho fora da ordem de mérito para segurança energética) no valor de R\$178.047; (ii) Risco Hidrológico (Mecanismo de Realocação de Energia - MRE das cotas) no valor de R\$159.173; e (iii) Exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD limitado ao montante não atendido pela alocação de cotas, no valor de R\$160.422. Conforme CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, esse montante foi reconhecido como uma compensação de custos incorridos, contabilizado na rubrica "Subvenção CDE", em outros créditos, no ativo circulante, em contrapartida à conta de resultado "Energia comprada para revenda". Desse montante, já foram compensados com liquidações na CCEE o montante de R\$470.333 até 31 de dezembro de 2013, restando R\$27.309 a serem compensados.
- R\$303.416 relacionados ao repasse da CDE referente aos custos de compra de energia até agosto de 2013, definido no processo de revisão tarifária de 2013, os quais serão repassados em novembro de 2013. Conforme CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, esse montante foi reconhecido como uma compensação de custos incorridos, contabilizado na rubrica "Subvenção CDE", em outros créditos, no ativo circulante, em contrapartida à conta de resultado "Energia comprada para revenda". Esse montante foi todo recebido em 09 de dezembro de 2013.
- Em 31 de dezembro de 2013, foi feita uma provisão de R\$6.371 referente aos recursos da CDE para compensar os descontos aplicados nas tarifas praticadas para algumas classes de consumidores.

11. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Avaliados por equivalência patrimonial:				
Light SESA	2.436.463	2.188.815	-	-
Light Energia	707.236	578.819	-	-
Renova Energia S.A. ^(b)	-	-	376.923	381.383
Guanhães Energia S.A. ^{(a)(b)}	-	-	86.766	36.476
Light Esco	104.339	108.904	-	-
EBL Energia	-	-	406	712
LightCom	16.263	9.017	-	-
Light Soluções	2.497	2.042	-	-
Lightger	41.712	41.909	41.712	41.909
Itaocara Energia ^(a)	23.945	24.567	-	-
Axxiom	8.207	5.160	8.207	5.160
Amazônia Energia ^(a)	106.380	69.576	106.380	69.576
E-Power ^(a)	-	132	-	132
SUBTOTAL	3.447.042	3.028.941	620.394	535.348
Ágio por rentabilidade futura	2.034	2.092	2.034	2.092
Outros Investimentos permanentes	-	-	19.775	19.910
SUBTOTAL	2.034	2.092	21.809	22.002
TOTAL DO INVESTIMENTO	3.449.076	3.031.033	642.203	557.350

^(a) Empresas em fase pré-operacional

^(b) Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido ajustado para fins de equivalência patrimonial

Informações sobre as companhias controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial e saldos proporcionais) apresentados abaixo:

Controladora									
Controladas e controladas em conjunto - Participações	Patrimônio Líquido		Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a receber		Dividendos e Juros sobre Capital Próprio recebidos		Lucro / (Prejuízo) do exercício		
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	2013	2012	
Light SESA	100,0%	2.436.463	2.188.815	-	(12.877)	(243.724)	(282.493)	386.391	288.995
Light Energia	100,0%	707.236	578.819	(34.652)	(5.028)	(44.069)	(217.927)	199.185	133.706
Light Esco	100,0%	104.339	108.904	(90)	(972)	(19.735)	(2.102)	17.723	13.715
LightCom	100,0%	16.263	9.017	(1.035)	(63)	(319)	(1.380)	5.440	3.671
Light Soluções	100,0%	2.497	2.042	(142)	(270)	(270)	-	596	904
Lightger	51,0%	41.712	41.909	-	-	(1.584)	-	953	1.231
Itaocara Energia	100,0%	23.945	24.567	-	-	-	-	(621)	1.812
Axiom	51,0%	8.207	5.160	(234)	-	(146)	-	987	879
Amazônia Energia	25,5%	106.380	69.576	-	-	-	-	(1.192)	(1.288)
E-Power	20,0%	-	132	-	-	-	-	-	(494)
		3.447.042	3.028.941	(36.153)	(19.210)	(309.847)	(503.902)	609.462	443.131

Consolidado									
Controladas em conjunto - Participações	Patrimônio Líquido		Capital social a integralizar		Recursos destinados a aumento de capital		Lucro / (Prejuízo) do exercício		
	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	
Light Energia									
Renova Energia	21,9%	220.123	218.405	-	-	-	-	1.362	21.009
Guanhães Energia	51,0%	73.753	24.709	-	(16.163)	47.233	14.352	-	-
Light Esco									
EBL Energia	33,0%	406	712	-	-	-	-	22	217
Lightger	51,0%	41.712	41.909	-	-	-	-	953	1.231
Axiom	51,0%	8.207	5.160	(234)	-	-	-	987	879
Amazônia Energia	25,5%	106.380	69.576	-	-	-	-	(1.192)	(1.288)
E-Power	20,0%	-	132	-	-	-	-	-	(494)
		450.581	360.603	(234)	(16.163)	47.233	14.352	2.132	21.554

Outras informações:

Controladora				
Controladas e controladas em conjunto	Capital social integralizado		Total Ativo	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Light SESA	2.082.365	2.082.365	10.596.246	8.968.355
Light Energia	77.422	77.422	2.102.105	2.399.532
Light Esco	79.584	79.584	310.636	155.789
LightCom	4.500	4.500	80.529	31.400
Light Soluções	1.350	1.350	3.629	2.496
Lightger	40.408	40.408	103.546	112.816
Itaocara Energia	29.562	29.562	27.137	61.344
Axxiom	6.987	4.692	21.273	8.382
Amazônia Energia	109.055	71.059	106.379	69.659
E-Power	777	777	459	459

Consolidado				
Controladas em conjunto	Capital social integralizado		Total Ativo	
	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Light Energia				
Renova Energia	214.574	224.168	810.226	589.972
Guanhães Energia	26.520	26.520	142.949	66.966
Light Esco				
EBL Energia	367	367	420	749
Lightger	40.408	40.408	103.546	112.816
Axxiom	6.987	4.692	21.273	8.382
Amazônia Energia	109.055	71.059	106.379	69.659
E-Power	777	777	459	459

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos nas controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) nos exercícios findos em 31 de dezembro:

	Controladora						31.12.2013
	31.12.2012	Aumento de capital	Dividendos / JCP	Resultados Abrangentes	Outros	Equivalência Patrimonial	
Light SESA	2.188.815	-	(230.847)	92.104	-	386.391	2.436.463
Light Energia	578.819	-	(73.693)	2.925	-	199.185	707.236
Light Esco	108.904	-	(18.853)	201	(3.636)	17.723	104.339
LightCom	9.017	-	(1.291)	11	3.086	5.440	16.263
Light Soluções	2.042	-	(142)	-	1	596	2.497
Lightger	41.909	-	(1.188)	-	38	953	41.712
Itaocara Energia	24.567	-	-	-	(1)	(621)	23.945
Axxiom	5.160	2.295	(234)	-	(1)	987	8.207
Amazônia Energia	69.576	37.996	-	-	-	(1.192)	106.380
E-Power	132	-	-	-	(132)	-	-
TOTAL	3.028.941	40.291	(326.248)	95.241	(645)	609.462	3.447.042

	Controladora						31.12.2012
	01.01.2012	Aumento de capital	Dividendos / JCP	Resultados Abrangentes	Outros	Equivalência Patrimonial	
Light SESA	2.265.111	-	(238.994)	(126.297)	-	288.995	2.188.815
Light Energia	669.582	-	(219.104)	(5.365)	-	133.706	578.819
Light Esco	55.072	42.000	(1.144)	(201)	(538)	13.715	108.904
LightCom	5.821	-	(74)	(11)	(390)	3.671	9.017
Light Soluções	1.520	-	(220)	-	(162)	904	2.042
Lightger	40.678	-	-	-	-	1.231	41.909
Itaocara Energia	23.472	-	-	-	(717)	1.812	24.567
Axxiom	4.427	-	(146)	-	-	879	5.160
Amazônia Energia	37.545	33.318	-	-	1	(1.288)	69.576
E-Power	140	486	-	-	-	(494)	132
TOTAL	3.103.368	75.804	(459.682)	(131.874)	(1.806)	443.131	3.028.941

	Consolidado					31.12.2013
	31.12.2012 Reapresentado	Aumento de capital	Dividendos / JCP	Outros	Equivalência Patrimonial	
Light Energia						
Renova Energia	381.383	-	-	(5.822)	1.362	376.923
Guanhães Energia	36.476	50.290	-	-	-	86.766
Light Esco						
EBL Energia	712	-	(201)	(127)	22	406
Lightger	41.909	-	(1.188)	38	953	41.712
Axxiom	5.160	2.295	(234)	(1)	987	8.207
Amazônia Energia	69.576	37.996	-	-	(1.192)	106.380
E-Power	132	-	-	(132)	-	-
TOTAL	535.348	90.581	(1.623)	(6.044)	2.132	620.394

	Consolidado					31.12.2012 Reapresentado
	01.01.2012 Reapresentado	Aumento de capital	Aquisição de participação	Outros	Equivalência Patrimonial	
Light Energia						
Renova Energia	360.371	-	-	3	21.009	381.383
Guanhães Energia	-	9.890	26.586	-	-	36.476
Light Esco						
EBL Energia	551	-	-	(56)	217	712
Lightger	40.678	-	-	-	1.231	41.909
Axxiom	4.427	-	-	(146)	879	5.160
Amazônia Energia	37.545	33.318	-	1	(1.288)	69.576
E-Power	140	486	-	-	(494)	132
TOTAL	443.712	43.694	26.586	(198)	21.554	535.348

Notas Explicativas

Os saldos integrais das principais controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2013 e 2012 que foram registrados por meio do método de equivalência patrimonial, são como segue:

2013	AXXIOM	AMAZÔNIA	LIGHTGER	RENOVA	GUANHÃES	EBL
ATIVO						
Circulante	33.563	287	21.381	475.910	40.918	1.238
Caixa e Equivalente Caixa	10.045	275	17.703	374.047	39.283	918
Outros	23.518	12	3.678	101.863	1.635	320
Não Circulante	8.149	416.890	181.651	3.230.523	239.374	34
TOTAL DO ATIVO	41.712	417.177	203.032	3.706.433	280.292	1.272
PASSIVO						
Circulante	15.040	-	11.352	1.409.536	130.368	41
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.070	-	7.656	1.109.116	122.540	-
Outros	8.970	-	3.696	300.420	7.828	41
Não Circulante	10.579	-	109.893	1.296.338	5.310	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.012	-	109.893	1.281.140	-	-
Outros	567	-	-	15.198	5.310	-
Patrimônio líquido	16.093	417.177	81.787	1.000.559	144.614	1.231
TOTAL DO PASSIVO	41.712	417.177	203.032	3.706.433	280.292	1.272
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita líquida de vendas	37.590	-	30.522	226.011	-	1.090
Custos das vendas	(27.752)	-	(18.810)	(101.209)	-	(836)
Lucro bruto	9.838	-	11.712	124.802	-	254
Despesas gerais e administrativas	(7.123)	(635)	(2.437)	(36.341)	-	(202)
Equivalência Patrimonial	-	(4.078)	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(2)	37	(6.371)	(72.261)	-	59
Lucro antes do IR e CSLL	2.713	(4.676)	2.904	16.200	-	111
Imposto de renda e contribuição social	(778)	-	(1.035)	(9.970)	-	(45)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.935	(4.676)	1.869	6.230	-	66

2012	AXXIOM	AMAZÔNIA	LIGHTGER	E-POWER	RENOVA	GUANHÃES	EBL
ATIVO							
Circulante	10.830	722	32.909	145	669.298	4.846	1.884
Caixa e Equivalente Caixa	2.056	717	18.204	31	608.122	4.846	874
Outros	8.774	5	14.705	114	61.176	-	1.010
Não Circulante	5.604	272.454	188.300	2149	2.008.741	126.460	385
TOTAL DO ATIVO	16.434	273.176	221.209	2.294	2.678.039	131.306	2.269
PASSIVO							
Circulante	6.316	328	21.563	877	370.299	81.034	221
Empréstimos, financiamentos e debêntures	440	-	8.183	-	198.201	64.782	-
Outros	5.876	328	13.380	877	172.098	16.252	221
Não Circulante	-	-	117.472	-	1.316.343	1.823	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	117.472	-	1.305.321	-	-
Outros	-	-	-	-	11.022	1.823	-
Patrimônio líquido	10.118	272.848	82.174	1.417	991.397	48.449	2.048
TOTAL DO PASSIVO	16.434	273.176	221.209	2.294	2.678.039	131.306	2.269
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Receita líquida de vendas	23.365	-	21.237	-	115.639	-	2.269
Custos das vendas	(17.411)	-	(14.791)	-	(48.818)	-	(1.374)
Lucro bruto	5.954	-	6.446	-	66.821	-	895
Despesas gerais e administrativas	(4.400)	(1.305)	(9.418)	(2.455)	(44.089)	-	(196)
Equivalência Patrimonial	-	(3.745)	-	(15)	-	-	-
Resultado financeiro líquido	84	-	9.967	-	(22.571)	-	22
Lucro antes do IR e CSLL	1.638	(5.050)	6.995	(2.470)	161	-	721
Imposto de renda e contribuição social	86	-	(4.581)	-	(6.129)	-	(61)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.724	(5.050)	2.414	(2.470)	(5.968)	-	660

Em 31 de dezembro de 2013, o passivo circulante da controlada indireta em conjunto Renova Energia estava superior ao ativo circulante. Isso ocorreu principalmente em função de duas captações para a construção dos parques eólicos, com vencimentos em 04 de maio de 2014 e 15 de junho de 2014. A Administração da Renova Energia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro que incluem, principalmente, a entrada da CEMIG GT no bloco de controle da Renova Energia com um aporte de capital e o enquadramento junto ao BNDES para o alongamento de sua dívida por meio da contratação de financiamento de longo prazo.

a) Consórcios

• Consórcio UHE Itaocara

A Companhia, por meio da controlada Itaocara Energia, participa do consórcio UHE Itaocara, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, 49,0%. O consórcio destina-se à exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara. Os saldos ativos e passivos referentes à participação no Consórcio são incorporados aos saldos da controlada. Em 28 de dezembro de 2011, foi concedida a licença prévia pelo IBAMA e, em 29 de julho de 2013, a UHE Itaocara obteve a licença de instalação, que permite o início das obras.

Em 9 de agosto de 2013, foi efetuado o requerimento, pela controlada Itaocara Energia, de rescisão do Contrato de Concessão nº 12/2001 perante a Aneel, na forma do art. 4º - A da Lei nº 9.074/2005, introduzido pela Lei nº 12.839/2013. A decisão foi baseada no comprometimento do tempo de receita necessário para o retorno do

investimento em virtude da utilização de 12 anos do prazo da concessão para a obtenção da Licença Ambiental de Instalação.

Ainda com base no referido artigo, a Companhia entende que não haverá perda nos investimentos efetuados no empreendimento até então, uma vez que foram assegurados os seguintes direitos: (i) liberação das garantias de cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão; (ii) não pagamento pelo Uso de Bem Público; e (iii) ressarcimento dos custos incorridos na elaboração de estudos ou projetos. Os investimentos registrados como ativo na Itaocara Energia são basicamente custos necessários para a obtenção da Licença Ambiental Prévia, da Licença Ambiental de Instalação e de viabilidade do projeto.

Em 26 de novembro de 2013, foi assinado pelo Ministério das Minas e Energia – MME e pela controlada Itaocara Energia o termo de rescisão do Contrato de Concessão nº 12/2001-Aneel, que regula a implantação e exploração da UHE Itaocara. Considerando a referida devolução, o consórcio reverteu a obrigação pelo Uso do Bem Público, em contrapartida ao ativo intangível. O leilão da UHE Itaocara I estava previsto para ocorrer em 13 de dezembro de 2013, conforme edital do Leilão nº. 10/2013, mas a Aneel, em nota divulgada em 04 de dezembro de 2013, retirou a UHE Itaocara I do leilão devido a uma reavaliação do Valor de Reserva de Disponibilidade Hídrica. A Administração acredita que a UHE Itaocara I seja leiloada durante o ano de 2014, sendo que a Companhia avalia a possibilidade de participar deste processo.

- **Consórcio Maracanã Solar**

A Companhia, por meio da controlada Light Esco S.A., participa do Consórcio Maracanã Solar, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Elétrica Ltda. – EDF Consultoria, 49,0%. O consórcio destina-se ao desenvolvimento, construção e operação de uma usina fotovoltaica, com capacidade de 391 kWp, instalada na cobertura do estádio do Maracanã. A construção foi finalizada no segundo trimestre de 2013.

O contrato original assinado com o Estado do Rio de Janeiro previa a recuperação do valor investido através de comercialização de energia. Em Agosto de 2013, foi assinado aditivo com o Estado do Rio de Janeiro, alterando a forma de recuperação do investimento realizado para comercialização de cotas de patrocínio da usina fotovoltaica, por meio do selo Maracanã Solar. No entanto, considerando que as negociações das cotas ainda estão em fases iniciais, a Administração decidiu por efetuar uma provisão para perda sobre os ativos imobilizados referentes aos investimentos feitos pelo Consórcio no montante de R\$4.968 por não ter evidências suficientes sobre a recuperabilidade destes ativos em 31 de dezembro de 2013.

- **Consórcio UHE Água Limpa**

A Companhia, por meio da controlada Light Energia S.A., participa do Consórcio UHE Água Limpa, no Estado do Mato Grosso, com participação de 51,0%, sendo a outra

Notas Explicativas

parte da Cemig Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, 49,0%. O consórcio tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial do empreendimento. Nenhum gasto significativo foi incorrido até 31 de dezembro de 2013.

12. IMOBILIZADO

	Consolidado				
	31.12.2013				31.12.2012 Reapresentado
	Taxa Média Anual	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Geração	3,32	2.698.828	(1.591.187)	1.107.641	1.137.963
Transmissão	3,91	57.984	(43.396)	14.588	14.793
Distribuição	10,27	31.581	(27.808)	3.773	4.908
Administração	7,96	313.359	(176.179)	137.180	121.059
Comercialização	7,96	14.764	(8.879)	5.885	6.281
EM SERVIÇO		3.116.516	(1.847.449)	1.269.067	1.285.004
Geração		261.517	-	261.517	238.078
Administração		148.138	-	148.138	112.173
EM CURSO		409.655	-	409.655	350.251
TOTAL DO IMOBILIZADO		3.526.171	(1.847.449)	1.678.722	1.635.255

Notas Explicativas

Segue abaixo a mutação do imobilizado:

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2012 Reapresentado	Adições	Baixas ^(a)	Transferências para Serviço	Saldos em 31.12.2013
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.976	-	-	-	104.976
Reservatório, barragens e adutoras	1.254.194	-	-	10.992	1.265.186
Edificações, obras civis e benfeitorias	261.085	-	(3.627)	10.672	268.130
Máquinas e equipamentos	1.330.508	-	(41.287)	38.490	1.327.711
Veículos	14.821	-	(247)	625	15.199
Móveis e utensílios	137.289	-	(2.520)	545	135.314
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.102.873	-	(47.681)	61.324	3.116.516
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(798.588)	(21.052)	-	-	(819.640)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(161.883)	(5.542)	3.458	-	(163.967)
Máquinas e equipamentos	(729.075)	(43.516)	38.701	-	(733.890)
Veículos	(13.965)	(412)	247	-	(14.130)
Móveis e utensílios	(114.358)	(3.984)	2.520	-	(115.822)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO/DEPRECIÇÃO	(1.817.869)	(74.506)	44.926	-	(1.847.449)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Terreno	98	64	-	-	162
Reservatório, barragens e adutoras	85.330	13.401	-	(10.220)	88.511
Edificações, obras civis e benfeitorias	71.161	10.095	-	(12.569)	68.687
Máquinas e equipamentos	153.080	99.480	(4.018)	(36.342)	212.200
Veículos	777	163	-	(757)	183
Móveis e utensílios	37.787	1.179	-	-	38.966
Estudos e Projetos	2.018	364	-	(1.436)	946
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	350.251	124.746	(4.018)	(61.324)	409.655
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.635.255	50.240	(6.773)	-	1.678.722

^(a) Inclui provisão para perda sobre os ativos imobilizados referente aos investimentos feitos pelo Consórcio Maracanã.

	Consolidado				
	Saldos em 01.01.2012 Reapresentado	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	Saldos em 31.12.2012 Reapresentado
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.976	-	-	-	104.976
Reservatório, barragens e adutoras	1.254.194	-	-	-	1.254.194
Edificações, obras civis e benfeitorias	257.466	4	-	3.615	261.085
Máquinas e equipamentos	1.317.059	787	(2.781)	15.443	1.330.508
Veículos	29.847	-	(15.149)	123	14.821
Móveis e utensílios	134.169	-	-	3.120	137.289
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.097.711	791	(17.930)	22.301	3.102.873
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(777.517)	(21.071)	-	-	(798.588)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(155.822)	(6.061)	-	-	(161.883)
Máquinas e equipamentos	(688.378)	(40.800)	103	-	(729.075)
Veículos	(23.547)	(565)	10.147	-	(13.965)
Móveis e utensílios	(110.020)	(4.338)	-	-	(114.358)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO/DEPRECIÇÃO	(1.755.284)	(72.835)	10.250	-	(1.817.869)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Terreno	39	59	-	-	98
Reservatório, barragens e adutoras	73.782	11.548	-	-	85.330
Edificações, obras civis e benfeitorias	69.106	11.024	-	(8.969)	71.161
Máquinas e equipamentos	82.245	81.984	-	(11.149)	153.080
Veículos	898	-	-	(121)	777
Móveis e utensílios	28.726	9.061	-	-	37.787
Estudos e Projetos	3.851	229	-	(2.062)	2.018
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	258.647	113.905	-	(22.301)	350.251
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.601.074	41.861	(7.680)	-	1.635.255

No exercício de 2013, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$627 (R\$1.394 em 2012), cuja taxa média de capitalização foi de 8 % ao ano.

(i) Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens e de acordo com a Resolução Aneel nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	3,33	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	2,70
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Reserv., barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados, exceto pelos ativos da usina fotovoltaica do Consórcio Maracanã Solar, integralmente reconhecido como provisão em 2013. Os contratos de concessão das usinas hidrelétricas da controlada Light Energia preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado às controladas e controladas em conjunto, de forma que a Administração entende que o valor do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsado pelo Poder Concedente.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da autorização ou concessão.

13. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	31.12.2013			31.12.2012 Reapresentado
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Direito de uso da concessão	6.511.987	(3.490.125)	3.021.862	2.984.782
Outros ^(a)	552.062	(442.331)	109.731	95.549
EM SERVIÇO	7.064.049	(3.932.456)	3.131.593	3.080.331
Direito de uso da concessão	663.393	-	663.393	465.991
Outros ^(a)	167.122	-	167.122	202.316
EM CURSO	830.515	-	830.515	668.307
TOTAL INTANGÍVEL	7.894.564	(3.932.456)	3.962.108	3.748.638

^(a) Inclui basicamente softwares e servidão de passagem

Notas Explicativas

O Intangível está líquido de obrigações especiais, que representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O saldo das obrigações especiais em 31 de dezembro de 2013 totalizava R\$226.356 (R\$153.288 em 31 de dezembro 2012).

Os investimentos na rede de distribuição são inicialmente registrados no intangível em curso, durante o período de construção. Quando finalizados e em conformidade com o ICPC 01, os investimentos são bifurcados e parte do valor é registrado no intangível em serviço, referente ao valor que será amortizado durante o prazo de concessão, e a outra parte é transferida para o ativo financeiro da concessão e será recebido como indenização ao final da concessão.

O intangível em curso inclui os estoques de materiais destinados a projetos, cujo montante em 31 de dezembro de 2013 totalizava R\$128.157 (R\$92.843 em 31 de dezembro de 2012) e provisão para desvalorização de estoque de R\$3.942 (R\$2.104 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus demais ativos intangíveis.

No exercício de 2013, foi incorporado ao ativo intangível, a título de capitalização de juros, o montante de R\$23.641 (R\$33.552 em 31 de dezembro 2012), cuja taxa média de capitalização foi de 8% ao ano.

A infraestrutura, utilizada pela controlada Light SESA, é vinculada ao serviço de distribuição, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador, sendo que, se ocorrer, deve atender à Resolução Aneel nº 20/99.

Segue abaixo a mutação do intangível:

	Consolidado				Saldo em 31.12.2013
	Saldo em 31.12.2012 Reapresentado	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	6.684.736	-	(507.518)	334.769	6.511.987
Outros	523.711	-	(20.629)	48.980	552.062
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	7.208.447	-	(528.147)	383.749	7.064.049
(-) Amortização					
Direito de uso da concessão	(3.699.954)	(281.374)	491.203	-	(3.490.125)
Outros	(428.162)	(34.605)	20.436	-	(442.331)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO/AMORTIZAÇÃO	(4.128.116)	(315.979)	511.639	-	(3.932.456)
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	465.991	733.705	-	(536.303)	663.393
Outros	202.316	8.240	-	(43.434)	167.122
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	668.307	741.945	-	(579.737)	830.515
TOTAL	3.748.638	425.966	(16.508)	(195.988)	3.962.108

^(a) Inclui transferência de R\$195.988 para o Ativo Financeiro da Concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01.

Notas Explicativas

	Consolidado				Saldos em 31.12.2012 Reapresentado
	Saldos em 01.01.2012 Reapresentado	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	6.216.120	2.731	(13.201)	479.086	6.684.736
Outros	495.302	-	-	28.409	523.711
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	6.711.422	2.731	(13.201)	507.495	7.208.447
(-) Depreciação					
Direito de uso da concessão	(3.458.622)	(241.332)	-	-	(3.699.954)
Outros	(400.647)	(27.515)	-	-	(428.162)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO/AMORTIZAÇÃO	(3.859.269)	(268.847)	-	-	(4.128.116)
Em Curso					
Direito de uso da concessão	799.364	653.776	-	(987.149)	465.991
Outros	226.749	4.631	-	(29.064)	202.316
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	1.026.113	658.407	-	(1.016.213)	668.307
TOTAL	3.878.266	392.291	(13.201)	(508.718)	3.748.638

^(a) Inclui reclassificação no montante de R\$118.288, referente à Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (vide nota explicativa 9) e transferência de R\$390.430 para o Ativo Financeiro da Concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01.

A Aneel é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

As principais taxas de amortização, com base na estimativa de vida útil dos bens, foram alteradas pela Resolução Normativa nº 474/12 da Aneel. Tal alteração resultou, no primeiro trimestre 2012, na reclassificação de R\$118.288 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Notas Explicativas

As principais taxas de amortização, de acordo com a Resolução Aneel nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Banco de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor do sistema	3,57
Disjuntor	3,03
Edificações	3,33
Estrutura do sistema	3,57
Medidor	6,77
Regulador de tensão	4,35
Religador	4,00
Transformador	4,00

14. FORNECEDORES

CIRCULANTE	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Comercialização no âmbito da CCEE	221.388	89.607
Encargos de uso da rede elétrica	24.857	52.520
Encargos do serviço do sistema	2.215	2.216
Energia livre – ressarcimento às geradoras ^(a)	62.541	57.790
Leilões de energia	146.613	227.936
Itaipu binacional	114.837	118.707
UTE Norte Fluminense	95.473	91.978
Materiais e serviços	239.338	173.715
TOTAL	907.262	814.469

^(a) Energia Livre – Ressarcimento às Geradoras

A Resolução Aneel nº 387, de 15 de dezembro de 2009, publicada em 12 de janeiro de 2010, concluiu o processo de cálculo dos saldos finais de Perda de Receita e de Energia Livre após o encerramento da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE e definiu os valores de ressarcimento entre os agentes, com os pagamentos previstos para 09 de abril de 2011. Entretanto, os referidos ressarcimentos encontram-se suspensos de acordo com a liminar requerida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), na data de 07 de abril de 2011. O saldo homologado foi de R\$48.985 e a variação, desde a homologação, decorre da atualização pela variação da taxa SELIC.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a fornecedores é divulgada na nota explicativa 34.

Notas Explicativas

15. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora	
	31.12.2013	31.12.2012
	Circulante	Circulante
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	11.048	1.640
PIS e COFINS a pagar	10.970	1.563
ICMS a pagar	12	12
Outros	66	65
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2	2
IRRF a pagar	2	2
TOTAL	11.050	1.642

	Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012 - Reapresentado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	115.102	187.640	302.742	82.353	195.751	278.104
ICMS a pagar	26.261	-	26.261	16.009	-	16.009
Parcelamento - Lei 11.941/09	22.708	187.640	210.348	18.069	195.751	213.820
PIS e COFINS a pagar	54.106	-	54.106	35.686	-	35.686
INSS	4.566	-	4.566	3.413	-	3.413
Outros	7.461	-	7.461	9.176	-	9.176
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	83.516	-	83.516	50.353	-	50.353
IRRF a pagar	543	-	543	451	-	451
Provisão de IRPJ / CSLL	82.973	-	82.973	49.902	-	49.902
TOTAL	198.618	187.640	386.258	132.706	195.751	328.457

Notas Explicativas

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS FINANCEIROS

	Consolidado					
	Circulante			Não Circulante	Total	
	Principal	Encargos	Total	Principal	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
TN - Par Bond	-	1.178	1.178	91.173	92.351	80.559
TN - Caução - Par Bond	-	-	-	(65.884)	(65.884)	(62.424)
TN - Discount Bond	-	206	206	63.617	63.823	55.704
TN - Caução - Discount Bond	-	-	-	(46.194)	(46.194)	(43.741)
TN - C. Bond	3.875	66	3.941	-	3.941	10.313
TN - Bib	-	-	-	-	-	251
Merril Lynch	29.868	338	30.206	87.262	117.468	102.505
BNP	113.701	892	114.593	-	114.593	95.752
Citibank	-	1.316	1.316	421.668	422.984	369.083
Bank Tokyo - Mitsubishi	-	159	159	140.556	140.715	-
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL	147.444	4.155	151.599	692.198	843.797	608.002
Eletrobrás	714	-	714	5.928	6.642	5.072
CCB Bradesco	75.000	6.493	81.493	225.000	306.493	380.675
Capital de Giro - Santander	80.000	2.742	82.742	-	82.742	82.133
Banco do Brasil	-	5.348	5.348	150.000	155.348	-
BNDES - FINEM	61.965	230	62.195	-	62.195	145.106
BNDES - FINEM direto	29.651	302	29.953	69.187	99.140	128.878
BNDES - FINEM + 1	29.651	340	29.991	69.187	99.178	128.925
BNDES - FINEM direto PSI	12.680	134	12.814	60.230	73.044	85.738
BNDES - Capex 11/12 Subcred.1	342	5	347	1.938	2.285	-
BNDES - Capex 11/12 Subcred.2	34.989	507	35.496	148.702	184.198	205.487
BNDES - Capex 11/12 Subcred.3	42.069	658	42.727	178.795	221.522	233.415
BNDES - Capex 11/12 Subcred.4	42.069	711	42.780	178.222	221.002	218.932
BNDES - Capex 11/12 Subcred.13	-	-	-	1	1	1
BNDES - Capex 11/12 Subcred.14	-	-	-	1	1	1
BNDES - Capex 11/12 Subcred.17	4	-	4	18	22	25
BNDES - Capex 11/12 Subcred.18	4	-	4	18	22	25
BNDES - Capex 11/12 Light Energia	6.965	81	7.046	22.638	29.684	26.639
BNDES - PROESCO 1ª captação	230	1	231	77	308	539
BNDES - PROESCO 2ª captação	99	-	99	-	99	219
BNDES - PROESCO 3ª captação	109	-	109	45	154	264
BNDES - PROESCO 4ª captação	457	3	460	533	993	1.452
BNDES - PROESCO 5ª captação	1.083	7	1.090	1.264	2.354	3.440
BNDES - PROESCO 6ª captação	103	1	104	231	335	438
BNDES - PROESCO 7ª captação	75	1	76	162	238	313
BNDES - PROESCO 8ª captação	707	-	707	8.659	9.366	-
BNDES - PROESCO 9ª captação	28	-	28	345	373	-
BNDES - PROESCO 10ª captação	774	-	774	4.837	5.611	-
BNDES - PROESCO 11ª captação	122	-	122	1.489	1.611	-
BNDES - PROESCO _ SP Market	1.338	14	1.352	3.792	5.144	6.486
RGR	-	246	246	-	246	246
Fianças bancárias diversas	-	819	819	-	819	980
MOEDA NACIONAL - TOTAL	421.228	18.643	439.871	1.131.299	1.571.170	1.655.429
TOTAL	568.672	22.798	591.470	1.823.497	2.414.967	2.263.431

Notas Explicativas

Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013:

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Taxa Efetiva	Amortização do Principal		
					Início	Forma de pagamento	Término
TN - Par Bond	29/04/1996	US\$	6,0	6,00%	2024	Única	2024
TN - Caução - Par Bond	29/04/1996	US\$	U\$ Treasury	0,00%	2024	Única	2024
TN - Discount Bond	29/04/1996	US\$	Libor6M+0,8+Vc	1,24%	2024	Única	2024
TN - Caução- Discount Bond	29/04/1996	US\$	U\$ Treasury	0,00%	2024	Única	2024
TN - C. Bond	29/04/1996	US\$	8,0	8,00%	2004	Semestral	2014
Merrill Lynch	07/11/2011	US\$	Libor3M+2,15	2,41%	2014	Semestral	2016
BNP	17/10/2011	EURO	3,98	3,98%	2014	Única	2014
Citibank	23/08/2012	US\$	Libor3M+1,66	1,92%	2017	Semestral	2018
Citibank - Energia	02/10/2012	US\$	Libor3M+1,59	1,85%	2017	Semestral	2018
Bank Tokyo - Mitsubishi	11/03/2013	US\$	2,04	2,04%	2016	Única	2016
Eletrobrás	Diversas	R\$	5,00	5,00%	1988	Mensal e Trimestral	2019
CCB Bradesco	18/10/2007	R\$	CDI + 0,85	8,95%	2012		2017
Capital de Giro - Santander	03/09/2010	R\$	CDI + 1,4	9,55%	2014	Única	2014
Banco do Brasil	25/02/2013	R\$	109,3% do CDI	8,94%	2017	Única	2017
BNDES - FINEM	05/11/2007	URTJLP	TJLP + 4,3	9,30%	2009	Mensal	2014
BNDES - FINEM direto	30/11/2009	URTJLP	TJLP + 2,58	7,58%	2011	Mensal	2017
BNDES - FINEM +1	30/11/2009	URTJLP	TJLP + 3,58	8,58%	2011	Mensal	2017
BNDES - FINEM direto PSI	30/11/2009	R\$	4,50	4,50%	2011	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.1	06/12/2011	URTJLP	TJLP	5,00%	2014	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.2	06/12/2011	URTJLP	TJLP + 1,81	6,81%	2014	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.3	06/12/2011	URTJLP	TJLP + 2,21	7,21%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.3	06/12/2011	URTJLP	TJLP + 3,21	8,21%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.4	06/12/2011	URTJLP	TJLP + 2,21	7,21%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.4	06/12/2011	URTJLP	TJLP + 3,21	8,21%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.13	06/12/2011	URTJLP	TJLP + 2,21	7,21%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.14	06/12/2011	URTJLP	TJLP + 3,21	8,21%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.17	06/12/2011	URTJLP	TJLP + 2,21	7,21%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Subcred.18	06/12/2011	URTJLP	TJLP + 3,21	8,21%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 L.Energia	10/04/2012	URTJLP	TJLP + 1,81	6,81%	2013	Mensal	2018
BNDES - PROESCO 1ª captação	16/09/2008	URTJLP	TJLP + 2,51	7,51%	2009	Mensal	2015
BNDES - PROESCO 2ª captação	17/04/2009	URTJLP	TJLP + 2,5	7,50%	2009	Mensal	2014
BNDES - PROESCO 3ª captação	12/04/2010	R\$	4,50	4,50%	2010	Mensal	2015
BNDES - PROESCO 3ª captação	12/04/2010	URTJLP	TJLP + 2,18	7,18%	2010	Mensal	2015
BNDES - PROESCO 4ª captação	15/09/2010	URTJLP	TJLP + 2,05	7,05%	2011	Mensal	2016
BNDES - PROESCO 4ª captação	15/09/2010	R\$	5,50	5,50%	2011	Mensal	2016
BNDES - PROESCO 5ª captação	16/11/2010	URTJLP	TJLP + 2,05	7,05%	2011	Mensal	2016
BNDES - PROESCO 5ª captação	16/11/2010	R\$	5,50	5,50%	2011	Mensal	2016
BNDES - PROESCO 6ª captação	29/07/2011	URTJLP	TJLP + 1,81	6,81%	2012	Mensal	2017
BNDES - PROESCO 7ª captação	27/09/2011	URTJLP	TJLP + 1,81	6,81%	2012	Mensal	2017
BNDES - PROESCO 8ª captação	26/06/2013	URTJLP	TJLP + 2,18	7,18%	2014	Mensal	2023
BNDES - PROESCO 9ª captação	26/06/2013	UMBNDDES	TJLP + 2,18	7,18%	2014	Mensal	2023
BNDES - PROESCO 10ª captação	26/06/2013	UMBNDDES	TJLP + 2,18	7,18%	2014	Mensal	2019
BNDES - PROESCO 11ª captação	26/06/2013	UMBNDDES	TJLP + 3	8,00%	2014	Mensal	2023
BNDES - PROESCO SP_Market	19/01/2012	URTJLP	TJLP + 1,81	6,81%	2012	Mensal	2017

Em 25 de fevereiro de 2013, ocorreu captação no valor de R\$150.000, por meio de Nota de Crédito Comercial (NCC) com o Banco do Brasil, para fins de capital de giro.

Em 11 de março de 2013, ocorreu captação no valor de R\$116.880, através de operação com o Bank Tokyo-Mitsubishi, para fins de capital de giro.

Em 15 de maio de 2013, ocorreu a 2ª emissão de Notas Promissórias Comerciais da controlada Light SESA, no valor de R\$500.000. Embora o vencimento das notas promissórias estivesse em 180 dias, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate total das notas promissórias previstas no contrato, a sua quitação ocorreu em 28 de junho de 2013, data do aporte de R\$1.600.000 referente à 9ª emissão de debêntures simples da controlada Light SESA, conforme divulgado na nota explicativa 17.

Notas Explicativas

Em 23 de maio de 2013 houve recebimento de R\$56.431 referentes ao contrato de financiamento BNDES 2011/2012 da controlada Light SESA.

Além das cauções destacadas no quadro acima, os empréstimos estão garantidos por recebíveis, no montante aproximado de R\$100.070 (R\$103.333 em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013, a Light S.A tem aval, fiança ou garantia corporativa, emitida em favor de suas controladas, controladas em conjunto ou coligadas, no montante de R\$5.058.793.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui o montante de R\$200.000 de linhas de crédito disponíveis.

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2013:

	Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2015	280.296	45.095	325.391
2016	279.000	182.723	461.723
2017	388.716	281.112	669.828
2018	137.589	140.556	278.145
2019	41.629	-	41.629
após 2019	4.069	42.712	46.781
TOTAL	1.131.299	692.198	1.823.497

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios:

	31.12.2013	31.12.2012
USD - Dólar Americano	14,6%	8,9%
EUR	19,7%	10,7%
IGP-M	5,5%	7,8%
CDI	8,1%	8,4%
TJLP	5,0%	5,6%
IPCA	5,9%	5,8%

Notas Explicativas

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos exercícios:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 01.01.2012 - Reapresentado	1.851.370	20.638	1.872.008
Empréstimos e Financiamentos obtidos	617.950	-	617.950
Variação monetária e cambial	20.282	-	20.282
Encargos financeiros provisionados	-	129.168	129.168
Encargos Financeiros Pagos	-	(167.287)	(167.287)
Amortização de financiamentos	(242.636)	-	(242.636)
Amortização custo captação	255	-	255
Encargos financeiros capitalizados ao Principal	12	(12)	-
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	33.691	33.691
SALDO EM 31.12.2012 - Reapresentado	2.247.233	16.198	2.263.431
Empréstimos e Financiamentos obtidos	852.508	-	852.508
Variação monetária e cambial	125.655	-	125.655
Encargos financeiros provisionados	-	168.349	168.349
Encargos Financeiros Pagos	-	(173.187)	(173.187)
Amortização de financiamentos	(833.980)	-	(833.980)
Amortização custo captação	255	-	255
Encargos financeiros capitalizados ao Principal	498	(498)	-
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	11.936	11.936
SALDO EM 31.12.2013	2.392.169	22.798	2.414.967

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos - BNDES, conforme previsto na deliberação CVM nº 556/08, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

EMIÇÃO	31.12.2013			31.12.2012 Reapresentado
	Valor incorrido	Valor a apropriar	Custo Total	Custo Total
Bndes Direto Finem - Light Sesa	232	193	425	425
Bndes Direto Finem +1 - Light Sesa	232	193	425	425
Bndes Direto PSI - Light Sesa	93	133	226	226
Bndes Direto Subcreditos 001/018 - Light Sesa	229	573	802	802
Bndes Direto Finem - Light Energia	6	5	11	11
Bndes Direto Finem +1 - Light Energia	6	5	11	11
Bndes Direto PSI - Light Energia	9	13	22	22
TOTAL	807	1.115	1.922	1.922

Notas Explicativas

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa 34.

Covenants

A cédula de crédito bancário do Bradesco, os empréstimos com o Banco Santander e com o BNDES, classificados no circulante e no não circulante, preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros (*covenants*). No exercício de 2013, a Companhia atendeu todos os indicadores requeridos contratualmente.

17. DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS

	Consolidado					
	Circulante			Não Circulante	Total	
	Principal	Encargos	Total	Principal	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Debêntures 4ª Emissão (Light SESA)	19	-	19	8	27	49
Debêntures 5ª Emissão (Light SESA)	-	-	-	-	-	204.778
Debêntures 7ª Emissão (Light SESA)	-	10.636	10.636	649.280	659.916	656.574
Debêntures 8ª Emissão (Light SESA)	-	3.539	3.539	469.618	473.157	472.242
Debêntures 9ª Emissão Série A (Light SESA)	-	12.398	12.398	995.352	1.007.750	-
Debêntures 9ª Emissão Série B (Light SESA)	-	4.086	4.086	610.137	614.223	-
Debêntures 1ª Emissão (Light Energia)	-	4.107	4.107	171.407	175.514	174.453
Debêntures 2ª Emissão (Light Energia)	-	16.019	16.019	423.656	439.675	435.944
Debêntures 3ª Emissão (Light Energia)	-	226	226	29.856	30.082	30.014
TOTAL	19	51.011	51.030	3.349.314	3.400.344	1.974.054

Notas Explicativas

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Taxa efetiva	Amortização do Principal		
					Início	Forma de pagamento	Término
Debêntures 4ª Emissão (Light SESA)	30/06/2005	TJLP	TJLP + 4%	9,00%	2009	Mensal	2015
Debêntures 7ª Emissão (Light SESA)	02/05/2011	CDI	CDI + 1,35%	9,49%	2015	Anual	2016
Debêntures 8ª Emissão (Light SESA)	24/08/2012	CDI	CDI + 1,18%	9,31%	2015	Anual	2026
Debêntures 9ª Emissão Série A (Light SESA)	15/06/2013	CDI	CDI + 1,15%	9,28%	2018	Semestral	2021
Debêntures 9ª Emissão Série B (Light SESA)	15/06/2013	IPCA	IPCA + 5,74%	11,99%	2020	Semestral	2023
Debêntures 1ª Emissão (Light Energia)	10/04/2011	CDI	CDI + 1,45%	9,60%	2015	Anual	2016
Debêntures 2ª Emissão (Light Energia)	29/12/2011	CDI	CDI + 1,18%	9,31%	2016	Anual	2019
Debêntures 3ª Emissão (Light Energia)	24/08/2012	CDI	CDI + 1,18%	9,31%	2015	Anual	2026

Em 28 de junho de 2013, ocorreu a 9ª emissão de debêntures simples da controlada Light SESA, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, perfazendo o montante total de R\$1.600.000.

Em 22 de julho de 2013, foi efetuada a amortização extraordinária integral da sua 5ª Emissão de Debêntures da controlada Light SESA, no montante total de R\$161.507. Os recursos utilizados na amortização foram captados pela Light SESA através de sua 9ª Emissão de Debêntures. Desta forma, a Light SESA liquidou antecipadamente a 5ª Emissão, realizada em 22 de janeiro de 2007, no valor original total de R\$1.000.000, com vencimento original em janeiro de 2014.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto na deliberação CVM nº 556/08, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

EMISSÃO	31.12.2013			31.12.2012
	Valor incorrido	Valor a apropriar	Custo Total	Custo Total
Debêntures 4ª Emissão (Light SESA)	7.461	7	7.468	7.468
Debêntures 5ª Emissão (Light SESA)	12.448	-	12.448	12.448
Debêntures 7ª Emissão (Light SESA)	1.927	1.694	3.621	3.621
Debêntures 8ª Emissão (Light SESA)	40	383	423	423
Debêntures 9ª Emissão A (Light SESA)	338	4.648	4.986	-
Debêntures 9ª Emissão B (Light SESA)	162	2.829	2.991	-
Debêntures 1ª Emissão (Light Energia)	462	387	849	849
Debêntures 2ª Emissão (Light Energia)	487	1.344	1.831	1.831
Debêntures 3ª Emissão (Light Energia)	15	144	159	159
TOTAL	23.340	11.436	34.776	26.799

Notas Explicativas

As parcelas relativas ao principal das debêntures classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2013:

	31.12.2013
2015	451.186
2016	558.233
2017	147.669
2018	394.503
2019	397.085
após 2019	1.400.638
TOTAL	3.349.314

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos exercícios:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 01.01.2012 - Reapresentado	1.969.973	33.899	2.003.872
Debêntures emitidas	500.000	-	500.000
Encargos financeiros provisionados	-	185.555	185.555
Encargos financeiros pagos	-	(190.957)	(190.957)
Amortização de debêntures	(528.024)	-	(528.024)
Custo de captação	(582)	-	(582)
Amortização custo de captação	2.935	-	2.935
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	1.255	1.255
SALDO EM 31.12.2012 - Reapresentado	1.944.302	29.752	1.974.054
Debêntures emitidas	1.600.000	-	1.600.000
Variação Monetária	12.967	-	12.967
Encargos financeiros provisionados	-	225.565	225.565
Encargos financeiros pagos	-	(216.638)	(216.638)
Amortização de debêntures	(203.427)	-	(203.427)
Custo de captação	(7.977)	-	(7.977)
Amortização custo de captação	3.468	-	3.468
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	12.332	12.332
SALDO EM 31.12.2013	3.349.333	51.011	3.400.344

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa 34.

Covenants

As 7ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures da controlada Light SESA e as 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures da controlada Light Energia preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. No exercício de 2013, a Companhia atendeu todos os indicadores requeridos contratualmente.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
CIRCULANTE		
Quota da conta de consumo de combustível – CCC	-	27.308
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	5.909	21.029
Quota de reserva global de reversão – RGR	1.428	7.249
Encargos de capacidade e aquisição emergencial	55.547	56.130
TOTAL	62.884	111.716

19. PROVISÕES

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis.

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para riscos e as provisões para honorários de êxito, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

TOTAL PROVISÕES	31.12.2013			31.12.2012 - Reapresentado		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	133.383	-	133.383	179.082	-	179.082
Cíveis	145.189	20.946	166.135	183.859	14.418	198.277
Fiscais	201.774	22.006	223.780	197.032	8.459	205.491
Outras	20.357	-	20.357	23.179	-	23.179
TOTAL	500.703	42.952	543.655	583.152	22.877	606.029

Provisões para riscos:

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios de 2013 e 2012, estão compostas da seguinte forma:

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
SALDO EM 01.01.2012 - Reapresentado	150.121	163.572	186.478	15.507	515.678
Adições	35.187	65.591	-	12.861	113.639
Atualizações	35.000	11.694	10.554	3.223	60.471
Baixas por pagamentos	(17.799)	(56.854)	-	(8.131)	(82.784)
Baixas por reversões	(23.427)	(144)	-	(281)	(23.852)
SALDO EM 31.12.2012 - Reapresentado	179.082	183.859	197.032	23.179	583.152
Adições	11.301	50.153	1.704	1.097	64.255
Atualizações	(35.000)	20.621	15.421	4.235	5.277
Baixas por pagamentos	(5.480)	(63.352)	(12.383)	(7.050)	(88.265)
Baixas por reversões	(16.520)	(46.092)	-	(1.104)	(63.716)
SALDO EM 31.12.2013	133.383	145.189	201.774	20.357	500.703
Depósitos Judiciais ^(a)					
SALDO EM 31.12.2013	34.767	6.284	50.050	-	91.101

^(a) Em 31 de dezembro de 2013 está registrado em Depósitos vinculados a litígios o total de R\$263.316 (R\$224.073 em 31 de dezembro de 2012), dos quais R\$91.101 (R\$50.911 em 31 de dezembro de 2012) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos são basicamente relacionados a questões trabalhistas (R\$36.956), cíveis (R\$75.179) e tributárias (R\$60.080), que se referem a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas.

Provisões Trabalhistas:

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, adicional de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, diferença da multa de 40% do FGTS decorrente da correção por expurgos inflacionários e acidente de trabalho – responsabilidade civil.

Provisões Cíveis:

	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	31.12.2013	31.12.2012
Ações Cíveis ^(a)	114.322	117.620
Juizado Especial Cível ^(b)	17.107	17.142
Plano Cruzado	13.760	49.097
TOTAL	145.189	183.859

(a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são rés, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores.

(b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos seis principais motivos ofensores para a Companhia e suas controladas – que representam 72,4% das entradas de processos; um bloco com todos os motivos relacionados a acidentes; bem como um bloco para os demais motivos. Para os seis principais ofensores e o bloco de Demais Motivos é utilizada uma média ajustada – considerando 95% da amostra, ou seja, desconsiderando os 2,5% dos valores mais altos e mais baixos – do valor de condenação nos últimos 12 meses. No caso do bloco de acidentes é considerada a média do valor de condenação nos últimos 12 meses.

Provisões Fiscais:

	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	31.12.2013	31.12.2012
INSS – auto de infração	45.761	44.378
INSS – trimestralidade	9.367	24.823
ICMS ^(a)	129.782	112.898
Outros	16.864	14.933
TOTAL	201.774	197.032

- (a) A provisão constituída refere-se, principalmente, à discussão judicial sobre a aplicabilidade da Lei Estadual nº 3.188/99, que restringiu a forma de apropriação dos créditos de ICMS incidentes nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, exigindo que o creditamento fosse feito em parcelas, enquanto que tal restrição não era prevista na Lei Complementar nº 87/96.

Outras Provisões:

Neste tópico a Companhia ressalta as contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a Aneel:

- Auto de Infração Aneel nº 071/2011 - SFE - O Auto de Infração foi lavrado em 30 de novembro de 2011, sob o argumento de eventuais falhas no cumprimento do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, mais especificamente no que se refere ao processo de coleta de dados e de apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como a realização das compensações financeiras devidas aos consumidores cujos indicadores de continuidade individuais restaram transgredidos. A Aneel aplicou a penalidade no valor expressivo de R\$17.719. A controlada Light SESA apresentou recurso em 06 de fevereiro de 2012, tendo em vista a excessividade da penalidade aplicada, questionando entre os fatos, a ausência de razoabilidade e proporcionalidade da dosimetria aplicada no cálculo da multa. Tendo em vista a manutenção da excessividade da penalidade aplicada e a chance de êxito parcial do recurso interposto, a Light SESA provisionou R\$6.339 (R\$5.857 em 31 de dezembro de 2012), mediante parecer de seus assessores jurídicos, e aguarda decisão da Aneel;
- Auto de Infração nº 102/2012 - SFE (processo 48500.005091/2011-26). O Auto de Infração foi recebido pela controlada Light SESA em 28 de junho de 2012, sob a alegação de não conformidades detectadas com a fiscalização da rede subterrânea da controlada, realizada pela Aneel em agosto de 2011. A multa é de R\$7.438. O recurso foi encaminhado pela Light SESA em 06 de julho de 2012 e a multa foi mantida pela Aneel. A Light SESA efetuou o pagamento da referida multa em 02 de maio de 2013.

Provisões de honorários de êxito:

A Administração reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de perda dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorário de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis e remotas. Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Cíveis	Fiscais	Total
SALDO EM 01.01.2012 - Reapresentado	14.040	9.121	23.161
Causas de perdas remotas	378	(662)	(284)
SALDO EM 31.12.2012 - Reapresentado	14.418	8.459	22.877
Causas de perdas possíveis	14.578	13.808	28.386
Causas de perdas remotas	(8.050)	(261)	(8.311)
SALDO EM 31.12.2013	20.946	22.006	42.952

20. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	31.12.2013		31.12.2012 - Reapresentado	
	Saldo	Quantidade de Processos	Saldo	Quantidade de Processos
Cíveis	336.113	14.035	204.902	13.792
Trabalhistas	281.071	1.033	291.575	1.072
Fiscais	3.609.700	439	3.268.200	213
TOTAL	4.226.884	15.507	3.764.677	15.077

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais:

a) Cíveis

- Irregularidades – A controlada Light SESA possui diversas ações cíveis onde se discute irregularidades, decorrentes de perdas comerciais ocorridas em razão de ligações irregulares, ligações clandestinas, alteração de medidores, furto de equipamentos, o que, cotidianamente, se conhece como “gato”. As discussões, em sua grande maioria, pautam-se na comprovação da irregularidade e nos valores cobrados pela concessionária em razão da constatação da mesma. O

Notas Explicativas

montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$38.856 (R\$45.154 em 31 de dezembro de 2012).

- Valores cobrados e faturas – Diversas discussões judiciais tramitam atualmente onde se discute os valores cobrados pela controlada Light SESA para a prestação do serviço, como valores de demanda, valores de consumo, encargos financeiros, taxas, seguros, entre outros. O montante atualmente quantificável para estas ações é de R\$48.399 (R\$34.148 em 31 de dezembro de 2012).
- Acidentes - A controlada Light SESA figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço, pelas mais diversas causas. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$30.391 (R\$24.475 em 31 de dezembro de 2012).
- Interrupção e suspensão – Existem em trâmite diversas ações discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja em razão de inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores da suspensão. O montante atualmente quantificável referente às ações é na ordem de R\$16.076 (R\$15.218 em 31 de dezembro de 2012).
- Equipamentos e redes – A controlada Light SESA possui discussões judiciais em razão dos medidores eletrônicos utilizados pela concessionária para aferir o consumo de energia. As discussões versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores, aprovação pelo órgão metrológico, entre outros e, também, discussões acerca de sua rede, em razão de extensão, remoção ou ainda participação financeira do cliente para instalação da rede. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$7.210 (R\$7.434 em 31 de dezembro de 2012).
- Em relação às discussões cíveis, ressaltamos a ação proposta no primeiro trimestre de 2012 pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN contra a controlada Light SESA, onde a CSN pleiteia aproximadamente R\$100.000 a título de indenização em razão de interrupções ocorridas na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Destaca-se que, do valor total requerido, R\$88.700 são relativos somente à interrupção ocorrida em 10 de novembro de 2009, que atingiu 40% do território brasileiro e mais de 90% do território paraguaio, o que, por si só, demonstra que suas causas fogem ao âmbito de atuação da Light SESA, como distribuidora de energia elétrica. Ademais, o relatório da ONS concluiu que a origem e causa da referida interrupção foi de responsabilidade de Furnas. Assim, a exposição do risco para a Companhia é de R\$35.531 (R\$35.531 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

- A controlada Light SESA celebrou acordo com um reclamante em determinado processo relacionado a IPTU, em que o advogado da contraparte está pleiteando o pagamento de honorários de sucumbência. A Companhia entende que estes honorários não são devidos. O montante atualmente quantificável é de R\$13.153.

b) Fiscais

- ICMS Perdas Comerciais (Autos de Infração nos. 03326780-8, 04011949-7, 03.326.784-0 e 04.028.752-6) - Trata-se de autos de infração lavrados para cobrar ICMS, Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECF e multa (períodos de jan/99 a dez/2003 e jan/06 a dez/10) por ter a Light deixado de recolher ICMS e FECF diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, ou seja, em operação realizada entre geradora e distribuidora, em razão da ocorrência de perdas comerciais. A controlada Light SESA apresentou impugnações em face destas autuações. Dois autos aguardam julgamento em 1ª instância administrativa e em outros dois houve decisões desfavoráveis em 1ª instância administrativa, razão pela qual a Light SESA apresentou os respectivos recursos voluntários. O montante atualmente quantificável destes autos é de R\$1.392.200 (R\$1.273.200 em 31 de dezembro de 2012).
- IRRF sobre Dividendos (Processos 16682.721195/2011-02 e 16682.720657/2012-47) - A controlada Light SESA recebeu auto de infração em 2011 que visa à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre valores pagos pela Companhia, em 2007, a título de dividendos, ao argumento de que os mesmos decorreriam de lucro inexistente, originado da contabilização do ativo fiscal diferido no resultado, caracterizando-se, assim, como pagamentos sem causa sujeitos à incidência da exação. Diante da regularidade dos procedimentos contábeis, societários e fiscais adotados, a Companhia apresentou impugnação, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário que aguarda julgamento. Em 06 de julho de 2012, a Light SESA recebeu nova autuação acerca do assunto, agora com relação aos valores pagos em 2008, em face da qual apresentou manifestação de inconformidade sob os mesmos argumentos da defesa do auto anterior, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário que aguarda julgamento. O montante atualmente quantificável com relação ao primeiro auto é de R\$375.300 (R\$362.500 em 31 de dezembro de 2012) e com relação ao segundo é de R\$235.400 (R\$227.200 em 31 de dezembro de 2012).
- LIR/LOI - IRPJ/CSLL – (Processos 16682.720216/2010-83, 15374-001.757/2008-13 e 16682.721091/2011-90) A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia, especialmente, a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros, e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial (conceito mais amplo que inclui variações cambiais e previsto na IN 213/02). Houve sentença desfavorável à Light SESA.,

Notas Explicativas

e, posteriormente, em razão do Refis, esta desistiu e renunciou integralmente ao direito discutido na ação. Diante disto, alterou-se o procedimento para passar a tributar os resultados de equivalência patrimonial, em consonância com o que fora decidido no Mandado de Segurança. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2008 passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para 2004, foi ajuizada Execução Fiscal a qual aguarda julgamento dos Embargos à Execução. Para 2005 foi dado provimento ao Recurso Voluntário da Light SESA para cancelar a autuação. Já para 2006 a 2008, aguarda-se julgamento dos Recursos Voluntários pelo CARF. O prognóstico de perda é considerado possível pelos assessores jurídicos e o montante atualmente quantificável é de R\$443.100 (R\$426.116 em 31 de dezembro de 2012).

- IN 86 - 2003 a 2005 (Processo 10707000751/2007-15) - Auto de infração lavrado para cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. Julgado improcedente o Recurso Voluntário da controlada Light SESA, tendo sido interposto Recurso Especial, ao qual também foi julgado improcedente. Opostos embargos de declaração que aguardam julgamento. O montante atualmente quantificável, é de R\$309.500 (R\$294.400 em 31 de dezembro de 2012).
- Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos (TFOP) - A controlada Light SESA possui diversos processos discutindo TFOP, lançada pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa. A Light SESA apresentou exceção de pré-executividade nesses processos e no Supremo Tribunal Federal – STF obteve liminar determinando a suspensão das cobranças até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 640286. O montante atualmente quantificado dos processos é de R\$256.497 (R\$179.309 em 31 de dezembro de 2012).
- ICMS Rheem (Processo E-04/892.090/99) - Trata-se de auto de infração para cobrar ICMS, em razão da utilização pela controlada Light SESA de créditos acumulados de ICMS da Rheem Embalagens Ltda. para aquisição de insumos e matérias primas dentro do Estado do Rio de Janeiro. Impugnação julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário ao qual foi negado provimento. Interposto Recurso ao Pleno pela Light SESA, ao qual foi negado provimento. No momento aguarda-se intimação desta decisão para avaliação quanto às medidas cabíveis. O montante atualmente quantificável é de R\$145.900 (R\$137.932 em 31 de dezembro de 2012).
- ICMS Baixa Renda (Processos E-34/059.150/2004 e E-04/054.753/2011) - Autos de Infração lavrados para cobrança de ICMS incidente sobre os valores da subvenção econômica relativa aos consumidores de energia da subclasse baixa-renda oriundos do Fundo de Reserva Global de Reversão. No primeiro caso foi julgada improcedente a impugnação apresentada pela controlada Light SESA.

Notas Explicativas

Interposto recurso ao Conselho de Contribuintes, ao qual foi dado parcial provimento para afastar a tributação da faixa de consumo até 50 kWh (isenta de imposto). No segundo caso, a Companhia apresentou impugnação, a qual foi julgada improcedente. Interposto recurso ao Conselho de Contribuintes, foi proferida decisão determinando o retorno do processo ao órgão de fiscalização para prestar informações. O montante atualmente quantificável, no primeiro caso, é de R\$95.300 (R\$88.600 em 31 de dezembro de 2012) e, no segundo caso, é de R\$35.000 (R\$32.200 em 31 de dezembro de 2012).

c) Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial e reflexos, horas extras e reflexos, acidente de trabalho, diferença de adicional de periculosidade e dano moral.

Destacamos abaixo cada um destes pedidos:

- Equiparação salarial e reflexos – com este pedido os reclamantes pretendem receber diferenças salariais alegando que exercem ou exerceram atividades idênticas a outro empregado ou ex-empregado, com a mesma produtividade e perfeição técnica, e que, no entanto, recebiam salários diferentes. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$18.845 (R\$24.321 em 31 de dezembro de 2012).
- Horas extras e reflexos – pretendem os reclamantes o pagamento de horas extras alegando que teriam realizado suas atividades em jornada extraordinária, e que essas horas não teriam sido pagas e nem compensadas. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$61.192 (R\$58.617 em 31 de dezembro de 2012).
- Acidente de trabalho - Acidentes de trabalho de empregados/ex-empregados ou prestadores de serviço alegando responsabilidade da Light, pretendendo indenizações e pensões vitalícias. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$16.492 (R\$14.690 em 31 de dezembro de 2012).
- Diferença de adicional de periculosidade – a Companhia, no passado, praticou o pagamento do referido adicional de 30% do salário base até abril de 2012, conforme disposto em Acordo Coletivo 2011/2012. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$57.001 (R\$72.776 em 31 de dezembro de 2012).
- Dano moral – pedido feito com diferentes fundamentações: perseguição, assédio moral, falta de segurança (atuação em área de risco) e outros. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$38.225 (R\$35.547 em 31 de dezembro de 2012).

Estão destacados a seguir os processos em andamento, cujo prognóstico de perda é remoto, com valores significativos em discussão, os quais, em caso de decisão desfavorável, podem impactar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto:

- PASEP/PIS (Processo 15374002130/2006-18) – Glosa de Compensação efetuada pela Companhia de créditos de PASEP com débitos de PIS. Julgada improcedente a impugnação da Companhia. Interposto Recurso Voluntário. Proferida decisão pelo Conselho determinando a baixa do processo à 1ª instância para apuração do crédito em discussão no processo. O montante atualmente quantificável é de R\$272.400 (R\$265.900 em 31 de dezembro de 2012).
- IRRF Glosa de Compensação LIR/LOI (Processo 10768.002.435/2004-11) - Não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF sobre pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos, compensados em função de saldo negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica no ano-base 2002. Julgada improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela controlada Light SESA. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto. Considerando a decisão favorável obtida, em agosto de 2012, do processo 18471002113/2004-09, que impacta diretamente neste caso, o prognóstico de perda é remoto. O montante atualmente quantificável, é de R\$211.800 (R\$204.800 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia não considera os demais processos individualmente relevantes para divulgação.

21. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A Braslight foi instituída em abril de 1974 e possui quatro planos – A, B, C e D – implantados em 1975, 1984, 1998 e 2010, respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo contribuição definida.

Notas Explicativas

Seguem abaixo as obrigações registradas no Balanço Patrimonial da Companhia com benefícios de plano de pensão:

	Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012 - Reapresentado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida contratual com fundo de pensão	1.224.666	-	1.224.666	114.835	939.863	1.054.698
Complemento passivo atuarial CVM 695/12	-	-	-	-	314.768	314.768
Outros	70	-	70	1.272	-	1.272
TOTAL	1.224.736	-	1.224.736	116.107	1.254.631	1.370.738

Em 02 de outubro de 2001, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar, que está sendo pago em 300 parcelas mensais, a partir de julho de 2001. Em 31 de dezembro de 2013, restavam 150 parcelas mensais, que totalizam o passivo contratual de R\$1.224.666, que eram atualizadas pelo IPCA (com um mês de defasagem) e juros atuariais de 6% a.a.

A Companhia assinou, em 31 de dezembro de 2013, Instrumentos Particulares de Distrato mediante quitação dos contratos para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar com a Braslight. Por meio desses Instrumentos Particulares de Distrato, foi definido o pagamento da totalidade dos saldos devedores dos contratos, apurados em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$1.224.666, até o dia 14 de fevereiro de 2014, corrigidos pela variação do CDI.

Também em 31 de dezembro de 2013, a Companhia, considerando o aumento da longevidade da população e a Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, que prevê uma redução da taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar de 0,25% a.a. até 2018, assinou com a Braslight Instrumentos Particulares de Contratos de Assunção de Obrigação sujeita à Condição e a Termo, comprometendo-se a assumir a responsabilidade exclusiva pela cobertura de eventual déficit acumulado que vier a ser registrado nas demonstrações contábeis da Braslight ao final de cada exercício, até 2018, decorrente exclusivamente de alteração de tabela de mortalidade ou redução da taxa de desconto por imposição legal ou normativa.

O déficit que exceder os limites previstos nos Instrumentos Particulares de Contratos de Assunção de Obrigação sujeita à Condição e a Termo será coberto pelos participantes/assistidos e pela Companhia de acordo com a legislação vigente.

Notas Explicativas

As movimentações ocorridas no passivo contratual nos exercícios de 2013 e 2012 são como segue:

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
SALDO EM 01.01.2012 - Reapresentado	70.697	991.897	1.062.594
Amortizações no exercício	(111.941)	-	(111.941)
Atualizações no resultado do exercício	120.069	-	120.069
Atualizações no resultado abrangente	(16.024)	-	(16.024)
Transferência para o circulante	52.034	(52.034)	-
SALDO EM 31.12.2012 - Reapresentado	114.835	939.863	1.054.698
Amortizações no exercício	(117.100)	-	(117.100)
Atualizações no resultado do exercício	122.035	-	122.035
Atualizações no resultado abrangente	165.033	-	165.033
Transferência para o circulante	939.863	(939.863)	-
SALDO EM 31.12.2013	1.224.666	-	1.224.666

a) Descrição dos planos

Plano A/B - os benefícios são do tipo "benefício definido" e correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

Plano C - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

Plano D - aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social - PREVIC/MPS, em 22 de março de 2010, e teve sua primeira contribuição no mês de abril de 2010. Neste plano, os benefícios são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão.

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Valor Presente das obrigações atuariais	(2.097.653)	(2.685.595)
Valor justo dos ativos do plano	1.227.819	1.316.129
Complemento referente a dívida com a Braslight	(354.832)	-
PASSIVO LÍQUIDO	(1.224.666)	(1.369.466)
Passivo líquido, CVM nº 695/12	(869.834)	(1.369.466)
Saldo do contrato ajustado com a Braslight	(1.224.666)	(1.054.698)

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Valor justo dos ativos no início do ano	1.316.129	1.169.198
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	105.043	119.137
Ganho (perda) atuariais nos ativos do plano	(86.088)	127.823
Contribuições da patrocinadora	118.398	113.225
Contribuições dos participantes	52	55
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(225.715)	(213.309)
VALOR JUSTO DOS ATIVOS NO FINAL DO ANO	1.227.819	1.316.129

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Valor das obrigações no início do ano	2.685.595	2.255.489
Custo do serviço corrente	979	941
Juros sobre a obrigação atuarial	213.404	228.002
Contribuições de participantes	52	55
(Ganho)/perda atuariais reconhecidas	(576.662)	414.417
Benefícios pagos	(225.715)	(213.309)
VALOR JUSTO DAS OBRIGAÇÕES NO FINAL DO ANO	2.097.653	2.685.595

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Custo do serviço corrente	979	941
Juros sobre as obrigações atuariais	213.404	228.002
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(105.043)	(119.137)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	12.695	10.263
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	122.035	120.069

Notas Explicativas

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Passivo líquido no início do ano	1.369.466	1.086.313
Despesa reconhecida no resultado	122.035	120.069
Montantes reconhecidos no OCI	(490.087)	307.049
Contribuições pagas	(117.100)	(111.941)
Entrada (saída) de transferências líquidas	(14.480)	(32.024)
Complemento referente a dívida com a Braslight, no OCI	354.832	-
PASSIVO LÍQUIDO NO FINAL DO ANO	1.224.666	1.369.466

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2014 é como segue:

	2014
Custo do serviço corrente	962
Juros sobre as obrigações atuariais	232.186
Rendimento esperado dos ativos do plano	(202.224)
	30.924

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Renda Fixa	72,71%	74,32%
Renda Variável	16,85%	16,60%
Imóveis	8,44%	7,95%
Outros	2,00%	1,13%
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	100%	100%

O retorno real sobre os ativos dos planos foi de R\$18.952 em 2013 (R\$246.960 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

Premissas Atuariais:

	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	11,66%	8,26%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano nominal	11,66%	8,26%
Taxa anual de inflação	5,00%	4,50%
Taxa de crescimento salarial	7,63%	7,01%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	5,00%	4,50%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%
Taxa rotativa	Baseado na idade	Baseado na idade
Tábua geral de mortalidade ⁽¹⁾	AT - 83	AT - 83
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB - 57	IAPB - 57
Participantes ativos	2.600	3.452
Participantes aposentados e pensionistas	5.685	5.671

⁽¹⁾ Tábua sem agravamento

22. OUTROS DÉBITOS

	Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012 - Reapresentado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento de Clientes	1.319	-	1.319	1.818	-	1.818
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	3.837	-	3.837	4.036	-	4.036
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	1.789	-	1.789	3.013	-	3.013
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	2.515	-	2.515	986	-	986
Programa de Eficiência Energética – PEE	65.533	-	65.533	47.186	-	47.186
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	25.001	-	25.001	22.875	-	22.875
Taxa de Iluminação Pública	47.391	-	47.391	61.080	-	61.080
Uso de bem público - UBP	-	-	-	3.193	30.764	33.957
Reserva para reversão	-	70.320	70.320	-	69.933	69.933
Outros ^(a)	36.482	5.770	42.252	46.546	5.788	52.334
TOTAL	183.867	76.090	259.957	190.733	106.485	297.218

^(a) Referente a outros débitos de naturezas diversas

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2013, a Light S.A. tinha como grupo controlador a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, Luce Empreendimentos e Participações S.A. e Rio Minas Energia Participações S.A. (RME) - Sociedade controlada pela Redentor Energia S.A.

As participações em controladas e controladas em conjunto estão descritas na nota explicativa 2.

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

		31.12.2013		31.12.2012		2013	2012
Referência		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
(A)	Compra de energia Light SESA x CEMIG	-	5.337	-	8.906	(44.007)	(53.026)
(B)	Compra de energia Light SESA x CEMIG	-	282	-	259	(2.162)	(2.055)
(C)	Venda de energia Light Energia x CEMIG	772	-	2.327	-	6.541	15.696
(D)	Encargo de uso do sistema Light SESA x CEMIG	171	-	163	-	1.102	2.032
(E)	Encargo de uso da rede Light SESA x CEMIG	-	378	-	1.588	(3.258)	(11.242)
(F)	Encargo de uso da rede Light Energia x CEMIG	11	-	12	-	126	145
(G)	Venda de energia Light Ger x Light Energia	-	-	-	-	(15.157)	(6.077)
(H)	Venda de energia Light Ger x CEMIG	-	1.484	-	-	(14.878)	(10.586)
(I)	Encargo de uso da rede Light SESA x Light GER	25	-	25	-	237	25
(J)	Serviço de consultoria Light SESA x Axxiom	-	5.287	-	1.374	(9.205)	(8.536)
(K)	Prestação de serviço Light GER x Light Energia	2.876	-	-	-	2.876	-
(L)	Prestação de serviço Light Com x Light Energia	-	-	-	-	-	-
(M)	Passivo de Plano de Pensão	-	1.224.736	-	1.370.738	(122.035)	(120.069)

i. Contratos firmados com partes relacionadas:

(A) Contrato estratégico - Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG.

Grupos do balanço: Fornecedor x Clientes

Vínculo: CEMIG (Participa do grupo controlador)

Valor original: R\$ 614.049

Período de vigência: jan/2006 a dez/2038

Condições contratuais: Preço praticado no mercado regulado

Condições de rescisão ou término: 30% do saldo remanescente

Saldo remanescente: R\$ 229.993

Notas Explicativas

(B) Contrato estratégico - Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG

Grupos do balanço: Fornecedor x Clientes
Vínculo: CEMIG (Participa do grupo controlador)
Valor original: R\$ 37.600
Período de vigência: jan/2010 a dez/2039
Condições contratuais: Preço praticado no mercado regulado
Condições de rescisão ou término: 30% do saldo remanescente
Saldo remanescente: R\$58.982

(C) Contrato estratégico - Contrato de compromisso de venda de energia elétrica da Light Energia com a CEMIG

Grupos do balanço: Clientes x Fornecedor
Vínculo: CEMIG (Participa do grupo controlador)
Valor original: R\$ 156.239
Período de vigência: jan/2005 a dez/2013
Condições contratuais: Preço praticado no mercado regulado
Condições de rescisão ou término: N/A
Saldo remanescente: R\$0

(D) Contrato estratégico - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG

Grupos do balanço: Clientes x Fornecedor
Vínculo: CEMIG (Participa do grupo controlador)
Valor original: N/A
Período de vigência: a partir de nov/2003
Condições contratuais: Preço praticado no mercado regulado
Condições de rescisão ou término: N/A
Saldo remanescente: R\$171

(E) Contrato estratégico - Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com a CEMIG

Grupos do balanço: Fornecedor x Clientes
Vínculo: CEMIG (Participa do grupo controlador)
Valor original: N/A
Período de vigência: a partir de dez/2002
Condições contratuais: Preço praticado no mercado regulado.
Condições de rescisão ou término: N/A
Saldo remanescente: R\$378

Notas Explicativas

(F) Contrato estratégico - Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light Energia com a CEMIG

Grupos do balanço: Fornecedor x Clientes

Vínculo: CEMIG (Participa do grupo controlador)

Valor original: N/A

Período de vigência: a partir de dez/2002

Condições contratuais: Preço praticado no mercado regulado

Condições de rescisão ou término: N/A

Saldo remanescente: R\$ 11

(G) Contrato estratégico - Compromisso de venda de energia elétrica da Lightger com a Light Energia

Grupos do balanço: Fornecedor x Clientes

Vínculo: Lightger (Controlada em conjunto)

Valor original: R\$217.213

Período de vigência: dez/2002 a jan/2028

Condições contratuais: Preço de mercado

Condições de rescisão ou término: N/A

Saldo remanescente: R\$175.745

(H) Contrato estratégico - Compromisso de venda de energia elétrica da Lightger com a CEMIG

Grupos do balanço: Fornecedor x Clientes

Vínculo: CEMIG (Participa do grupo controlador)

Valor original: R\$208.818

Período de vigência: dez/2010 a jun/2028

Condições contratuais: Preço praticado no mercado regulado

Condições de rescisão ou término: N/A

Saldo remanescente: R\$1.484

(I) Contrato estratégico – Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com a Lightger

Grupos do balanço: Fornecedor

Vínculo: Lightger (Está sob controle comum)

Valor original: N/A

Período de vigência: a partir de dez/2010. Vencimento indeterminado.

Condições contratuais: Preço de mercado

Condições de rescisão ou término: N/A

Saldo remanescente: R\$25

Notas Explicativas

(J) Contrato estratégico – Referente a serviços de consultoria da Light SESA com a Axxiom

Grupos do balanço: Outros débitos

Vínculo: Light Axxiom (Está sob controle comum)

Valor original: N/A

Período de vigência: a partir de dez/2010. Vencimento indeterminado.

Condições contratuais: IGP-M

Condições de rescisão ou término: N/A

Saldo remanescente: R\$5.287

(K) Contrato estratégico – Referente a prestação de serviços da Lightger com a Light Energia.

Grupos do balanço: Fornecedor

Vínculo: Lightger

Valor original: N/A

Período de vigência: dez/2012 a jun/2014

Condições contratuais: Preço de mercado

Condições de rescisão ou término: N/A

Saldo remanescente: R\$2.876

(L) Contrato estratégico – Referente a prestação de serviços da Lightcom com a Light Energia.

Grupos do balanço: Fornecedor

Vínculo: Lightcom

Valor original: R\$3.142.959

Período de vigência: dez/2013 a dez/2016

Condições contratuais: Preço de mercado

Condições de rescisão ou término: N/A

Saldo remanescente: R\$3.142.959

(M) Plano Previdenciário - Fundação de Seguridade Social – Braslight

Grupos do balanço: Benefício pós-emprego

Vínculo: Braslight

Valor original: R\$ 535.052

Período de vigência: jun/2001 a jun/2026

Condições contratuais: IPCA+ 6% a.a

Condições de rescisão ou término: N/A

Saldo remanescente: R\$1.224.736

A controlada Light Energia possui compromisso de compra de energia de 400 MW de capacidade instalada de energia proveniente de projetos do portfólio de sua controlada em conjunto Renova Energia S.A., sendo 200 MW a serem disponibilizados a partir de 2015 até 2035 e 200 MW a partir de 2016 até 2036.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos entres as partes.

ii. Remuneração dos administradores

Política de Remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal (consolidado).

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2013.

	Consolidado					
	2013			2012		
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa (%)	100%	100%	68%	100%	100%	65%
Remuneração Variável (%)	-	-	28%	-	-	28%
Outros (%)	-	-	4%	-	-	7%
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria paga pela Companhia relativa ao exercício de 2013:

	Consolidado							
	2013				2012			
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
NÚMERO DE MEMBROS ^(a)	21,42	10,00	8,00	39,42	21,25	10,00	8,33	39,58
REMUNERAÇÃO FIXA NO EXERCÍCIO	1.655	654	9.151	11.460	1.514	665	9.214	11.393
Salário ou Pró-labore	1.379	545	5.645	7.569	1.262	554	5.327	7.143
Benefícios diretos e indiretos	-	-	886	886	-	-	1.018	1.018
Outros ^(b)	276	109	2.620	3.005	252	111	2.869	3.232
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL NO EXERCÍCIO	-	-	3.844	3.844	-	-	3.976	3.976
Bônus	-	-	3.182	3.182	-	-	3.976	3.976
Outros	-	-	662	662	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	531	531	-	-	976	976
VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO POR ÓRGÃO	1.655	654	13.526	15.835	1.514	665	14.166	16.345

Remuneração média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa ao exercício de 2013:

	Consolidado					
	2013			2012		
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
NÚMERO DE MEMBROS ^(a)	21,42	10,00	8,00	21,25	10,00	8,33
Valor da maior remuneração individual ^(b)	132	106	2.001	104	83	2.356
Valor da menor remuneração individual ^(b)	66	53	1.247	52	41	886
Valor médio da remuneração individual ^(b)	77	65	1.691	71	67	1.701

^(a) número de membros calculado através da média ponderada do período.

^(b) inclui encargos da Previdência Social e FGTS.

A remuneração total dos administradores na Light S.A., controladora, para o exercício de 2013, é de R\$2.065.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Light S.A. está representado por 203.934.060 ações ordinárias escriturais sem valor nominal (203.934.060 em 31 de dezembro de 2012), sendo o seu capital social de R\$2.225.822 (R\$2.225.822 em 31 de dezembro de 2012), conforme a seguir:

	31.12.2013		31.12.2012	
	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação
ACIONISTAS				
GRUPO CONTROLADOR	106.304.597	52,12	106.304.597	52,12
RME Rio Minas Energia Participações S.A.	26.576.150	13,03	26.576.150	13,03
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	53.152.298	26,06	53.152.298	26,06
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	26.576.149	13,03	26.576.149	13,03
OUTROS	97.629.463	47,88	97.629.463	47,88
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	21.005.208	10,30	27.453.983	13,47
Público	76.624.255	37,58	70.175.480	34,41
TOTAL GERAL	203.934.060	100,00	203.934.060	100,00

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 203.965.072 ações ordinárias, destinado exclusivamente a atender ao exercício dos Bônus de Subscrição emitidos, observando estritamente as condições previstas nos Bônus de Subscrição (Estatuto Social art. 5º parágrafo 3).

b) Reserva de Lucros

A Light S.A. possui duas reservas de lucro, destacadas abaixo:

- Reserva Legal – Constituída à base de 5% do Lucro Líquido de cada exercício, conforme legislação em vigor.
- Reserva de Retenção de Lucros – Constituída com o Lucro Líquido de exercícios anteriores remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado registrado na data de transição da adoção do IFRS em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

d) Outros Resultados Abrangentes

São reconhecidos os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego de benefícios definidos. Os montantes apresentados estão líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.

25. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O pagamento de juros sobre capital próprio está sendo considerado no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, limitados a 50% do resultado do exercício.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2013, foram declarados dividendos referentes à reserva de lucros existente no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$91.770 (R\$0,45 quarenta e cinco centavos por ação), pagos em 27 de dezembro de 2013. Em 30 de abril de 2013, foram pagos juros sobre capital próprio, declarados durante o exercício de 2012, no montante bruto de R\$86.672, líquido no montante de R\$74.792.

Em 13 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração aprovou, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$107.473 (R\$0,53 por ação), com incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte de 15%. O pagamento foi realizado no dia 27 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

CÁLCULO DOS DIVIDENDOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIO	2013	2012
Lucro líquido do exercício	587.335	423.923
Absorção de prejuízo	-	(49.546)
	587.335	374.377
Constituição de reserva legal	(29.367)	(18.719)
BASE DE CÁLCULO DOS DIVIDENDOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS	557.968	355.658
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	139.492	88.915
Lucro líquido apurado até 30 de setembro	458.325	263.955
JCP declarados em setembro	-	(71.376)
Dividendos intermediários deliberados sobre balanço intermediário de setembro	-	(169.877)
SUB TOTAL	458.325	22.702
Lucro líquido apurado no quarto trimestre	129.010	159.968
JCP declarados em dezembro	(107.473)	(15.295)
Constituição de reserva legal sobre o lucro do exercício	(29.367)	(18.719)
Prejuízos acumulados decorrentes de mudança de prática contábil	-	(49.546)
Transferência de ganhos/perdas atuariais reconhecidos em resultados abrangentes	-	(132.019)
Complemento dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(32.019)	-
Dividendos adicionais propostos	(332.819)	-
Realização de ajuste avaliação patrimonial	22.058	20.800
Realização de outros resultados abrangentes	171.997	-
Absorção de prejuízos acumulados com retenção de lucro	-	12.109
LUCROS RETIDOS	279.712	-

A formação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, é como segue:

SALDO EM 01.01.2012	73.741	R\$/ AÇÃO
Dividendos e juros sobre capital próprio		
Deliberados na AGO de 11.04.2012	181.501	0,8900
JCP declarados 21.09.2012	71.377	0,3500
Dividendos intermediários 26.11.2012	169.877	0,8330
JCP declarados 26.11.2012	15.295	0,0750
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(11.880)	
Pagos no exercício	(425.119)	
SALDO EM 31.12.2012	74.792	
Dividendos e juros sobre capital próprio		
Deliberados na AGO de 26.04.2013	91.770	0,4500
Complemento dividendos mínimos obrigatórios - 25%	32.019	0,1570
JCP declarados 13.12.2013	107.473	0,5270
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(14.120)	
Pagos no exercício	(259.915)	
SALDO EM 31.12.2013	32.019	

26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados, implantado em 1997, é corporativo e está atrelado principalmente ao resultado de Lucro Líquido e EBITDA consolidado da Companhia. O pagamento é composto por duas partes, sendo uma fixa e outra variável. O Programa vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos empregados na melhoria dos resultados operacionais da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo provisionado de participação nos lucros ou resultados da Companhia, na rubrica de obrigações estimadas, era de R\$37.619 (R\$20.640 em 31 de dezembro de 2012), com pagamento previsto para abril de 2014.

27. RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir concilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2013	2012
NUMERADOR		
Lucro líquido do exercício	587.335	423.923
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.934.060	203.934.060
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR ORDINÁRIAS AÇÕES EM R\$	2,880	2,079

Nos exercícios de 2013 e 2012 não existem diferenças entre o lucro por ação básico e diluído.

28. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2013	2012 Reapresentado
Fornecimento/Suprimento (nota 29)	9.069.361	9.712.820
Arrendamentos, aluguéis e outras	56.778	30.912
Receita de Uso da Rede	661.762	796.276
Receita de Construção	820.284	669.322
Renda de Prestação de Serviço	94.193	106.650
Subvenção CDE	76.901	-
Serviço taxado	4.031	4.305
RECEITA BRUTA	10.783.310	11.320.285
ICMS	(2.234.816)	(2.362.055)
PIS / COFINS	(915.580)	(958.926)
Outros	(5.471)	(5.284)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(3.155.867)	(3.326.265)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(890)	(329.532)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(70.908)	(252.348)
Reserva Global de Reversão - RGR	(13.481)	(131.730)
Empresa de Pesquisa Energética -EPE	(6.881)	(6.883)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(13.762)	(13.768)
Eficiência Energética - PEE	(28.530)	(30.339)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(13.762)	(13.768)
Obrigações Especiais	(34.707)	-
Outros encargos - Proinfa	(22.266)	(15.088)
Outros encargos - Ex-isolados	-	(18.204)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(205.187)	(811.660)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(3.361.054)	(4.137.925)
RECEITA LÍQUIDA	7.422.256	7.182.360

A receita da Companhia possui certo grau de sazonalidade em função da variação da temperatura na sua área de concessão. Durante o verão, o faturamento aumenta em função da maior utilização de equipamentos de refrigeração.

29. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado					
	N.º de Contas faturadas ^(a) ^(b)		GWh ^(a)		R\$	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012 Reapresentado
Residencial	3.768.989	3.683.953	8.312	8.149	2.872.042	3.042.342
Industrial	8.093	10.277	1.395	1.528	294.177	362.086
Comércio, serviços e outras	315.460	310.417	7.086	6.856	2.109.780	2.261.534
Rural	11.508	11.448	57	53	3.040	8.029
Poder público	11.397	11.420	1.595	1.580	506.568	552.732
Iluminação pública	753	730	688	683	106.895	115.611
Serviço público	1.455	1.442	1.151	1.119	228.813	248.833
Consumo próprio	465	437	107	86	-	-
FORNECIMENTO FATURADO	4.118.120	4.030.124	20.391	20.054	6.121.315	6.591.167
ICMS	-	-	-	-	2.194.864	2.323.897
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	(83.227)	105.080
TOTAL FORNECIMENTO ^(c)	4.118.120	4.030.124	20.391	20.054	8.232.952	9.020.144
Venda no leilão de energia gerada	-	-	4.672	4.850	746.882	578.595
Energia de curto prazo	-	-	477	935	89.527	114.081
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	5.149	5.785	836.409	692.676
TOTAL GERAL	4.118.120	4.030.124	25.540	25.839	9.069.361	9.712.820

^(a) Não examinadas pelos auditores independentes

^(b) Número de contas faturadas em dezembro de 2013, com e sem consumo

^(c) Light SESA

30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS	Consolidado							
	Custos com energia		Custos de operação		Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas	
	2013	2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado
Pessoal e Administradores	-	-	(201.625)	(199.283)	(18.990)	(17.060)	(103.161)	(74.232)
Material	-	-	(15.466)	(22.147)	(1.011)	(1.118)	(1.809)	(2.191)
Serviço de Terceiros	-	-	(206.090)	(162.389)	(91.127)	(78.890)	(158.962)	(158.933)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (nota 31)	(3.848.273)	(4.145.112)	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(351.463)	(314.971)	(1.106)	(968)	(38.371)	(33.703)
Provisão p/Crédito de Liq. Duvidosa	-	-	-	-	(157.884)	(282.602)	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais / êxito/ depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-	(52.568)	(192.556)
Custo de construção	-	-	(820.284)	(669.322)	-	-	-	-
Outras	-	-	(41.655)	(38.183)	(1.448)	(886)	(80.965)	(73.489)
TOTAL	(3.848.273)	(4.145.112)	(1.636.583)	(1.406.295)	(271.566)	(381.524)	(435.836)	(535.104)

OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS)	Consolidado	
	2013	2012 Reapresentado
Outras receitas operacionais ⁽¹⁾	124.979	415.910
Outras despesas operacionais	(43.630)	(62.310)
TOTAL	81.349	353.600

⁽¹⁾ Inclui Valor Novo de Reposição (VNR), vide nota explicativa 9.

31. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Consolidado			
	GWh ^(a)		R\$	
	2013	2012	2013	2012 Reapresentado
Encargos de conexão	-	-	(12.033)	(29.933)
Energia de Curto Prazo (Spot)	1.237	875	(127.844)	(171.329)
Encargos Uso da Rede	-	-	(197.890)	(470.524)
UTE Norte Fluminense	6.351	6.368	(1.088.983)	(967.043)
Itaipu - Binacional	5.310	5.357	(654.712)	(566.326)
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	(17.247)	(47.921)
O.N.S.	-	-	(19.526)	(21.057)
PROINFA	523	546	(124.317)	(114.270)
ESS	-	-	(142.444)	(128.866)
Outros contratos e Leilão de Energia	15.989	16.581	(2.091.564)	(1.955.176)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	342.629	377.247
Aporte CDE ^(b)	-	-	303.416	-
Energia de Reserva	-	-	(17.758)	(49.914)
TOTAL	29.410	29.727	(3.848.273)	(4.145.112)

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

^(b) Refere-se ao repasse da CDE referente aos custos de compra de energia até dezembro de 2013, deferido no processo de revisão tarifária de 2013. Vide maiores detalhes na nota explicativa 10.

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2013	2012 Reapresentado
RECEITA		
Acréscimo moratório s/ contas de energia e parcelamento de débitos	78.345	76.951
Rendimento sobre aplicações financeiras	95.113	41.004
Operações de swap	80.950	18.966
Atualização de Depósitos Judiciais	15.501	29.931
Atualização a VNR	44.087	-
Outras receitas financeiras ^(a)	24.162	25.656
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	338.158	192.508
DESPESA		
Atualização de provisão para contingências	(1.090)	(60.561)
Despesas com passivos tributários	(14.490)	(16.627)
Encargos de dívida	(519.672)	(437.982)
Variação cambial e monetária	(138.622)	(20.282)
Operações de swap	-	(4.527)
Antecipações de contas a receber	-	(30.913)
AVP de contas a receber	(9.903)	(40.298)
Multas por descontinuidade de energia	(48.555)	(38.067)
Outras despesas financeiras ^(a)	(59.616)	(34.345)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(791.948)	(683.602)
RESULTADO FINANCEIRO	(453.790)	(491.094)

^(a) Referente a outras receitas e despesas de naturezas diversas.

33. CONCILIAÇÃO DE TRIBUTOS NO RESULTADO

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 Reapresentado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	587.335	423.923	852.103	598.385
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	(199.694)	(144.134)	(289.715)	(203.451)
Equivalência patrimonial	207.043	150.051	(1.855)	7.328
Despesas Juros sobre Capital Próprio	(3.782)	(3.718)	36.541	29.468
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02 - Light S.A.	(3.138)	(2.812)	(3.138)	(2.812)
Incentivos Fiscais	-	-	3.094	3.439
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social s/ as adições e exclusões permanentes	(429)	613	(9.695)	(8.434)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	-	-	(264.768)	(174.462)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	-	-	(113.904)	(115.008)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	(150.864)	(59.454)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%	31,1%	29,2%

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Controladora			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	26.802	26.802	45.469	45.469
Serviços prestados	143	143	148	148
Dividendos e JCP a receber	36.153	36.153	19.210	19.210
Outros créditos	6.146	6.146	6.665	6.665
TOTAL	69.244	69.244	71.492	71.492
PASSIVO				
Fornecedores	295	295	458	458
Dividendos e JCP a pagar (nota 25)	32.019	32.019	74.792	74.792
Outros débitos	3.960	3.960	4.415	4.415
TOTAL	36.274	36.274	79.665	79.665

ATIVO	Consolidado			
	31.12.2013		31.12.2012 - Reapresentado	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	546.429	546.429	230.356	230.356
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	1.244.000	1.244.000	15.266	15.266
Concessionárias e permissionárias (nota 6)	1.432.827	1.432.827	1.731.017	1.731.017
Serviços prestados a receber	29.811	29.811	42.171	42.171
Swaps	141.214	141.214	35.540	35.540
Ativo financeiro de concessões (nota 9)	1.926.226	1.926.226	1.573.349	1.573.349
Outros créditos (nota 10)	217.082	217.082	169.504	169.504
TOTAL	5.537.589	5.537.589	3.797.203	3.797.203
PASSIVO				
Fornecedores (nota 14)	907.262	907.262	814.469	814.469
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.414.967	2.416.091	2.263.431	2.620.086
Debêntures (nota 17)	3.400.344	3.373.235	1.974.054	2.073.100
Dividendos e JCP a pagar (nota 25)	32.019	32.019	74.792	74.792
Swaps	-	-	6.129	6.129
Outros débitos (nota 22)	259.957	259.957	297.218	297.218
TOTAL	7.014.549	6.988.564	5.430.093	5.885.794

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009 que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, estão identificadas a seguir:

- Equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários são classificadas como “empréstimos e recebíveis”.

- Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários são classificadas

Notas Explicativas

como “mantido para negociação”, mensurada a valor justo por meio de resultado.

- Consumidores, concessionárias e permissionárias (clientes)

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, mensurados a custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

- Ativo financeiro de concessões

São classificados como “disponíveis para venda”, mensurados pelo seu valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os juros são calculados pelo método da taxa efetiva de juros e reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado financeiro, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Estes saldos estão classificados como outros passivos financeiros e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não diverge significativamente do valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

São mensurados pelo “método do custo amortizado”. O valor justo foi calculado utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos. O valor justo para o financiamento do BNDES é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “outros passivos financeiros”.

- Outros ativos e outros passivos

Outros créditos e outros débitos, classificados como “empréstimos e recebíveis”, são mensurados a custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço ou sujeitos a provisão para perdas, quando aplicável.

- Swaps

São mensurados pelo valor justo. A determinação do valor justo foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis e a metodologia usual de precificação: para a ponta ativa (em dólares norte-americanos) a avaliação do valor nominal (nacional) até a data de vencimento e descontado a valor presente às

Notas Explicativas

taxas de cupom limpo, publicadas nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA.

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Instrumentos Financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2013:

	Controladora					
	31.12.2013			31.12.2012		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	26.802	-	26.802	45.469	-	45.469
Serviços prestados	143	-	143	148	-	148
Dividendos a receber	36.153	-	36.153	19.210	-	19.210
Outros créditos	6.146	-	6.146	6.665	-	6.665
TOTAL	69.244	-	69.244	71.492	-	71.492

	Controladora					
	31.12.2013			31.12.2012		
	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Total
PASSIVO						
Fornecedores	295	-	295	458	-	458
Dividendos e JCP a pagar (nota 25)	32.019	-	32.019	74.792	-	74.792
Outros débitos	3.960	-	3.960	4.415	-	4.415
TOTAL	36.274	-	36.274	79.665	-	79.665

	Consolidado							
	31.12.2013				31.12.2012 - Reapresentado			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Total
ATIVO								
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	546.429	-	-	546.429	230.356	-	-	230.356
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	-	1.244.000	-	1.244.000	-	15.266	-	15.266
Concessionárias e permissonárias (nota 6)	1.432.827	-	-	1.432.827	1.731.017	-	-	1.731.017
Serviços prestados	30.231	-	-	30.231	42.171	-	-	42.171
Swaps	-	141.214	-	141.214	-	35.540	-	35.540
Ativo financeiro de concessões (nota 9)	-	-	1.926.226	1.926.226	-	-	1.573.349	1.573.349
Outros créditos (nota 10)	217.082	-	-	217.082	169.504	-	-	169.504
TOTAL	2.226.569	1.385.214	1.926.226	5.538.009	2.173.048	50.806	1.573.349	3.797.203

	Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012 - Reapresentado		
	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Total
PASSIVO						
Fornecedores (nota 14)	907.262	-	907.262	814.354	115	814.469
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.414.967	-	2.414.967	2.263.431	-	2.263.431
Debêntures (nota 17)	3.400.344	-	3.400.344	1.974.054	-	1.974.054
Dividendos e JCP a pagar (nota 25)	32.019	-	32.019	74.792	-	74.792
Swaps	-	-	-	6.129	-	6.129
Outros débitos (nota 22)	259.957	-	259.957	297.218	-	297.218
TOTAL	7.014.549	-	7.014.549	5.423.849	6.244	5.430.093

b) Política para utilização de derivativos

A Companhia possui uma política para utilização de instrumentos de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração que determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em linha com o disposto na política, a Companhia não possui opções *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. Ademais, fica evidenciado através do quadro anterior que a Companhia utiliza o *swap* cambial sem caixa (US\$ versus CDI), cujo Valor Nominal Contratado equivale ao montante de serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses.

c) Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

A administração dos instrumentos de derivativos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em fiscalização permanente do cumprimento da política para utilização de derivativos, bem como acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

d) Risco de Mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

Composição da dívida (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado			
	31.12.2013		31.12.2012 - Reapresentado	
	R\$	%	R\$	%
USD	725.941	12,6	509.253	12,1
EUR	113.701	2,0	95.017	2,3
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	839.642	14,6	604.270	14,4
CDI	3.269.168	57,0	2.399.253	57,2
IPCA	610.137	10,6	-	-
TJLP	903.027	15,7	1.097.381	26,2
BNDES - FINEM	39.591	0,7	90.631	2,2
Outros	79.937	1,4	-	-
TOTAL - MOEDA NACIONAL	4.901.860	85,4	3.587.265	85,6
TOTAL	5.741.502	100,0	4.191.535	100,0

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o quadro acima, o montante de dívida denominada em moeda estrangeira é de R\$839.642, ou 14,6% do principal da dívida (R\$604.270, equivalente a 14,4% em 31 de dezembro de 2012).

Para o montante de serviço da dívida em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, cujo valor nocional em 31 de dezembro de 2013 era de US\$296.913 (US\$240.206 em 31 de dezembro de 2012) e de €34.969 (€34.969 em 31 de dezembro de 2012), de acordo com a política para utilização de instrumentos de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial passa a 1,40% do total da dívida (0,41% em 31 de dezembro de 2012).

A seguir, destacam-se algumas considerações e análises acerca dos fatores de riscos que impactam o negócio das empresas do Grupo Light:

- Risco de taxa de câmbio

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos é denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado às tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses além do *swap* de taxas anteriormente mencionado. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131, junto ao Merrill Lynch, BNP, Citibank e Bank Tokyo-Mitsubishi, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

As operações de derivativos, compreendendo os *swaps* de moedas e juros, este último demonstrado mais abaixo no relatório, apresentaram um ganho de R\$80.950 no exercício de 2013 (ganho de R\$14.439 no exercício de 2012). O valor líquido das operações de *swap* vigentes em 31 de dezembro de 2013, considerando o valor justo, é positivo em R\$141.214 (positivo em R\$29.411 em 31 de dezembro de 2012), conforme demonstrado nos quadros a seguir de *swap* de moeda e taxas:

Instituição	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Notional Contratado (US\$/EURO)	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Saldo
Bank Tokyo - Mitsubishi	US\$	US\$+2,33%	100% CDI + 0,90%	11.03.2013	11.03.2016	60.000	22.917	-	22.917
Itaú	US\$	US\$+2,42%	100% CDI	11.04.2012	11.04.2014	2.715	978	-	978
HSBC	US\$	US\$+1,67%	100% CDI	09.10.2012	10.10.2014	1.338	214	-	214
HSBC	US\$	US\$	83,29% CDI	20.09.2013	10.04.2015	1.431	120	-	120
HSBC	US\$	US\$	82,65% CDI	20.09.2013	09.10.2015	1.432	105	-	105
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2017	33.333	10.339	-	10.339
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.08.2017	33.333	10.504	-	10.504
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2018	33.333	10.708	-	10.708
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2017	26.666	7.145	-	7.145
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	02.10.2017	26.666	7.260	-	7.260
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2018	26.666	7.408	-	7.408
Bank of America	US\$	Libor+2,5294%	100%CDI + 0,65%	10.11.2011	10.11.2016	50.000	31.209	-	31.209
BNP	EURO	Euro+4,6823%	100%CDI+1,30%	21.10.2011	21.10.2014	34.969	29.958	-	29.958
TOTAL						331.882	138.865	-	138.865

Notas Explicativas

Instituição	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Notional Contratado (US\$/EURO)	Valor Justo Dez.2012 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez.2012 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez.2012 (R\$) Saldo
Bradesco	US\$	US\$+2,72%	100% CDI	10.03.2011	12.03.2013	61	11	-	11
Itaú	US\$	US\$+2,42%	100% CDI	11.04.2012	11.04.2014	2.715	470	-	470
Itaú	US\$	US\$+3,07%	100% CDI	28.12.2011	10.10.2013	2.970	354	-	354
HSBC	US\$	US\$+1,67%	100% CDI	09.10.2012	10.10.2014	1.338	-	(4)	(4)
HSBC	US\$	US\$+3,58%	100% CDI	12.04.2011	10.04.2013	3.065	1.005	-	1.005
HSBC	US\$	US\$+2,95%	100% CDI	12.09.2011	12.09.2013	58	16	-	16
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2017	33.333	-	(421)	(421)
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.08.2017	33.333	-	(579)	(579)
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2018	33.333	-	(598)	(598)
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2017	26.666	-	(1.410)	(1.410)
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	02.10.2017	26.666	-	(1.569)	(1.569)
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2018	26.666	-	(1.548)	(1.548)
Bank of America	US\$	Libor+2,5294%	100%CDI + 0,65%	10.11.2011	10.11.2016	50.000	16.554	-	16.554
BNP	EURO	Euro+4,6823%	100%CDI+1,30%	21.10.2011	21.10.2014	34.969	13.225	-	13.225
TOTAL						275.173	31.635	(6.129)	25.506

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2013. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2014. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2013. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade da Taxa de Câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: Top 5 Bacen, Itaú, HSBC, Bradesco e Blommborg.

OPERAÇÃO	Risco	Dívida (USD e EUR)	R\$		
			Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS			(21.718)	(248.772)	(475.827)
Tesouro Nacional	USD	(69.384)	(3.887)	(44.525)	(85.164)
Caução	USD	49.082	2.746	31.452	60.158
Merril Lynch	USD	(50.000)	(2.870)	(32.870)	(62.870)
BNP (EURO)	EURO	(34.854)	(2.785)	(31.907)	(61.029)
Bank Tokyo - Mitsubishi	USD	(60.000)	(3.444)	(39.444)	(75.444)
Citibank	USD	(180.000)	(11.478)	(131.478)	(251.478)
DERIVATIVOS			72.226	282.582	505.602
Swaps	USD/ Euro	299.883	72.226	282.582	505.602
TOTAL			50.508	33.810	29.775
Referência para Ativos e Passivos Financeiros				+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (Fim do exercício)			2,4000	3,0000	3,6000
Cotação R\$/EURO (Fim do exercício)			3,2600	4,0750	4,8900

Diante do quadro acima, é possível identificar proteção parcial para a dívida em moeda estrangeira (apenas limita-se ao serviço da dívida a vencer em até 24 meses), uma vez que à medida que a cotação do R\$/US\$ cresce, a despesa financeira dos passivos aumenta, mas a receita financeira dos derivativos também compensa parcialmente esse impacto negativo e vice-versa.

- Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2013, a operação de swap de taxa de juros associada ao vencimento de CCB Bradesco com o valor nominal de R\$150.000 (R\$150.000 em 31 de dezembro de 2012), devidamente autorizada pela Administração, apresentou, considerando o valor justo o montante de R\$2.349 (R\$3.905 em 31 de dezembro de 2012), conforme quadro abaixo:

Notas Explicativas

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Notional Contratado (R\$)	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Saldo
HSBC	CDI+0,85%	101,9%CDI+(TJLP-6%)	18.10.2011	18.10.2017	150.000	2.349	-	2.349
TOTAL					150.000	2.349	-	2.349

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Notional Contratado (R\$)	Valor Justo Dez.2012 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez.2012 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez.2012 (R\$) Saldo
HSBC	CDI+0,85%	101,9%CDI+(TJLP-6%)	18.10.2011	18.10.2017	150.000	3.905	-	3.905
TOTAL					150.000	3.905	-	3.905

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2014. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: *Top 5* Bacen, Itaú, HSBC, Bradesco e *Bloomberg*.

OPERAÇÃO	Risco	R\$		
		Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS		172.704	215.968	259.266
Aplicações Financeiras	CDI	172.704	215.968	259.266
PASSIVOS FINANCEIROS		(468.387)	(559.097)	(648.061)
Debêntures 4ª Emissão	TJLP	(1)	(1)	(1)
Debêntures 7ª Emissão	CDI	(70.910)	(85.648)	(100.088)
Debêntures 8ª Emissão	CDI	(50.493)	(61.151)	(71.594)
Debêntures 9ª Emissão (Série A)	CDI	(106.722)	(129.311)	(151.445)
Debêntures 9ª Emissão (Série B)	IPCA	(69.937)	(78.598)	(87.148)
Debêntures 1ª Emissão	CDI	(16.401)	(20.288)	(24.096)
Debêntures 2ª Emissão	CDI	(46.690)	(56.307)	(65.731)
Debêntures 3ª Emissão	CDI	(3.210)	(3.887)	(4.551)
CCB Bradesco	CDI	(29.964)	(36.487)	(42.879)
CCB Bco Santander	CDI	(6.582)	(7.944)	(9.279)
BNDES Finem direto	TJLP	(2.174)	(2.458)	(2.740)
BNDES Direto TJLP	TJLP	(6.050)	(7.017)	(7.975)
BNDES Direto TJLP+1%	TJLP	(6.843)	(7.811)	(8.769)
SESA BNDES Capex 11/12 - Subcred.1	TJLP	(105)	(131)	(157)
SESA BNDES Capex 11/12 - Subcred.2	TJLP	(11.218)	(13.214)	(15.189)
SESA BNDES Capex 11/12 - Subcred.3	TJLP	(13.135)	(15.307)	(17.455)
SESA BNDES Capex 11/12 - Subcred.4	TJLP	(14.439)	(16.604)	(18.747)
SESA BNDES Capex 11/12 - Subcred.17	TJLP	(1)	(1)	(1)
SESA BNDES Capex 11/12 - Subcred.18	TJLP	(1)	(1)	(1)
BNDES - FINEM	TJLP	2.285	2.692	3.094
BNDES - FINEM direto	TJLP	877	991	1.105
BNDES - FINEM +1	TJLP	877	924	1.038
BNDES - Capex 11/12	TJLP	(1.602)	(1.916)	(2.227)
PPROESCO	TJLP	(1.595)	(1.868)	(2.139)
Banco do Brasil R\$ 150 MM	CDI	(14.353)	(17.754)	(21.086)
DERIVATIVOS		(22.165)	(37.918)	(52.781)
Swaps de moedas	CDI	(24.399)	(36.293)	(47.294)
Swap de taxas	CDI	1.117	1.078	1.038
Swap de taxas	TJLP	1.117	(2.703)	(6.525)
TOTAL		(317.848)	(381.047)	(441.576)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do exercício)		9,77%	12,21%	14,66%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do exercício)		9,77%	12,21%	14,66%
TJLP (% fim do exercício)		5,00%	6,25%	7,50%
IPCA (% fim do exercício)		5,91%	7,39%	8,87%

Notas Explicativas

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto. O risco de crédito de contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia.

Apresentamos no item “a” desta nota, um quadro resumo dos instrumentos financeiros por categoria, cuja informação contempla o risco de crédito máximo da Companhia.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos, conforme definidos abaixo, e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

A definição dos grupos para alocação dos recursos está descrita conforme abaixo, bem como o percentual de participação atual na carteira da Companhia:

- Grupo 1 – Bancos Federais; Patrimônio Líquido: Não se aplica; *Rating* Mínimo: Não se aplica. Percentual na carteira: 47,5%.
- Grupo 2 – Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido maior ou igual a R\$7 bilhões; *Rating* Mínimo: AA (S&P e *Fitch*) ou Aaa (*Moody's*). Percentual na carteira: 40,6%.
- Grupo 3– Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido entre R\$1 bilhão e R\$7 bilhões; *Rating* Mínimo: AA (S&P e *Fitch*) ou Aaa (*Moody's*). Percentual na carteira: 10,7%.
- Grupo 4– Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido entre R\$500 milhões e R\$1 bilhão; *Rating* Mínimo: A (S&P e *Fitch*) ou A2 (*Moody's*). Percentual na carteira: 1,2%.
- Grupo 5– Apenas Instituições Financeiras com bloqueios de depósitos judiciais. Percentual na carteira: 0,0%.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados são apresentadas nas notas explicativas 16 e 17.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros até a data de vencimento, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Consolidado					
Instrumentos a taxas de juros:	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(118.572)	(788.592)	(4.285.238)	(2.293.696)	(7.486.098)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(5.032)	(143.054)	(248.557)	(39.472)	(436.115)
Fornecedores	907.262	-	-	-	907.262
Swap	(11.221)	737	85.994	-	75.510

a) Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Notas Explicativas

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	-	-	5.815.311	4.237.485
(-) Caixa e equivalentes de caixa	26.802	45.469	546.429	230.356
DÍVIDA LÍQUIDA (A)	(26.802)	(45.469)	5.268.882	4.007.129
Patrimônio líquido (B)	3.477.139	3.025.683	3.477.139	3.025.683
ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA - % (A ÷ (B+A))	-1%	-2%	60%	57%

b) Valor Justo Hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

	Consolidado			
	Mensuração do Valor Justo			
	31.12.2013	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
ATIVO				
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	1.244.000	-	1.244.000	-
Ativo financeiro de concessões (nota 9)	1.926.226	-	-	1.926.226
Swaps	141.214	-	141.214	-
TOTAL	3.311.440	-	1.385.214	1.926.226

	Consolidado			
	Mensuração do Valor Justo			
	31.12.2012 Reapresentado	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
ATIVO				
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	15.266	-	15.266	-
Ativo financeiro de concessões (nota 9)	1.573.349	-	-	1.573.349
Swaps	35.540	-	35.540	-
TOTAL	1.624.155	-	50.806	1.573.349
PASSIVO				
Swaps	6.129	-	6.129	-
TOTAL	6.129	-	6.129	-

O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como disponível para venda, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os exercícios e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do exercício estão evidenciados na nota explicativa 9, sendo que não houve nenhum efeito no patrimônio líquido esse ano.

35. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2013, o grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbina a vapor, turbina a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Notas Explicativas

Seguro Garantia Financeira – Comercialização de Energia e Judicial, Seguro Patrimonial – Compreensivo Empresarial (Imóveis Alugados), Seguro de Transporte Internacional – Importação, Seguro Viagem Corporativo e Seguro de Pessoas.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

A composição dos principais seguros considerada pela Administração é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Bruto (considerando Custo de apólice + IOF)
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10/08/2013	10/08/2014	R\$40.350	R\$150
Responsabilidade Civil e Geral	31/10/2013	31/10/2014	R\$20.000	R\$845
Riscos Operacionais ⁽¹⁾	31/10/2013	31/10/2014	R\$ 5.426.824	R\$2.504

⁽¹⁾ Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$300.000 - Indenização

⁽¹⁾ Valor Total em Risco de R\$ 5.426.824

36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8 e estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: distribuição de energia, geração de energia, comercialização de energia e outros (inclusive a holding). As eliminações compreendem os saldos, transações e participações acionárias entre os segmentos. A Companhia está segmentada de acordo com sua operação, que tem riscos e remunerações diferentes. A Companhia não possui nenhum cliente que corresponda a mais que 10% da receita ou contas a receber.

As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão apresentadas a seguir:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2013
Ativos :						
Ativo circulante	3.177.397	293.818	206.726	79.228	(261.413)	3.495.756
Outros ativos não circulantes	3.199.383	23.473	59.787	305	(59.530)	3.223.418
Investimento	19.584	463.838	406	3.449.075	(3.290.700)	642.203
Imobilizado	240.205	1.347.169	90.535	813	-	1.678.722
Intangível	3.959.677	1.385	825	221	-	3.962.108
TOTAL DOS ATIVOS	10.596.246	2.129.683	358.279	3.529.642	(3.611.643)	13.002.207

Passivos e Patrimônio Líquido:						
Passivo circulante	3.058.995	255.490	216.244	49.146	(261.413)	3.318.462
Passivo não circulante	5.100.790	1.143.012	21.434	900	(59.530)	6.206.606
Patrimônio líquido	2.436.461	731.181	120.601	3.479.596	(3.290.700)	3.477.139
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.596.246	2.129.683	358.279	3.529.642	(3.611.643)	13.002.207

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2012 Reapresentado
Ativos :						
Ativo circulante	1.915.449	127.567	129.894	77.608	(83.332)	2.167.186
Outros ativos não circulantes	3.090.462	1.593	24.060	290	(77.387)	3.039.018
Investimento	19.756	418.007	676	3.031.033	(2.912.122)	557.350
Imobilizado	231.250	1.370.838	32.361	806	-	1.635.255
Intangível	3.711.438	36.727	177	296	-	3.748.638
TOTAL DOS ATIVOS	8.968.355	1.954.732	187.168	3.110.033	(3.072.841)	11.147.447

Passivos e Patrimônio Líquido:						
Passivo circulante	1.737.944	155.446	59.324	81.306	(83.332)	1.950.688
Passivo não circulante	5.041.597	1.195.900	9.923	1.043	(77.387)	6.171.076
Patrimônio líquido	2.188.814	603.386	117.921	3.027.684	(2.912.122)	3.025.683
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.968.355	1.954.732	187.168	3.110.033	(3.072.841)	11.147.447

Resultados por segmento:

2013	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2013
RECEITA LÍQUIDA	6.716.762	558.660	601.652	8.790	(463.608)	7.422.256
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(5.814.336)	(165.104)	(575.418)	(19.658)	463.607	(6.110.909)
Equivalência Patrimonial	-	(4.592)	(105)	608.742	(609.499)	(5.454)
RESULTADO FINANCEIRO	(361.469)	(88.851)	6.380	(9.850)	-	(453.790)
Receita Financeira	321.627	18.961	8.346	1.353	(12.129)	338.158
Despesa Financeira	(683.096)	(107.812)	(1.966)	(11.203)	12.129	(791.948)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	540.957	300.113	32.508	588.024	(609.499)	852.103
Contribuição Social	(40.882)	(27.374)	(2.555)	(147)	-	(70.958)
Imposto de Renda	(113.684)	(73.183)	(6.790)	(153)	-	(193.810)
RESULTADO LÍQUIDO	386.391	199.556	23.163	587.724	(609.499)	587.335

2012	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2012 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	6.614.402	410.066	292.832	3.819	(138.759)	7.182.360
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(5.806.288)	(164.984)	(267.674)	(14.252)	138.763	(6.114.435)
Equivalência Patrimonial	-	22.242	215	440.422	(441.325)	21.554
RESULTADO FINANCEIRO	(406.156)	(77.407)	212	(5.933)	(1.810)	(491.094)
Receita Financeira	194.506	9.804	1.458	3.224	(16.484)	192.508
Despesa Financeira	(600.662)	(87.211)	(1.246)	(9.157)	14.674	(683.602)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	401.958	189.917	25.585	424.056	(443.131)	598.385
Contribuição Social	(30.358)	(14.529)	(2.219)	(51)	-	(47.157)
Imposto de Renda	(82.605)	(38.639)	(5.980)	(81)	-	(127.305)
RESULTADO LÍQUIDO	288.995	136.749	17.386	423.924	(443.131)	423.923

37. REVISÃO TARIFÁRIA

A ANEEL, em reunião pública ordinária de diretoria, ocorrida em 05 de novembro de 2013, aprovou os resultados definitivos da Terceira Revisão Tarifária Periódica da controlada Light Serviços de Eletricidade S.A.

O processo de revisão tarifária tem como principais resultados: o reposicionamento tarifário, que estabelece tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes e com a remuneração sobre os investimentos prudentes; e o Fator X, que estabelece metas de produtividade para o período tarifário subsequente.

Para o cálculo do reposicionamento tarifário, a ANEEL define: (i) os custos operacionais eficientes, a partir da atualização dos custos operacionais definidos no último ciclo; (ii) os investimentos prudentes, que compõem a Base de Remuneração Regulatória; (iii) o

Notas Explicativas

nível de perdas regulatórias a serem repassadas aos consumidores; e (iv) os custos não-gerenciáveis.

Considerando o novo componente financeiro (3,48%), aplicável exclusivamente aos próximos 12 meses, e a retirada do componente financeiro que estava presente nas tarifas da Light SESA (2,29%), os consumidores observaram um aumento médio em suas contas de luz de 3,65%, desde 07 de novembro de 2013.

A ANEEL estabeleceu o componente Pd do Fator X de 1,22% e o componente T do Fator X de 0%.

Com relação às perdas não-técnicas, o percentual a ser reconhecido na tarifa foi de 40,41% sobre o mercado de baixa tensão, constante ao longo do ciclo. O valor correspondente à diferença entre esse percentual e um referencial que parte de 31,37%, no início do ciclo, até atingir 29,69% em 2018, será investido no programa de combate a perdas da Companhia e tratado como Obrigações Especiais, fora da Base de Remuneração Regulatória. A evolução dos resultados do programa de combate a perdas será acompanhada pela ANEEL, como condição para a manutenção do patamar de 40,41%.

No que diz respeito à Base de Remuneração Regulatória a tabela abaixo apresenta os valores definitivos considerados pela Agência.

Reajuste Tarifário Light 2013	Valores Definitivos
Base de Remuneração Bruta	11.974.212
Base de Remuneração Líquida	6.711.307
Taxa de Depreciação média	3,81%

38. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO

Plano de Incentivo em “Opções Fantasma”

A Modalidade de “Opções Fantasma” foi oferecida aos executivos elegíveis indicados pelo Conselho de Administração e está diretamente atrelada à criação de valor da Light, medida por meio da variação da Unidade de Valor da Light (UVL). O cálculo da UVL é resultante da ponderação dos seguintes fatores:

1. Valor de mercado das ações da Light S.A.;
2. Valor econômico (múltiplo do EBITDA);
3. Valor de dividendos distribuídos.

A diferença entre a UVL prevista no Programa para o ano de outorga e a UVL verificada no ano de exercício multiplicado pela quantidade de opções exercidas pelo participante montará o total do bônus de longo prazo a ser pago a cada participante.

A Companhia efetuou os cálculos referentes à UVL para 31 de dezembro de 2013 e, visto que o valor ficou inferior à UVL no ano de outorga, não existe nenhuma obrigação constituída em 31 de dezembro de 2013.

39. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

a) Contratos de venda de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia convencional contratada Total (MW médio)	Energia incentivada contratada Total (MW médio)
2014	510,20	9,95
2015	479,90	9,95
2016	479,90	9,95
2017	479,90	-
2018	479,90	-
2019	479,90	-
2020	449,64	-
2021	449,64	-
2022	449,64	-
2023	449,64	-
2024	449,64	-
2025	449,64	-
2026	449,64	-
2027	-	-
2028	-	-

b) Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía compromissos de compra de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Mw médio Contrato	Mw médio Leilões de	Mw médio Total Contratos
2014	2.355	827	3.182
2015	2.569	808	3.377
2016	2.700	814	3.514
2017	2.712	879	3.591
2018	2.726	918	3.644
2019	2.722	797	3.519
2020	2.726	799	3.525
2021	2.714	797	3.511
2022	2.712	797	3.509
2023	2.712	779	3.491
2024	2.712	779	3.491
2025	616	681	1.297
2026	-	634	634

40. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios de 2013 e 2012, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Consolidado	
	2013	2012 Reapresentado
Encargos financeiros capitalizados	24.268	34.946
Aquisição de ativo imobilizado em contrapartida a fornecedor	62.071	62.377
Receita de construção	820.284	669.322

41. QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS (Não auditado)

As boas práticas na Gestão Ambiental permeiam as atividades de diferentes áreas da Companhia. O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Light, baseado na norma internacional ISO 14001 foi implantado em 2001, com o objetivo de estabelecer padrões de qualidade ambiental em suas atividades de distribuição e geração de energia elétrica. Atendendo aos requisitos de gestão ambiental, o sistema permite evitar multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Companhia. Em 2013, foram certificados 22 sites da distribuição, entre linhas de 138 kV e subestações de energia elétrica 138 kV e 25 kV. Atualmente, a Light possui 91% de seus sites certificados.

Além da certificação na ISO 14001, todas as usinas hidrelétricas da Light estão certificadas nas normas de segurança e saúde ocupacional da OHSAS 18001 e na ISO 9001 de qualidade. Em 2013 este Sistema de Gestão Integrado (SGI) completou 10 anos e tem garantido a excelência das atividades de manutenção e operação de geração de energia elétrica.

Notas Explicativas

Considerando que a operação e os processos de manutenção de redes de distribuição de energia e de unidades de geração envolvem riscos de acidentes com sua força de trabalho, a Light vem num processo intenso de alinhamento cultural, focando a valorização da vida.

Além do alinhamento cultural, a Light assegura o Desenvolvimento Organizacional, promovendo práticas de excelência em educação e o desenvolvimento humano. Os programas e ações estão alicerçados nos pilares Cultura, Liderança, Educação e Desenvolvimento. Em 2013 a média de treinamento foi de 45,6 horas.

Como destaque, em 2013 ocorreu a consolidação do “Programa Vida!”, que tem por objetivo potencializar uma cultura de comportamento seguro e atitude prevencionista. O Programa contou com a participação de 89% da força de trabalho (próprios + terceirizados) e com a mobilização de 92 empresas parceiras. Foram 451 turmas, totalizando mais de 80.000 horas de treinamento e 10.400 participações.

Dessa forma, a Light obteve excelentes resultados em frequência e gravidade de acidentes, superando todas as metas estabelecidas no ano. A taxa de frequência de acidentes caiu de 4,08 para 2,34 e a taxa de gravidade caiu de 1114 para 98. Não houve acidente fatal com a força de trabalho.

No que se refere aos benefícios oferecidos pela empresa a seus empregados, além dos planos de previdência privada, administrados pela Braslight, o pacote de benefícios sociais da Light engloba, principalmente, auxílio alimentação, auxílio alimentação natalino, auxílio-creche, auxílio doença, assistência social e psicológica, exame periódico de saúde e bolsa de estudo do Colégio 1º de Maio.

Quanto às suas ações sociais, em 2013 a Light manteve e fortaleceu sua parceria com o Governo do Estado, atuando nas áreas em que foram instaladas novas Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). A relação da Light com as comunidades pacificadas do Rio de Janeiro contribui para um novo relacionamento com os clientes, baseado na formalização e na mudança de hábitos.

As ações abrangem a blindagem da rede e telemedicação, bem como a implementação do projeto Comunidade Eficiente e do Light Recicla, melhorando a qualidade do fornecimento, evitando o furto de energia elétrica, aumentando a inadimplência e conscientizando os clientes quanto ao uso racional dos recursos naturais.

42. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Quitação do contrato de equacionamento de déficit com a Braslight

Em 13 de fevereiro de 2014, a Companhia concluiu a quitação dos Instrumentos Particulares de Distrato dos Contratos para Equacionamento de Déficit Técnico, Refinanciamento das Reservas a Amortizar com a Braslight, pelo valor total de R\$1.228.205, incluindo a atualização pelo CDI, conforme mencionado na nota 21.

b) Entrada da CEMIG GT no bloco de controle da Renova Energia S.A.

No dia 14 de fevereiro de 2014, a CEMIG GT realizou um adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de R\$739.943 na Chipley SP Participações S.A. (Chipley), controlada da Renova Energia, que foram utilizados integralmente para o pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH S.A. (Brasil PCH) (49% de participação detida pela Petrobras e 2% detida pela Jobelpa), compartilhando assim o seu controle.

No dia 20 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração da Renova Energia aprovou um aumento de capital no valor total de até R\$ 3.545.602, pelo preço de emissão de R\$ 17,7789, equivalente a R\$53,3367 por Unit.

Segundo o Acordo de Investimento celebrado em 08 de agosto de 2013 entre a Renova Energia, RR Participações, Light Energia, CEMIG GT e a Chipley, os direitos de preferência de participar no aumento de capital das ações que integram o bloco de controle da Renova Energia, formado pelos acionistas RR Participações e Light Energia foram cedidos para a CEMIG GT, que assumiu o compromisso de até o dia 31 de março de 2014 subscrever as ações e integralizar o capital de R\$ 1.550.072, sendo que, do referido valor, R\$739.943 será integralizado mediante cessão, à Renova Energia, do AFAC realizado pela CEMIG GT na Chipley. Ainda segundo o Acordo de Investimento, a subscrição de ações poderá ser realizada pela própria CEMIG GT e/ou fundo de investimento em participação (FIP), ou, ainda, sociedade de propósito específico (SPE) controlada por tal fundo.

Após o aumento de capital será celebrado novo acordo de acionistas no qual CEMIG GT, RR Participações e Light Energia farão parte do bloco de controle da Renova Energia S.A.

A Brasil PCH detêm a propriedade de 13 pequenas centrais hidrelétricas, localizadas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás, todas em operação, com capacidade instalada total de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios, contratada até 2028 e 2029, através do Proinfa.

c) Criação da SPE Energia Olímpica

Em 27 de janeiro de 2014, foi celebrado um Acordo de Acionistas entre a Companhia e Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas) para administrar a Sociedade de Propósito Específico Energia Olímpica S.A. (SPE Energia Olímpica), que tem por objeto a implantação, construção, operação e manutenção de uma subestação para fornecimento de energia elétrica ao Parque Olímpico do Rio de Janeiro. A composição acionária da SPE Energia Olímpica é formada pela Companhia, com participação de 50,1% do capital social e Furnas, com 49,9%.

Notas Explicativas**d) Contratação de empréstimo junto ao Citibank**

Em 21 de fevereiro de 2014, a controlada Light SESA contratou dívida em dólar junto ao Citibank, por meio de operação via Resolução Bacen 4131, já com swap para CDI, no montante de R\$ 235.750, visando reforço do capital de giro e/ou refinanciamento de dívidas vincendas nos próximos meses, com prazo de 4 anos, ao custo de CDI + 1,15% a.a., em linha com a autorização concedida pelo Conselho de Administração, nesta data, para a contratação de dívida até o limite de R\$1.000.000.

e) Publicação do Decreto nº 8.203/14

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, que altera o Decreto 7.891/13, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, estendendo a cobertura do repasse dos recursos da CDE para a competência de janeiro de 2014. O montante do recurso da CDE a ser repassado para a controlada Light SESA, conforme Despacho Aneel nº 515/14, referente à compra de energia ocorrida durante o mês de janeiro de 2014, é de R\$181.210.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
EFETIVOS	SUPLENTES
Sérgio Alair Barroso	Luiz Fernando Rolla
Humberto Eustáquio César Mota	César Vaz de Melo Fernandes
Raul Belens Jungmann Pinto	Fernando Henrique Schuffner Neto
Maria Estela Kubitscheck Lopes	Carmen Lúcia Claussen Kanter
Djalma Bastos de Moraes	Wilson Borrajo Cid
José Carlos Aleluia Costa	José Augusto Gomes Campos
Rutelly Marques da Silva	Carlos Antonio Decezaro
Luiz Carlos da Silva Cantídio Junior	Marcelo Pedreira de Oliveira
Guilherme Narciso de Lacerda	Jalisson Lage Maciel
David Zylbersztajn	Almir José dos Santos
Carlos Alberto da Cruz	Magno dos Santos Filho

CONSELHO FISCAL	
EFETIVOS	SUPLENTES
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Ari Barcelos da Silva
Francisco Luiz Moreira Penna	Aliomar Silva Lima
Alisson Andrade Godinho	Ronald Gastão Andrade Reis
Rogério Fernando Lot	Francisco Vicente Santana Silva Telles
Ernesto Costa Pierobon	Andre Gustavo Salcedo Teixeira Mendes

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Roberto Ribeiro Pinto

Diretor Presidente

João Batista Zolini Carneiro

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Andreia Ribeiro Junqueira e Souza

Diretora de Gente

Paulo Carvalho Filho

Diretor de Gestão Empresarial

Evandro Leite Vasconcelos

Diretor de Energia e

Diretor de Desenvolvimento de Negócios (interinamente)

Ricardo Cesar Costa Rocha

Diretor de Distribuição

Fernando Antônio Fagundes Reis

Diretor Jurídico

Luiz Otávio Ziza Mota Valadares

Diretor de Comunicação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Roberto Caixeta Barroso

Superintendente de Controladoria

CPF 013.011.556-83

CRC-MG 078086/O-8

Suzanne Lloyd Gasparini

Contadora - Gerente de Contabilidade

CPF 081.425.517-56

CRC-RJ 107359/O-0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**a) Composição Acionária**

a.1) Acionistas com mais de 5% das Ações da **Light S.A.**, em 31 de dezembro de 2013:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.

ACIONISTAS	31.12.2013		31.12.2012	
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%
GRUPO CONTROLADOR				
RME Rio Minas Energia Participações	26.576.150	13,03	26.576.150	13,03
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais (*)	53.152.298	26,06	53.152.298	26,06
Luce Empreendimentos e Participações	26.576.149	13,03	26.576.149	13,03
OUTROS				
BNDES Participações S.A – BNDESPAR (*)	21.005.208	10,30	27.453.983	13,47
Minoritários	76.624.255	37,58	70.175.480	34,41
TOTAL	203.934.060	100,00	203.934.060	100,00

(*) Empresa de Capital Aberto

a.2) Acionistas com mais de 5% das Ações da **RME - Rio Minas Energia Participações S.A.**, em 31 de dezembro de 2013:

ACIONISTAS	31.12.2013		31.12.2012	
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%
Redentor Energia S.A. (*)	709.309.572	100,00	709.309.572	100,00
TOTAL	709.309.572	100,00	709.309.572	100,00

(*) Empresa de Capital Aberto

a.3) Acionistas com mais de 5% das Ações da **Redentor Energia S.A.**, em 31 de dezembro de 2013:

ACIONISTAS	31.12.2013		31.12.2012	
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%
Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia	105.019.680	96,81	105.013.229	96,80
Outros	3.461.148	3,19	3.467.599	3,20
TOTAL	108.480.828	100,00	108.480.828	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**a.4) Acionistas com mais de 5% das Ações da Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica, em 31 de dezembro de 2013:**

ACIONISTAS	31.12.2013					
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%
Redentor Fundo de Investimento em Participações	358.227.651	50,00	716.455.302	100,00	1.074.682.953	75,00
Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (*)	358.227.651	50,00	-	-	358.227.651	25,00
TOTAL	716.455.302	100,00	716.455.302	100,00	1.432.910.604	100,00

ACIONISTAS	31.12.2012					
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%
Redentor Fundo de Investimento em Participações	101.913.408	50,00	203.826.816	100,00	305.740.224	21,34
Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (*)	101.913.408	50,00	-	-	101.913.408	7,11
TOTAL	203.826.816	100,00	203.826.816	100,00	407.653.632	28,45

(*) Empresa de Capital Aberto

a.5) Acionistas com mais de 5% das Ações da Redentor Fundo de Investimento em Participações, em 31 de dezembro de 2013:

ACIONISTAS	31.12.2013		31.12.2012	
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%
Banco BTG Pactual S.A.	142	14,23	142	14,23
Banco Santander (Brasil) S.A.	285	28,59	285	28,59
Banco Votorantim S.A.	285	28,59	285	28,59
BB Banco de Investimento S.A.	285	28,59	285	28,59
TOTAL	997	100,00	997	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**a.6) Acionistas com mais de 5% das Ações da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, em 31 de dezembro de 2013:**

ACIONISTAS	31.12.2013					
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	65.965.387	7,87	280.380.126	22,27
AGC Energia S.A	138.700.848	32,96	42.671.763	5,09	181.372.611	14,41
Demais Acionistas	67.649.121	16,08	728.832.952	86,97	796.482.073	63,27
Ações em Tesouraria	-	-	606.844	0,07	606.844	0,05
TOTAL	420.764.708	100,00	838.076.946	100,00	1.258.841.654	100,00

ACIONISTAS	31.12.2012					
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%
Estado de Minas Gerais	189.991.615	50,96	-	-	189.991.615	22,27
AGC Energia S.A	122.901.990	32,96	-	-	122.901.990	14,41
Demais Acionistas	59.943.480	16,08	479.817.493	99,92	539.760.973	63,28
Ações em Tesouraria	-	-	363.650	0,08	363.650	0,04
TOTAL	372.837.085	100,00	480.181.143	100,00	853.018.228	100,00

a.7) Acionistas com mais de 5% das Ações da Luce Empreendimentos e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2013:

ACIONISTAS	31.12.2013		31.12.2012	
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%
Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica	177.328.389	100,00	177.328.389	100,00
Outros	4	-	4	-
TOTAL	177.328.393	100,00	177.328.393	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Posição acionária consolidada dos controladores e administradores e ações em circulação da Light S.A em 31 de dezembro de 2013:**

ACIONISTAS	31.12.2013		31.12.2012	
	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%
Controladores	106.304.597	52,12	106.304.597	52,12
Administradores				
Conselho de Administração ⁽¹⁾	1.010	-	1.010	-
Diretoria	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Ações em Circulação:				
BNDES Participações	21.005.208	10,30	27.453.983	13,47
Outros (minoritários)	76.623.245	37,58	70.174.470	34,41
TOTAL	203.934.060	100,00	203.934.060	100,00
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	97.629.463	47,87	97.629.463	47,87

⁽¹⁾ Dessas ações, dez estão detidas à Título Fiduciário, mediante assinatura de Ordem de Transferência de Ações (OTA), com o Grupo de Controle.

b) Vinculação à Câmara de Arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Light S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Light S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Light S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Light S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS quanto à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, item v, em decorrência das mudanças de políticas contábeis, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2012 e as correspondentes às demonstrações de resultado consolidado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) consolidados, referentes ao exercício findados em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação,

foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Sem modificar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa nº 10, referente ao registro feito pela controlada Light Serviços de Eletricidade S.A., na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, já homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, estabelecidos por meio do Decreto nº 7.945/13.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012

O exame dos balanços patrimoniais, individual e consolidado, levantados em 1º de janeiro de 2012, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 3, item v, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 10 de maio de 2013, sem ressalvas e contendo parágrafo de ênfase, sem modificação da sua opinião, referente à diferença na avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, enquanto que, para fins de IFRS, seria custo ou valor justo.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Maurício Pires de Andrade Resende
Auditores Independentes Contador
CRC 2SP 011.609/O-8-“F” RJ CRC 1MG 049.699/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da LIGHT S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e a proposta da Destinação dos Resultados, todos os documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, da Controladora e Consolidado, bem como o Orçamento de Capital de 2014.

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, tendo em conta, ainda, o relatório da Deloitte Touche Tohmatsu, emitido em 10 de março de 2014, sem ressalvas, o CONSELHO FISCAL, pela unanimidade de seus membros, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembléia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2014.

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond

Alisson Andrade Godinho

Francisco Luiz Moreira Penna

Rogério Fernando Lot

Ernesto Costa Pierobon

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013 e Relatório dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes.

Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Diretor Presidente

João Batista Zolini Carneiro
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Andreia Ribeiro Junqueira e Souza
Diretora de Gente

Paulo Carvalho Filho
Diretor de Gestão Empresarial

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor de Energia e Diretor de Desenvolvimento de Negócios (interinamente)

Ricardo Cesar Costa Rocha
Diretor de Distribuição

Fernando Antônio Fagundes Reis
Diretor Jurídico

Luiz Otávio Ziza Mota Valadares
Diretor de Comunicação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013 e Relatório dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes.

Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Diretor Presidente

João Batista Zolini Carneiro
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Andreia Ribeiro Junqueira e Souza
Diretora de Gente

Paulo Carvalho Filho
Diretor de Gestão Empresarial

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor de Energia e Diretor de Desenvolvimento de Negócios (interinamente)

Ricardo Cesar Costa Rocha
Diretor de Distribuição

Fernando Antônio Fagundes Reis
Diretor Jurídico

Luiz Otávio Ziza Mota Valadares
Diretor de Comunicação